

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E  
FRONTEIRAS – MESTRADO E DOUTORADO**

**ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI**

**O pioneirismo em Santa Sariana – PR: uma proposta de análise das relações  
patriarcais**

**FOZ DO IGUAÇU  
2025**

**ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI**

**O pioneirismo em Santa Mariana – PR: uma proposta de análise das relações patriarcais**

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na linha de pesquisa de trabalho, política e sociedade, sob a orientação da Professora Doutora Luciana Vedovato.

**FOZ DO IGUAÇU  
2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Vitorini, Rosilene Alves da Silva

O pioneirismo em Santa Sariana - PR: uma proposta de análise das relações patriarcais / Rosilene Alves da Silva Vitorini; orientadora Luciana Vedovato. -- Foz do Iguaçu, 2025.

110 p.

Tese (Doutorado Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2025.

1. Mulheres. 2. Patriarcado. 3. Pioneirismo. 4. Santa Mariana. I. Vedovato, Luciana, orient. II. Título.

VITORINI, R.A.S. **o pioneirismo em Santa Mariana – PR: uma proposta de análise das relações patriarcais.** 110 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Luciana Vedovato. Foz do Iguaçu, 2025. ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI.

Aprovado em 13/08/2025.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Luciana Vedovato**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Orientadora

---

**Professora Cleiser Langaro Schenatto**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

**Professora Dóris Maria Luzzardi Fiss**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

**Professor Fernando José Martins**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

**Professora Mirielly Ferraça**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

## DEDICATÓRIA

A vida é uma possibilidade fantástica de experimentarmos a nossa evolução por meio das nossas ações e do conhecimento adquirido em cada vivência, em cada desafio superado, na interação com o outro, na percepção de sentidos e sentimentos, na dúvida, na certeza, enfim, dedico esse trabalho à Deus que me oportunizou a vida.

À minha mãe, (in memorian), mulher forte e carinhosa na mesma medida, que não se abalava diante das tristezas que vivenciou, que me ensinou a ser independente, dona do meu destino, e que continuou demonstrando seu amor até quando a vida lhe permitiu.

Ao meu pai, (in memorian), com todo o meu amor e admiração, pois mesmo sem a possibilidade de acessar os espaços escolares, me mostrou a importância da educação. Que demonstrava orgulho ao dizer tinha uma filha professora, que me esperava todas as noites na época da faculdade, com chá e bolachas, para me contar o capítulo da novela, que ia em todas as reuniões de pais na escola, e voltava com um sorriso enorme e com um sentimento de estar no caminho certo da promoção da formação de sua filha.

Ao meu esposo e meu filho, pela compreensão e apoio em todos os sentidos, no abraço carinhoso, nas palavras de incentivo, nas reflexões compartilhadas, na escuta atenciosa.

À todas as pessoas que me ajudaram desde o início dessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à professora Luciana Vedovato, pelas orientações e pelo auxílio no desenvolvimento da pesquisa, sugerindo leituras que ampliaram as minhas percepções.

Agradeço à professora Célia que, com muito carinho e dedicação, me inseriu no mundo da leitura e da escrita, professoras Maria Helena Montini, Tânia Zanini, Edilaine Delamuta, Maria do Carmo e ao professor André Dynczuki.

Agradeço também à UNIOESTE e a todas (os) professoras (res) que fizeram parte da minha trajetória como estudante do Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras.

Agradeço, também, às professoras Cleiser, Dóris e Mirielly e professor Fernando que fizeram parte da banca de qualificação e banca de defesa, pelas contribuições, debates e sugestões de leitura.

VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **O pioneirismo em Santa Mariana – PR: uma proposta de análise das relações patriarcais**. 2025. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo mostrar a relação entre patriarcado e pioneirismo do colonizador e elencar algumas de suas principais problemáticas, divididas em duas categorias: referentes à produção de memórias e discursos históricos e aquelas ligadas à transmissão dessas memórias às novas gerações. Para tanto, debateu-se a tendência à valorização do pioneirismo caracterizado como um processo de ênfase em determinados sujeitos e/ou grupos sociais em relação a ocupação de territórios. Outra questão igualmente urgente é a condição de invisibilidade das contribuições das mulheres que promoveram a construção de espaços urbanos e rurais na região em que o presente trabalho se concentrou em estudar. Apagamento observado tanto nos documentos oficiais da comunidade, quanto no sistema escolar do município. Assim, a pesquisa quer compreender a relação entre patriarcado e pioneirismo a partir da formação histórica do município de Santa Mariana – PR, com base na análise de documentos oficiais históricos e na reflexão a partir de diálogo estabelecido com as mulheres da localidade. Nesse contexto, elenca-se um rol de aspectos que permitem a investigação sobre as estruturas formativas e contraditórias do patriarcado e do pioneirismo/colonizador: o primeiro refere-se a compreensão das funções “naturalizadas” socialmente de grupos historicamente excluídos, como as mulheres do município. O segundo aspecto da pesquisa, propõe demonstrar como estão evidenciados o patriarcado e o pioneirismo nos documentos históricos. O terceiro aspecto promove um espaço de reflexão, por meio da interação em uma prática extensionista aliada à pesquisa. Para a construção do método, optamos pelo materialismo histórico-dialético, por tentar compreender o funcionamento da história a partir das condições reais de produção da existência e das materialidades significativas e a metodologia efetivou-se por: pela coleta de dados através de pesquisa bibliográfica e documental, análise de fontes teóricas disponíveis nesta temática, documentos disponibilizados pelas instituições do município de Santa Mariana, como a prefeitura e biblioteca municipal, além da coleta de informações complementares em fontes históricas acessíveis por meio de visitas técnicas ao Museu Histórico Municipal de Cornélio Procópio, Museu de História Natural de Cornélio Procópio e Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, em Tupã, instituições de ensino como a Escola Rodolfo Wild e secretaria de cultura de Santa Mariana. Também como encaminhamento metodológico, foi organizado um curso de extensão “Mulheres de Santa Mariana - Formação, História e Memória” que auxiliou a constituir o corpus de análise. A partir de tais dados foram organizados os gestos de leituras em torno dos conceitos de patriarcado, pioneirismo e colonização.

**Palavras-Chaves:** Mulheres. Patriarcado. Pioneirismo. Santa Mariana.

VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **The pioneering<sup>1</sup> in Santa Mariana - PR: a proposal for analysis of patriarchal relations.** 2025. Thesis (PhD in Society, Culture and Borders) - State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

## ABSTRACT

The research shows the relationship between patriarchy and pioneering of the colonizer and lists some of its main problems, divided into two categories: related to the production of memories and historical discourses and those linked to the transmission of these memories to new generations. One of these issues is the tendency to value the pioneering that characterizes a process of emphasis on certain subjects and/ or social groups. Another equally urgent issue is the invisibility of the contributions of women who have promoted the construction of urban and rural space. Erasure observed both in official documents of the community, as in the school system of the municipality. The objective of this research is to understand the relationship between patriarchy and pioneering from the historical formation of the municipality of Santa Mariana - PR, based on the analysis of official historical documents and dialogical reflection with women of the locality. In this context, a list of aspects that allow a tension on the formative and contradictory structures of patriarchy and pioneering/ colonizer: the first refers to the understanding of the "naturalized" functions of historically excluded groups, as the women of the municipality. The second aspect of the research proposes to demonstrate how the patriarchy and the pioneering are evidenced in historical documents. The third aspect promotes a space for reflection, through interaction in an extensionist practice allied to research. The method used was the historical-dialectical materialism, trying to understand the operation of history from the real conditions of production of existence and significant materialities and the methodology effective the collection of data through bibliographical and documentary research, analysis of theoretical sources available in this subject, documents made available by institutions of the municipality of Santa Mariana, such as the city hall and municipal library, in addition to collecting additional information from historical sources accessible through technical visits to the Municipal History Museum of Cornelius Procopio, Natural History Museum of Cornelius Procopio and India Vanuire Historical and Pedagogical Museum, in Tupã, educational institutions such as the Rodolfo Wild School and Santa Mariana's culture secretariat. Also, as a methodological referral, an extension course "Women of Santa Mariana - Formation, History and Memory" was organized to help constitute the corpus of analysis. From these data were organized the gestures of readings around the concepts of patriarchy, pioneering and colonization.

**Keywords:** Women. Patriarchate. Pioneering. Santa Mariana.

---

<sup>1</sup> Pioneering: a expressão em língua inglesa será compreendida na pesquisa, relacionada ao discurso contraditório sobre a identificação dos grupos considerados como as primeiras civilizações em determinada região territorial.

VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **El pionerismo<sup>2</sup> en Santa Mariana - PR: una propuesta de análisis de las relaciones patriarcales**. 2025. Tesis (Doctorado en Sociedad, Cultura y Fronteras) - Universidad Estatal del Oeste de Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMEN

La investigación muestra la relación entre patriarcado y pionerismo del colonizador y enumera algunas de sus principales problemáticas, divididas en dos categorías: referentes a la producción de memorias y discursos históricos y las vinculadas a la transmisión de estas memorias a las nuevas generaciones. Una de estas cuestiones es la tendencia a la valorización del pionerismo que caracteriza un proceso de énfasis en determinados sujetos y/o grupos sociales. Otra igualmente urgente es la invisibilidad de las contribuciones de las mujeres que promovieron la construcción del espacio urbano y rural. Borrado observado tanto en los documentos oficiales de la comunidad, como en el sistema escolar del municipio. El objetivo de la investigación es comprender la relación entre patriarcado y pionerismo a partir de la formación histórica del municipio de Santa Mariana - PR, sobre la base del análisis de documentos oficiales históricos y la reflexión dialógica con las mujeres de la localidad. En este contexto, se enumera un rol de aspectos que permiten una tensión sobre las estructuras formativas y contradictorias del patriarcado y del pionerismo/colonizador: el primero se refiere a la comprensión de las funciones "naturalizadas" socialmente de grupos históricamente excluidos, como las mujeres del municipio. El segundo aspecto de la investigación propone demostrar cómo se evidencian el patriarcado y el pionerismo en los documentos históricos. El tercer aspecto promueve un espacio de reflexión, a través de la interacción en una práctica extensionista aliada a la investigación. El método utilizado fue el materialismo histórico-dialéctico, por tratar de comprender el funcionamiento de la historia a partir de las condiciones reales de producción de la existencia y de las materialidades significativas y la metodología efectiva se por la recogida de datos a través de investigación bibliográfica y documental, análisis de fuentes teóricas disponibles en esta temática, documentos facilitados por las instituciones del municipio de Santa Mariana, como el además de la recogida de información complementaria en fuentes históricas accesibles mediante visitas técnicas al Museo Histórico Municipal de Cornélio Procópio, Museo de Historia Natural de Cornélio Procópio y Museo Histórico y Pedagógico India Vanuíre, en Tupã, instituciones educativas como la Escuela Rodolfo Wild y la secretaría de cultura de Santa Mariana. También como una referencia metodológica, se organizó un curso de extensión "Mujeres de Santa Mariana - Formación, Historia y Memoria" que ayudó a constituir el corpus de análisis. A partir de estos datos se organizaron los gestos de lectura en torno a los conceptos de patriarcado, pionerismo y colonización.

**Palabras clave:** Mujeres. Patriarcado. Pionerismo. Santa Mariana.

---

<sup>2</sup> Pionerismo: a expressão em língua espanhola será compreendida na pesquisa, relacionada ao discurso contraditório sobre a identificação dos grupos considerados como as primeiras civilizações em determinada região territorial.

## LISTA DE SIGLAS

AD: Análise do Discurso

AMUNOP: Associação dos municípios do norte do Paraná BR: Brasil

CFSP: Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná CTNP: Companhia de Terras Norte do Paraná

IAT: Instituto de Água e Terra

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PR: Paraná

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste Paraná

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Paraná com localização do município de Santa Mariana.

Figura 2 – Região geográfica do Paraná: Norte Pioneiro.

Figura 3 – Colheita do café em 1930.

Figura 4- Início da urbanização próximo à estação ferroviária de Santa Mariana-PR na década de 1930.

Figura 5 - Derrubada da mata nativa para loteamento e formação do município de Santa Mariana-PR, nas décadas de 1930 e 1940.

Figura 6- Santa Mariana na década de 1940.

Figura 7 - Estátua de Getúlio Vargas na cidade de Santa Mariana.

Figura 8 – Regiões do Paraná e colonização.

Figura 9 – Trecho inicial do Hino de Santa Mariana.

Figura 10 - Aba Pioneiros.

Figura 11 – Obra: Um casamento desigual.

Figura 12 - Documento onde cita Mariana como procuradora do esposo.

Figura 13 – Etapas de elaboração da proposta de extensão.

Figura 14 – Convite para ação de extensão.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - COLONIZAÇÃO COMO ELEMENTO DO PATRIARCADO E O DISCURSO FUNDADOR DO PIONEIRISMO NA CIDADE DE SANTA MARIANA.....</b>	<b>17</b>
1.1 O DISCURSO FUNDADOR DA CIDADE DE SANTA MARIANA.....	26
<b>CAPÍTULO II - UM DEBATE SOBRE PIONEIRISMO E PATRIARCADO E SUAS INTER-RELAÇÕES.....</b>	<b>45</b>
2.1 FATORES DE RELAÇÃO ENTRE PIONEIRISMO E PATRIARCADO.....	60
2.1.1 Materialidades sobre a visão eurocêntrica do papel das mulheres.....	65
2.1.2 Sistemas hierárquicos de gênero, classe e raça.....	70
2.1.3 O controle dos corpos das mulheres.....	72
<b>CAPÍTULO III - AS FALAS DAS MULHERES DE SANTA MARIANA: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO.....</b>	<b>76</b>
3.1 O NÃO QUESTIONAMENTO SOBRE MARIANA.....	80
3.2 OS LUGARES NA IGREJA, POSICIONAMENTOS NO MUNDO.....	83
3.3 FOTOS DE CASAMENTO E O RETRATO DA VIDA NOS MUSEUS.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é um caminho e um processo de descoberta. Um caminho, pois, desde o mestrado, a investigação lidou com o município de Santa Mariana, no norte pioneiro do Paraná e um processo, pois produziu inquietações acerca daquela comunidade, que passaram a trazer questionamentos sobre como os arranjos sociais decorrentes da colonização estabelecem relação com modos de produção específico, como o patriarcado, por exemplo.

A cidade de Santa Mariana, assim como tantas outras no interior do Paraná - ou outros interiores que receberam povos “para o progresso” - apresenta um itinerário histórico de insistência em certas lembranças em detrimento de outras: lembrar do homem que traz a civilidade e modernidade para um espaço “desabitado”; lembrar que tal homem traz consigo um baú de valores: família, propriedade, trabalho etc., que passam, de imediato, a compor uma ordem de funcionamento para quem ali já estivesse; lembrar que a terra tem dono e precisa produzir mais-valia; lembrar que o dono é o sujeito que diz quem é quem no arranjo das formas de trabalho que se constituem a partir de sua chegada; lembrar que as mulheres servem para a casa e para a geração de herdeiros, se forem ricas, e para o trabalho doméstico e serviços na roça, se pobres.

Essas memórias<sup>3</sup> que ressoam sentidos são, também organizadoras de espaços e dizeres ainda hoje, assim, observam-se cidades onde museus contam uma história quase que exclusiva, têm relatos dos pioneiros, homenagem aos desbravadores e toda sorte de registro da ocupação feita dos territórios. Entretanto, como bem sabemos, aquilo que não está, também diz e provoca a indagação pelo que foi cuidadosamente esquecido, apagado: onde estão os povos antes da colonização? Onde estão as mulheres (mesmo as dos pioneiros)? E foi olhando para tais questões, desde o mestrado, que a pesquisa ganhou forma e direcionando as análises para os esquecimentos, que organizamos nosso trabalho, partindo da relação

---

<sup>3</sup> Para Pollak (1989, p.7), a memória pode ser compreendida como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”.

entre o patriarcado e pioneirismo para chegarmos ao modo como tal relação organiza o que fica e o que não fica registrado.

A análise sobre as relações patriarcais torna-se relevante diante de um contexto em que o pioneirismo do colonizador está inscrito na formação histórica e na memória coletiva de uma localidade. Essa abordagem busca compreender como se processa o apagamento da história das mulheres que atuaram para a formação da localidade, neste caso, a cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

De forma geral, a percepção sobre esse apagamento histórico do exercício ativo das mulheres, questiona as discrepâncias resultantes de um ordenamento social, onde o poder e a autoridade máxima são estabilizados no homem, colonizador, proprietário, pioneiro. Considerado pelas tradições e mesmo pelos documentos oficiais, o precursor, aquele que primeiro chegou à região ainda desconhecida ou desabitada e que, a partir da sua disposição para o trabalho, promoveu o desenvolvimento, progresso e autonomia para a comunidade.

A história oficial do município de Santa Mariana traz um recorte bem delineado ao demonstrar uma valorização intrínseca do pioneirismo, além de pontuar de forma central uma comunidade formada a partir dos princípios do patriarcado. Os registros oficiais sobre a história da cidade, consideram o início da formação da localidade a partir da década de 1930. Em meio a esse contexto, a pesquisa foi organizada a fim de promover um tensionamento sobre os posicionamentos frente ao recorte histórico, a valorização de determinados grupos sociais, a invisibilidade de outros grupos, e a reprodução de práticas discursivas sem questionamentos nas escolas.

O campo de pesquisa relativo ao pioneirismo do colonizador e a constituição de seus reflexos se mostrou ainda delimitado a uma conjuntura espaço/temporal considerando a disponibilidade de acervos bibliográficos consultados. Em consulta ao portal da Capes (2023), quando a pesquisa englobou o termo “colonização” foram disponibilizadas aproximadamente 6.900 pesquisas na área, entre dissertações, teses e artigos científicos. Ao inserir os termos “pioneiros colonizadores”, apenas 20 produções científicas estavam disponíveis, as quais, em sua maioria, relacionam-se à colonização da região sul do Brasil, algumas sobre a fronteira do estado de Mato Grosso e uma pequena parte sobre outras regiões brasileiras.

Assim, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder no percurso da pesquisa, a seguinte problematização: investigar os fatores que materializam a relação entre patriarcado e pioneirismo do colonizador, a partir da formação histórica do município de Santa Mariana. Pois, a partir da verificação sobre as bases relacionais do patriarcado e do pioneirismo, é que se torna possível o debate sobre as contradições<sup>4</sup>, os silenciamentos<sup>5</sup> e as invisibilidades resultantes desses processos e suas implicações na prática social das mulheres.

Portanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar os conceitos de patriarcado e pioneirismo; identificar fatores de relação entre patriarcado e pioneirismo tendo como base os documentos históricos e partindo do contexto local; coletar informações complementares em fontes históricas, visitas técnicas a museus, instituições; além de demonstrar os resultados obtidos por meio da interação entre pesquisa e ação de extensão.

A partir da minha vivência em Santa Mariana pude perceber que a lacuna de informações sobre a história das mulheres é um problema que afeta a construção histórica da cidade. Durante o período que residi no município, enquanto frequentava o curso de magistério, ao realizar os estágios supervisionados nas escolas municipais, principalmente durante a semana de comemoração do “aniversário da cidade”, observei que o histórico servia como base para cópias nos cadernos, apresentações etc. E, sem nenhum questionamento sobre a história escrita, todos os anos essas atividades se repetem. No histórico do município de Santa Mariana, além de um silenciamento sobre a atuação das mulheres, não há registro sobre povos originários que viveram na região antes da chegada dos colonizadores.

Nesse cenário, algumas famílias são mencionadas como pioneiras, tendo como destaque o nome do “patriarca”, ou seja, a narrativa estabelecida é aquela organizada, também, a partir da descrição das famílias que eram consideradas as primeiras a chegar ao território e, dentro delas, o fio condutor era o patriarca, cujo funcionamento

---

<sup>4</sup> De acordo com as ideias marxistas (2019), a contradição integra as lutas de classes, pois nesse processo há uma oposição de interesses e uma inter-dependência entre os grupos sociais.

<sup>5</sup> Segundo Orlandi (1995, p. 12), o “silenciamento (que já não é silêncio, mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito”.

de nomeação é também marcado por desbravador, corajoso, aventureiro. Além disso, pouco se sabia do restante da família, apenas que era parte da vida de tal patriarca (mulheres, filhos etc., eram determinados pelos sintagmas mulher de..., filho de..., filha de..., fato que além de marcar a invisibilidade dos demais componentes familiares, assegurava que o nome do homem (chefe da família, literalmente), seria o registrado. É importante lembrar que o funcionamento da história dos pequenos municípios é marcado pela ideia de ponto inicial com a chegada de tais pioneiros, como se nada houvesse antes. O apagamento então é escalonado (dos povos anteriores à chegada dos pioneiros até as mulheres que porventura com eles vinham). A partir dessas considerações, com a finalidade de apoiar os estudos sobre a relação do patriarcado com o processo de formação da memória sobre a ocupação/exploração do território no município de Santa Mariana, realizou-se levantamentos bibliográficos em obras que tratam os conceitos de patriarcado e pioneirismo, e a formação dos discursos históricos.

Dessa maneira, pesquisa documental teve como suporte fontes históricas do município como o histórico oficial, arquivos históricos, visitas técnicas à museus e instituições de ensino, revistas comemorativas de emancipação política, imagens e fotografias antigas da localidade, entre outros, os quais apresentaram o recorte histórico seletivo e valorização do chamado pioneirismo. Em complementação às análises bibliográfica e documental, realizou-se a ação de extensão, como forma de produção coletiva de conhecimento, compartilhamento de saberes e experiências, enfrentamento das práticas de silenciamento e invisibilidade direcionadas às mulheres, e estabelecimento de diálogo entre universidade e comunidade.

Desse modo, com base nas reflexões sobre as questões sociais levantadas, foi proposta uma ação de extensão desenvolvida presencialmente, em formato de roda de conversa, com professoras da Educação Básica do município de Santa Mariana, Paraná. A roda de conversa possibilitou o debate acerca das práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de história da formação da localidade. Além do grupo participante contribuir com suas experiências e práticas pedagógicas para o aprimoramento das reflexões na pesquisa.

Durante a ação de extensão, os debates foram em torno de três temas: a análise crítica sobre o histórico oficial de Santa Mariana; quem foi Mariana, e o

silenciamento e a invisibilidade do papel das mulheres na formação histórica. Além do encontro presencial, houve o compartilhamento de materiais produzidos resultantes da pesquisa, entre outros.

Para o alcance dos objetivos do estudo, detectou-se a necessidade de pesquisa com abordagem qualitativa, tendo em vista que a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e prática extensionista. Destaca-se que há uma ampla discussão sobre os reflexos do patriarcado na sociedade, como as obras de Heleiete Saffioti (2015, 2013, 1984), Silvia Federici (2017, 2019), entre outras e outros, além de teses, dissertações e trabalhos publicados como artigos científicos.

Nesse sentido, verificou-se ainda estudos sobre o pioneirismo na perspectiva colonial, principalmente ao que se tratar da ocupação territorial do sul do Brasil, como as contribuições de Bruno Cesar Marcelino (2018). Não foi possível, porém, acessar estudos que relacionam as temáticas de patriarcado e pioneirismo, contemplando neste sentido, a busca pela originalidade do objeto da pesquisa.

Dessa forma, para uma melhor compreensão das práticas de resistências e superação das desigualdades mencionadas, espera-se que o trabalho teórico-metodológico desse estudo possa contribuir com a reflexão sobre o papel das mulheres na história do município de Santa Mariana – PR, além de questionar práticas de reafirmação da memória coletiva, voltada à valorização do papel social, econômico e político de determinadas famílias em um grupo seletivo formado pela classe dominante.

Diante do exposto, a pesquisa foi estruturada em três capítulos. Inicialmente analisa-se a colonização como elemento do patriarcado e o discurso fundador do pioneirismo na cidade de Santa Mariana. No segundo capítulo são abordados os conceitos de patriarcado e pioneirismo fundamentados em documentos históricos e referenciais bibliográficos, além dos fatores de relação entre patriarcado e pioneirismo, partindo do contexto local. Por fim, o terceiro capítulo destaca os resultados da indissociabilidade entre pesquisa e extensão e as questões levantadas durante o trabalho em grupo na formação de professores, trazendo a produção de conhecimentos de forma horizontal, promovendo a interação dialógica entre a universidade e a sociedade.

## **CAPÍTULO I - COLONIZAÇÃO COMO ELEMENTO DO PATRIARCADO E O DISCURSO FUNDADOR DO PIONEIRISMO NA CIDADE DE SANTA MARIANA**

Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso<sup>6</sup>.

Chimamanda N. Adichie.

Pensar uma apresentação sobre a história da formação de uma determinada comunidade e o papel das mulheres nesta constituição, requer considerar hiatos sobre as informações e os dados existentes, visto que as condições históricas são decorrentes de arranjos de predominância elitista. De acordo com Lugones (2014):

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. (LUGONES, 2014. p.938).

Por meio da consolidação de uma memória institucionalizada, alicerçada no processo de colonização, as subjetivas, as diversidades culturais, identitárias, os modos de viver e interagir no mundo, são definidos conforme a lógica eurocêntrica. A subalternidade das mulheres nos registros históricos também aparece como uma marca em processos de exploração de territórios (em grande escala como os movimentos de colonização ou em escala reduzida como é o caso de territórios que depois tornam-se cidades).

Neste sentido, ao propor uma breve apresentação do município de Santa Mariana, também se organiza uma aproximação na compreensão do papel das mulheres na formação histórica da comunidade, com ênfase na experiência das mulheres da classe trabalhadora.

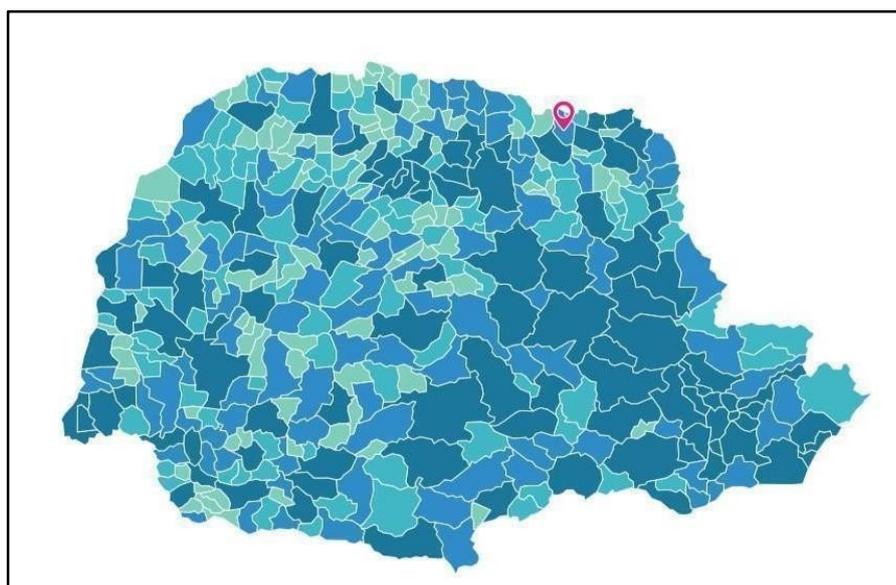
---

<sup>6</sup> Trecho da obra O perigo de uma história única. (2019).

Santa Mariana é um município localizado ao norte do Estado do Paraná, região sul do Brasil. Tem como limites fronteiriços o Estado de São Paulo, os municípios de Cornélio Procópio, Bandeirantes, Itambaracá e Leópolis. De acordo com dados do IBGE<sup>7</sup>, a população de Santa Mariana em 2022 era de aproximadamente 11.000 habitantes.

Na década de 1940, por meio de iniciativa popular de um grupo de moradores, o então distrito de Santa Mariana desvinculou-se do território da cidade de Bandeirantes e tornou-se município pela Lei Estadual 02 de 11 de outubro de 1947<sup>8</sup>. A região onde está localizado o município de Santa Mariana, também é denominada por norte-pioneiro<sup>9</sup>. O mapa extraído do site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), demonstra a exata localização da comunidade.

Figura 1 – Mapa do Paraná com localização do município de Santa Mariana



Fonte: IBGE – 2023

---

<sup>7</sup> IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-mariana/panorama>. Acesso: 16 nov 2023.

<sup>8</sup> Casa Civil – Sistema Estadual de Legislação. Lei Estadual 02/1947 – Disponível em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=15788&indice=1&totalRegistros=3&dt=17.1.2024.16.30.58.662> Acesso: 17 nov 2023.

<sup>9</sup> Sobre o “norte-pioneiro”, Carreri (2021) destaca: “A região conhecida como Norte Pioneiro do Paraná, anteriormente chamada de Norte Velho, localizada na região Nordeste do Paraná, é um território recente do ponto de vista de sua reocupação, datada do final do século XIX e consolidada a partir da década de 1930, com a expansão da fronteira agrícola. (CARRERI, 2021.p.4).

Em relação ao nome da cidade e as formas como os sujeitos podem se relacionar com o espaço, Orlandi (2014) afirma que, a materialização do pensamento se apresentar por intermédio da escrita presente na composição da paisagem urbana:

Pensamos a cidade como espaço político-simbólico em que a escrita acontece em suas formas de textualização. Espaço material concreto que funciona como um sítio de significação. Espaço político, logo, espaço da divisão, da dissimetria, do resto. (ORLANDI,2014. p. 76).

A pensadora destaca em sua análise que nesse contexto de disputas políticas e ideológicas, as escritas na cidade ressoam uma dissimetria, ou mesmo, desigualdades, seja no âmbito econômico, cultural ou social. De acordo com Orlandi (2014), os sujeitos da periferia utilizam uma linguagem, que remete às formas de transgressão da textualização permitida ou normalizada. A autora exemplifica com os casos de composições musicais, performances, entre outros. Para a autora, “a cidade tem uma narratividade urbana, que não tem um narrador particular, mas um conjunto de espaços narrativos, que vão-se construindo.” (ORLANDI,2014. p. 76).

Em um contexto de formação urbana interiorana, como de Santa Mariana, essas manifestações de transgressão ocorrem de formas distintas, quando comparada com o contexto urbano das grandes cidades. A própria denominação da cidade se constitui como uma transgressão das normas, neste caso, do regramento sobre definição de nomes de santos, pela igreja católica. De acordo com o regramento religioso, somente pessoas que foram reconhecidas como mártires, ou que tiveram milagres atribuídos a suas interseções, e que passaram por um processo bastante complexo para reconhecimento do Vaticano, podem ser chamadas de santas. A definição do nome da localidade de Santa Mariana, descumpriu os trâmites da igreja, o qual será citado ao longo do texto. Ainda sobre o processo de identificação relacionado à materialidade escrita da cidade, Orlandi (2014), afirma:

No caso da perspectiva discursiva, na produção de um imaginário, pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito em sua materialidade e nos modos de sua individuação que preside seu processo de identificação. Podemos dizer que o sujeito se significa, tomando posse do mundo/simbolizando-se no corpo a corpo com a materialidade da cidade. (ORLANDI,2014. p. 78).



Essa ampliação da produção do café para o território norte paranaense, configurou também a formação identitária do pioneirismo, considerando a forma de exploração do território e dos recursos naturais disponíveis, como por exemplo, a extração da madeira das matas nativas e a utilização da terra com motivações comerciais. Um dos resultados dessa prática exploratória do território, pode ser observado atualmente, conforme os dados do Instituto Água e Terra - IAT (2024):

Criado em 1994, o Parque Estadual Mata São Francisco, em Cornélio Procópio, preserva um dos poucos remanescentes de floresta Atlântica da região e está inserido dentro das áreas prioritárias de conservação ambiental. Localizada nos municípios de Santa Mariana e Cornélio Procópio, até 1997 foi propriedade do coronel Francisco Junqueira, motivo mais plausível para o nome Mata São Francisco. [...] a vegetação encontrada no Parque é classificada como Floresta Estacional Semidecidual. A Floresta Estacional Semidecidual está restrita às porções oeste, noroeste e norte do Paraná, correspondendo ao Baixo Iguaçu e parte da bacia do Rio Paraná. A cobertura florestal foi praticamente dizimada, restando poucos remanescentes significativos, como o Parque Nacional do Iguaçu, com 185.262 ha, e o PE Mata São Francisco, com 832,5768 hectares. (IAT, 2024, n.p.).

Nota-se pelos dados do IAT, considera-se a mata como uma espécie de obstáculo para o desenvolvimento agrícola, formação do espaço urbano e para o progresso econômico.

Contudo, é possível constatar que assim como “a cobertura florestal foi praticamente dizimada” (IAT, 2024), a história das mulheres e dos povos originários, também. Além disso, a citação enfatiza que as terras onde hoje encontra-se o Parque Estadual Mata São Francisco pertenceu a Francisco Junqueira. É interessante pensar na contradição que se apresenta nesse trecho, pois, de acordo com os documentos oficiais do Município de Santa Mariana, Francisco Junqueira foi um dos maiores fazendeiros, produtor de café e proprietário das terras onde foram formadas as cidades de Santa Mariana e Cornélio Procópio, ou seja, aquele que explorou de maneira intensificada o território para a geração de capital, também é mencionado como o sujeito que promoveu a preservação do resquício de mata nativa da região. A questão do uso exploratório das terras da região e suas consequências ambientais e sociais, também são observadas por Antunes e Zanata (2010, p.10), conforme a seguir:

[...] as coberturas vegetais naturais das três mesorregiões se encontram em baixo nível de preservação e em processo de degradação extremo. Isto pode ser explicado pelo fato de a Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>10</sup> devastar, durante décadas, grandes áreas para o plantio do café, e após a sua decadência, outras culturas agrícolas ou, também, o desenvolvimento das malhas urbanas das cidades criadas pela Companhia. (ANTUNES, ZANATA, 2010. p. 10).

Os autores apresentam uma proposta interdisciplinar sobre a exploração territorial do norte paranaense, trazendo observações e críticas sobre os prejuízos ambientais promovidos em virtude da monocultura agrícola intensificada a partir da década de 1930. Ao se fazer uma leitura do contexto de atuação da CTNP, a questão exploração do território pela companhia entre as décadas de 1930 a 1950, aproximadamente, na região norte paranaense, com destaque para a cidade de Santa Mariana, excede as intenções de investimento de capital europeu, comércio de madeira, culturas agrícolas ou loteamento urbano.

As atividades da companhia mostram os resultados de uma associação representativa da cultura eurocêntrica<sup>11</sup>, e com o apoio do Estado, produto de um panorama econômico de perspectiva colonial. Ao pensarmos sobre o funcionamento do discurso histórico sob o respaldo dessa representatividade, pode-se afirmar que nos registros e nos relatos há silenciamentos de distintas naturezas: dos povos originários, da classe trabalhadora e das mulheres.

A partir dessa concepção, a Europa e tudo que for relacionado a ela se apresenta como o modelo a ser seguido: a história legítima, os valores inquestionáveis que devem ser absorvidos por todos os povos. Nota-se um posicionamento

---

<sup>10</sup> De acordo com Kohlhepp (2014, p.56), a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) consistiu em uma empresa com investidores ingleses, tendo o objetivo de explorar as terras do norte do Paraná afim de obter capital econômico por meio da extração da madeira e produção de algodão para as indústrias têxteis inglesas. Porém, ao adquirirem as terras, a companhia direcionou seus investimentos na produção de café, na divisão do território em lotes que foram vendidos para formação de centros urbanos e agrícolas, e na construção da linha férrea para escoamento da produção.

<sup>11</sup> A representatividade pode ser compreendida como a manifestação ou a divulgação de determinados valores e formas de pensamento. Já a cultura eurocêntrica está interligada ao processo de valorização de manifestações culturais em determinados territórios, contexto histórico e de população específica, neste caso do continente europeu. Pode-se dizer que a representatividade da cultura eurocêntrica traz uma leitura equivocada do passado, apoiada na contestação daquilo que o outro representa e dos atributos e características associadas a partir desta perspectiva, ao não europeu.

hierárquico entre a cultura eurocêntrica e as demais culturas. Isso pode ser observado nas práticas do colonialismo que se fundamenta na exploração de sujeitos e recursos naturais de outros povos não europeus justificando essas formas abusivas de interação, com objetivos de levar desenvolvimento econômico e progresso.

Na obra de Fanon (2022), encontra-se um debate aprofundado sobre a colonização e seus resultados, como a violência em múltiplas dimensões, apresentando-se nas formas simbólicas e físicas. O autor apresenta esses estudos considerando contextos sociais vivenciados em sua juventude e posteriormente, em sua vida adulta, os quais passavam por um período de transição política e que amargavam décadas de submissão e exploração decorrentes da colonização europeia.

Além de pontuar as adversidades da colonização, Fanon (2022) apresenta possíveis caminhos para a resistência e reações frente à opressão, os quais foram propostos como modelos. As reflexões sobre as relações de poder que perpassam por estratégias de dominação e o fazer histórico, podem ser compreendidos a partir das contribuições de Fanon (2022), segundo o qual:

O colono faz a história, e sabe que a faz. E como se refere constantemente à história de sua metrópole, indica claramente que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que ele escreve não é, portanto, a história do país. (FANON, 2022. p. 48).

De acordo com o pensador, as estratégias de colonização são constituídas por práticas que favoreçam a manutenção dos interesses e dos sistemas econômicos e culturais da metrópole, inclusive na definição do que se considera histórico e o que é desconsiderado. Apesar de não se referir ao contexto social brasileiro, observa-se que essa reconfiguração conceitual e ideológica, apresentada pelo autor, pode ser relacionada com os impactos nas práticas sociais e na própria formação das cidades brasileiras. Conforme Fanon (2022), é preciso fomentar debates relacionados a internalização e continuidades das práticas de opressão:

A história nos ensina que o combate anticolonialista não se inscreve de imediato numa perspectiva nacionalista. Por muito tempo o colonizado dirige seus esforços para a supressão de determinadas iniquidades: trabalho forçado, sanções corporais, desigualdade salarial, restrições dos direitos políticos etc. (FANON, 2022. p.147).

Para o autor, o enfrentamento às práticas resultantes da colonização decorre de um processo longo, profundo e complexo, considerando as questões de desigualdades e limitações em vários aspectos, impostas pela classe dominante. Essa imposição está atrelada ao modo de produção capitalista e, por consequência, aos seus valores e ideias, os quais desconsideram a diversidade cultural e histórica. Segundo Fanon (2022), essa mentalidade cosmopolita de base eurocêntrica da elite dominante, impacta a sociedade e condiciona a formação dos sujeitos:

A fragilidade clássica, quase congênita, da consciência nacional dos países subdesenvolvidos não é apenas consequência da mutilação do homem colonizado pelo regime colonial, mas também o resultado da indolência da burguesia nacional, de sua indignação, da formação profundamente cosmopolita de sua mentalidade. (FANON, 2022. p.148).

De acordo com o autor, a formação de uma consciência frágil sobre as possibilidades de luta e mudanças no contexto social de um povo, decorre não apenas das opressões ou violências sofridas por meio do processo colonizador, mas também pelo posicionamento inerte e indiferente da burguesia local. Nota-se um paralelo quando se trata da percepção ou da compreensão da história das mulheres na sociedade. No pensamento de Colling (2013):

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século XIX, quando a História se transforma em disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. [...]. Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. (COLLING, 2013. p. 31).

Dessa forma, pode-se afirmar que a percepção fragmentada da sociedade sobre o papel das mulheres na história, também decorre de posicionamentos de

indiferenças, de ausências de registros históricos, de inércias no âmbito jurídico, político, entre outros.

Ainda sobre as fases de colonização da região do norte paranaense, Tomazi (1997) e Wachowicz (2001), afirmam que se efetivou por três principais fases históricas, a primeira como constitutiva da província de São Paulo, entre os séculos XVI e XIX. A segunda fase refere-se já ao desmembramento político de São Paulo, mas com a expansão da cultura do café ainda no final do período monárquico e primeira república. Na terceira fase, durante e após o Estado Novo de Vargas, a região passa a ser conhecida como norte-pioneiro, onde nota-se além da expansão agrícola, a formação de centros urbanos. O pioneiro como nomeação histórica passa a ser também objeto de reflexão, pois de acordo com Carreri (2021):

Essa lógica de instituir a “colonização”, coloniza, em outro momento, a própria consciência e instala um imaginário local. Em outros termos, produz uma memória retificadora do trabalho dos “pioneiros desbravadores”, assimilada como marco zero de “instalação” da região. Os três momentos de sua fundação (norte do Paraná, norte velho e norte pioneiro), com as suas representações singulares, dizem muito sobre sua ocupação. (CARRERI, 2021, p.04).

Para o autor, a denominação “norte-pioneiro” não se faz inserida histórica e culturalmente ao acaso, mas é instaurada a partir da estruturação de uma memória seletiva e de uma ruptura com o campo político da velha república. Ao expressar um arranjo social em que o passado é reformado de acordo com a ideologia estado-novista, insere-se uma perspectiva de um passado inacessível, de grandes feitos e considera o início de uma trajetória histórica e social de uma região ou localidade, diante de determinados critérios, como por exemplo, a colonização para exploração econômica agrária e a formação das cidades pelos pioneiros colonizadores.

No que se refere ao arranjo social fundamentado na ideologia do Estado Novo, vale ressaltar que o contexto político tem influência direta na vida das pessoas, especialmente no que diz respeito à vida das mulheres. Compreender a relação entre Estado e sociedade, permite adentrar em cenários desafiadores, a forma como a sociedade se organiza e como as mulheres estão inseridas nessa contextualização. O Estado Novo foi uma forma de organização política específica na história da sociedade brasileira, entre as décadas de 1930 e 1940, o qual, fundamentado em

ideais basilares referentes ao campo político e econômico, operava a partir dos princípios autoritários e ditatoriais.

Nesse sentido, pensar sobre os princípios ideológicos autoritários e restritivos no período do Estado Novo e como se processa a conexão com o patriarcado e o pioneirismo, possibilita observar os desdobramentos dessas ações para a vida das mulheres<sup>12</sup>. Ainda é possível, de acordo com o autor, pensar sobre o par pioneiro/fundador que instaura o “novo”, aquilo que se desloca efetivamente se desvincula do “velho”, mudando a perspectiva de como as terras passariam a ser geridas a partir de então.

## 1.1 O DISCURSO FUNDADOR DA CIDADE DE SANTA MARIANA

Dentre as questões apresentadas, verificam-se alguns dos principais aspectos do funcionamento dos discursos fundadores do município de Santa Mariana, com base nas contribuições da Análise do Discurso de linha francesa, de modo que tais aspectos possam ser pensados por meio da materialidade histórica das condições vivenciadas pelas mulheres.

Para tanto, foram abordados temas como discurso fundador, história e o trabalho das mulheres. Essas três categorias se mostram basilares, pois no decorrer da pesquisa nota-se a constituição da memória coletiva da localidade como decorrente de acontecimentos históricos constituídos a partir de documentos oficiais, os quais evidenciam o posicionamento dos sujeitos na estrutura da sociedade, suprimindo o papel ativo das mulheres no contexto social e histórico.

Sobre o funcionamento dos discursos fundadores e suas implicações na história das mulheres do município de Santa Mariana, destaca-se a conjuntura pela qual se estabelece a memória local e quais fatores se mostram impulsionadores para a continuidade de uma sociedade de base patriarcal. Segundo Orlandi (2001, p.07),

---

<sup>12</sup> Esses desdobramentos para a vida das mulheres serão discutidos ao longo do texto.

"os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país". Nesse contexto, surge a questão de como os discursos fundadores reverberam para atender às necessidades e manutenção de poder de um grupo social específico.

Para Pêcheux (1997, p. 92), "todo processo discursivo se insere numa relação ideológica de classes", ou seja, o discurso está atrelado aos condicionantes históricos e ideológicos de determinados contextos e grupos sociais. Assim, os discursos fundadores são resultantes de práticas culturais, sociais e históricas impostas e alicerçadas na ideologia da elite dominante.

Vale observar que no contexto histórico marianense das décadas de 1930 e 1940, a elite dominante era composta pelos proprietários de terras, comerciantes, representantes do governo e membros de organizações políticas partidárias, ou seja, o grupo de sujeitos com influências, privilégios e que controlavam os meios de produção, os valores, as ideias, os discursos fundadores.

Conforme Orlandi (2001), os discursos fundadores estão interligados com os acontecimentos e com as estruturas sociais, porém têm o intuito de fazer funcionar um passado idealizado coerente com os interesses da classe dominante e que, segundo essa vertente, não pode ser contestado. De acordo com a autora, os discursos são compostos por enunciados que se inserem como mecanismos ideológicos influentes e têm efeitos sobre os sujeitos de forma recorrente nas experiências vivenciadas, nos hábitos, nos costumes.

O tema da construção da memória histórica representa com certeza uma questão que vem sendo cada vez mais desenvolvida sistematicamente pela Análise do Discurso, sobretudo quando analisado do ponto de vista de como a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso. A partir da análise das formas de inscrição da historicidade (de uma formação social em uma dada conjuntura) na linguagem, torna-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, processos discursivos que tecem e homogeneizam a memória de uma época. (ORLANDI, 2001. p. 41).

A seleção dos documentos oficiais do município de Santa Mariana, observa a configuração de textos que caracterizam discursos fundadores. Assim, a escolha dos textos considerou aqueles que possuem valor histórico e significado para a comunidade, ou seja, que envolvam valores que são partilhados pelo coletivo e

transmitidos às novas gerações. Neste sentido, os documentos históricos não são considerados isoladamente, mas estão correlacionados numa constituição discursiva.

No campo político brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, o movimento constitucionalista paulista e o movimento getulista expressavam enunciados divergentes. Essas expressividades promovem um deslocamento singular no cenário político, histórico e cultural, e especificamente, na formação das cidades. Sobre a formação das cidades paranaenses, a partir da materialidade histórica de Santa Mariana, constatou-se evidências de uma construção discursiva direcionada e delimitada<sup>13</sup>, observadas no histórico oficial disponível no arquivo da biblioteca municipal e no site da prefeitura:

Formou-se em 1.934 um pequeno povoado em terras pertencentes ao Senhor Francisco Junqueira, o qual se foi aos poucos desenvolvendo, com a presença de correntes constantes de forasteiros de diversas procedências, animados pela fertilidade da gleba. [...]. Segundo antigos moradores, a denominação de Santa Mariana constitui uma homenagem da localidade à Senhora Mariana Junqueira, esposa do Doutor Francisco Junqueira, já falecido, primeiro proprietário das terras onde veio instalar-se o Município. (PARANÁ, n.d.).

Nota-se que não há registros no documento oficial da vida e das contribuições da mulher que propicia o nome da localidade, apenas uma breve observação que Mariana Junqueira era esposa do antigo proprietário das terras onde a cidade foi formada.

Embora seja um texto histórico oficial da cidade, não há registro da data e nem do autor ou autores da escrita. Com base nos estudos de Courtine (2016), em que o discurso está interligado com a ideologia e os processos históricos, pode-se afirmar que o histórico oficial representa uma fração da sociedade, a qual, a partir da composição escrita, materializa o funcionamento patriarcal com destaque para o poder da figura masculina, indicado pelos adjetivos de “primeiro proprietário e doutor”.

---

<sup>13</sup> Pode-se entender que o discurso materializado no histórico oficial é caracterizado pelos termos direcionado e delimitado, pois possui um direcionamento, um objetivo (propagar para as próximas gerações, uma fração histórica que valoriza a hierarquia de determinado grupo sobre outros) e, também demonstra uma delimitação, que restringe a história de forma intencional (quando não menciona as contribuições das mulheres, dos povos originários e dos camponeses na formação histórica e social do município).

A mulher é descrita como a “esposa do doutor”, a homenageada, em um visível papel histórico secundário. A classe trabalhadora é descrita como “forasteiros de diversas procedências”.

Ao descrever Francisco Junqueira como primeiro proprietário das terras onde o município foi formado, o documento funciona como aporte de valorização do pioneirismo e desconsidera todo o contexto histórico anterior ao recorte mencionado. De acordo com Courtine (2016):

[...] é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito). (COURTINE, 2016. p.26).

O domínio da memória discursiva da localidade e seus efeitos de redefinições, recordações ou esquecimentos, a partir do documento institucionalizado supõe uma escolha ideológica de ajuste social a partir das relações de gênero e classe social: as mulheres de forma passiva (esposa/homenageada) e a classe trabalhadora como não pertencente ao lugar (forasteiros), portanto, ambos submissos ao poder hierárquico outorgado pelo viés da sociedade capitalista e patriarcal. Para Federici (2021):

Analisar a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista [...] também revela a continuidade entre discriminação de gênero, [...] e nos possibilita transcender a política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente. (FEDERICI, 2021.p.97).

De certo modo, o documento oficial apresenta uma contradição quanto a sua análise: conforme o posicionamento e perspectiva dos sujeitos, a escrita serve de continuidade dos valores implícitos para as novas gerações, como elemento permitido do conhecimento nas instituições escolares, ou seja, a manutenção do poder hierárquico, pelo controle do saber. Mas, a partir de outra perspectiva e posicionamento, o documento pode possibilitar um encontro com o não-dito<sup>14</sup>, quando

---

<sup>14</sup> No excerto o não-dito fala, de algum modo, daquilo que Lerner (2019) trata sobre o fato de que a história das mulheres não foi (em processos como a colonização ou pioneirismo) contada por elas, por isso, as posições sociais mencionadas nos relatos equivalem aquelas posições que são fruto do

o olhar transcende o “dito” e volta-se de forma questionadora e crítica, sobre a atuação das mulheres frente às várias práticas de opressão, além do processo histórico suprimido intencionalmente para a permanência de determinada organização social. Sobre a necessidade de superar uma perspectiva universalizada da história, Adichie (2019) afirma:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019. n. p.).

A partir do compartilhamento de experiências vivenciadas em sua infância e juventude, Adichie (2019) traz uma análise sobre a construção de identidade cultural, que no caso, não refletia a realidade e os sujeitos da sua localidade. Para Adichie (2019), as contradições e os danos que podem ser causados por uma visão histórica única ou “oficial”, em que os acontecimentos são retratados com base em uma perspectiva hegemônica, onde prevalecem os interesses dos sujeitos com poder na sociedade. A autora observa como discursos entrelaçados por uma visão equivocada sobre determinados sujeitos ou grupos sociais, são naturalizados ou assimilados sem que haja questionamentos. Conforme a pesquisadora afirma, essa assimilação passiva se concretiza por meio de várias versões de uma mesma história, assim como se visualiza no histórico exemplificado da cidade de Santa Mariana.

Em continuidade às análises, nota-se uma confluência entre o histórico disponível na biblioteca municipal de Santa Mariana e o texto disponibilizado na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023). Ao acessar a página IBGE - cidades, e no campo pesquisar, inserir a nomenclatura Santa Mariana - Paraná, algumas informações são apresentadas, incluindo uma aba sobre a história do município, onde o texto está compartilhado da seguinte forma:

---

patriarcado (como modo em diferentes formações sociais): esposa, mães, filhas etc, que no exemplo de Mariana Junqueira, da parcela rica da nascente sociedade em tais territórios.

Formou-se em 1934 um pequeno povoado em terras pertencentes a Francisco Junqueira, o qual se foi aos poucos desenvolvendo, com a afluência constante de forasteiros de diversas procedências, animados pela fertilidade da gleba. Assim, já em 1938, precisamente a 20 de outubro, foi criado o Distrito Administrativo e Judiciário de Santa Mariana, com território desmembrado do Distrito de Bandeirantes. Em virtude da própria expansão econômica da comuna, com o desenvolvimento sobretudo da cultura do café, em pouco tempo Santa Mariana apresentou condições para emancipar-se política e administrativamente, tanto que o Distrito foi elevado à categoria de Município em 1947. (IBGE, 2023. n.p).

Verifica-se no texto uma demarcação temporal relacionada às datas de 1934, 1938 e 1947, todas dentro do período em que o Brasil passava pelo regime estadonovista de Getúlio Vargas. Além disso, a denominação do município de Bandeirantes<sup>15</sup>, que aparece no texto, cidade, assim como Santa Mariana, inserida em uma região conhecida por norte-pioneiro, remete a pensar sobre quais histórias são credibilizadas nas normativas legais. A questão reside não apenas na nomeação do lugar, mas na busca pelo seu significado, pelos efeitos produzidos e nas condições de produção que expressam uma concepção de mundo escorada numa memória histórica delimitada.

A formação dos municípios em geral, e de uma forma ampla, do Estado brasileiro, não considera em suas narrativas históricas, a participação ativa das mulheres. Ainda que em algumas exceções essa participação seja evidenciada, os princípios da sociedade patriarcal prevalecem, assim como ocorreu nos documentos históricos mencionados.

Nota-se que Mariana Junqueira não é citada no texto, pois o destaque está novamente no esposo e proprietário das terras onde o município foi desenvolvido. Do ponto de vista social, ainda que Mariana pertencesse à classe dominante, tanto no âmbito econômico, quanto político, sua presença é apagada nos documentos históricos da localidade.

---

<sup>15</sup> Os bandeirantes: denominação atribuída aos caçadores dos povos indígenas, na época do Brasil colonial. É um nome que marca o incontornável da colonização.

Nessas condições, se as mulheres das classes dominantes são invisibilizadas no processo de formação do Estado brasileiro<sup>16</sup> e no acesso aos seus direitos, o que dizer sobre as mulheres da periferia, as camponesas, as migrantes. Ainda é preciso considerar que o modelo de composição das cidades era vinculado à formação do Estado, no caso de Santa Mariana surge a partir de uma exploração econômica agrícola voltada à exportação. Esse modelo é herdado desde a colonização do Brasil pelos europeus, ainda presente na formação das cidades do interior, em meados do século XX.

O trabalho era entendido como meio de subsistência para as classes subalternas, no entanto, para a elite, além de ser mecanismo para a geração de renda, também se faz instrumento de controle, posição de autoridade, domínio dos recursos naturais, das subjetividades, entre outros. Portanto, se torna essencial considerar as mudanças no território brasileiro nos diversos períodos históricos também a partir do trabalho, das vivências e experiências das mulheres. De acordo com Federici (2021):

O trabalho doméstico atribuído às mulheres com destino natural se une e se reveza com o trabalho de milhões de camponesas, agricultoras de subsistência e trabalhadoras informais que cultivam e produzem as mercadorias que a mão de obra assalariada consome ou, ainda, fornecem a custo reduzido os serviços que a reprodução dessa mão de obra exige. (FEDERICI, 2021.p.101).

Para a pensadora, o trabalho das mulheres se torna estratégico para o funcionamento da sociedade. Porém, Federici (2021) conduz a uma crítica sobre a “naturalização” do trabalho exercido nos domicílios, como se fosse destinado e exclusivo às mulheres. Neste sentido, pode-se compreender que o trabalho das mulheres abrange nuances profundas e complexas no tecido social. O trabalho realizado por elas é o pilar que sustenta e possibilita o fluxo da cultura organizacional capitalista, segundo a visão da autora.

Ao analisar os documentos referentes à colonização do território marianense, nota-se a vinculação do trabalho no cultivo do café como responsável pela formação

---

<sup>16</sup> A formação do Estado brasileiro é marcada pela dominação do território e exploração dos recursos naturais e mão-de-obra, controle dos meios de produção pela elite dominante, além da imposição de ideias e valores. Isso gera desigualdades sociais e econômicas, nos diversos tempos e espaços.

da cidade. Na imagem abaixo, observa-se a presença predominante de mulheres trabalhando na colheita.

Figura 3 – Colheita do café em 1930



Fonte: Theodor Preising, Revista Zum - 2018

A imagem registrada pelo fotógrafo alemão Theodor Presing, a pedido do governo do estado de São Paulo, mostra o trabalho na colheita de café nas fazendas do interior paulista na década de 1930. Considerando a proximidade geográfica e a política de expansão da produção paulista para o território paranaense, apesar de não ser uma imagem específica das trabalhadoras de Santa Mariana, as condições de trabalho eram semelhantes na época de intensa produção na região. Os dados da Associação dos Municípios do Norte do Paraná - AMUNOP (2020), reiteram o discurso fundador do histórico, e do texto do IBGE, quanto a uma construção histórica fraturada e lacunar.

Conforme o pensamento de Robin (2016), pode-se compreender que, de algum modo, toda história é lacunar, o que precisa ser debatido é porque as histórias sobre os grandes acontecimentos têm efeito linear, cujas lacunas são sempre as das classes subalternas e são elas que contam as suas histórias. Do ponto de vista da historiografia, a história oficial é das possíveis, não a única e sabidamente, como

diriam os historiadores da nova história, sempre a dos vencedores (brancos, homens, ricos etc.).

Em virtude da própria expansão econômica da comuna, com o desenvolvimento sobretudo da cultura do café, em pouco tempo Santa Mariana apresentou condições para emancipar-se política e administrativamente, tanto que o Distrito foi elevado à categoria de município em 1947. A ocupação do território do município de Santa Mariana iniciou em 1934, com a formação de um pequeno povoado. A fertilidade das terras, aos poucos, foi atraindo mais colonos e o povoamento se desenvolveu aceleradamente com a chegada da estrada de ferro. Sua atividade econômica principal é a agricultura, tendo no início da colonização o café como principal cultura. (AMUNOP, 2020. n.p.).

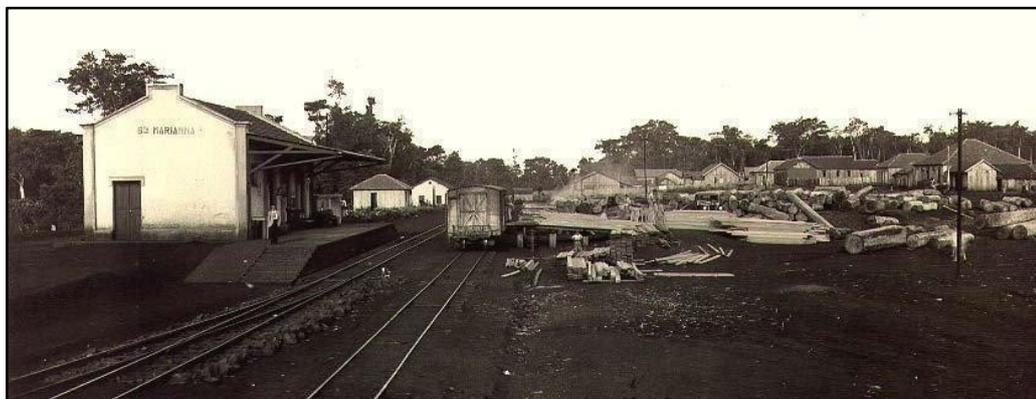
De acordo com o texto, o capital gerado pela cultura do café, intensificou a colonização da localidade entre as décadas de 1930 e 1940, quando é feito o reconhecimento legal do município, considerando as exigências previstas em lei. A ferrovia funcionava como uma alternativa para o escoamento da produção do café e demais cultivares, para fins de exportação, mobilidade de pessoas, entre outros.

Ao propormos uma reflexão sobre esse contexto, pode-se estabelecer um intercâmbio entre o desenvolvimento econômico da localidade e a força de trabalho das mulheres marianenses. São elas que além de irem para o trabalho intenso nas lavouras, junto com seus pais, esposos, filhos, também proporcionaram as condições essenciais e estratégicas para que toda a força de trabalho envolvida na produção tenha continuidade. Conforme Federici (2021, p.68.), as mulheres são colocadas como responsáveis pela reprodução, assistência e suporte da mão-de-obra para o funcionamento do sistema capitalista.

Em síntese, sem a atuação das mulheres marianenses na educação e cuidado com as novas gerações, sem o suporte no preparo dos alimentos, na higiene da casa, nos saberes ancestrais relacionados a cura de doenças, na confecção das vestimentas, das moradias e no trabalho no campo, entre outros, o chamado “desenvolvimento” do município não seria executável, ou seja, os recursos econômicos gerados pelo café só foram possíveis pela força ativa de trabalho das mulheres.

Ainda sobre a ocupação do território e o papel estratégico de Mariana Junqueira na formação da cidade, é possível visualizar a imagem da antiga estação ferroviária e o decorrente início da área urbana. Ao fundo, pode-se observar parte da mata nativa que posteriormente foi derrubada, tanto para extração de madeira e ampliação das áreas destinadas às atividades agrícolas, bem como para loteamento e construção de casas.

Figura 4- Início da urbanização próximo à estação ferroviária de Santa Mariana-PR na década de 1930.



Fonte: Wanderley Duck. Estações Ferroviárias do Brasil, 2020.

A fotografia faz parte do acervo do museu histórico municipal de Cornélio Procópio, cidade vizinha ao município de Santa Mariana. De acordo com os estudos de Brasil (2014), e Dias (2000), Mariana Balbina Procópio Junqueira, aparece como uma mulher atuante e decisiva na formação urbana do município:

Francisco da Cunha Junqueira, como paulista, participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, como outros paulistas quatrocentões da família Junqueira. Com a derrota de São Paulo, ele foi exilado. Sua esposa, Mariana Balbina Procópio Junqueira, cujo apelido era Anita, assumiu o controle da propriedade familiar, iniciou o loteamento e negociou com a CFSP. (BRASIL, 2014. p. 44).

As pesquisas dos historiadores Brasil (2014), e Dias (2000), mostram que Francisco inicia as negociações com a empresa responsável pela construção da ferrovia, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP), porém, com a prisão

e exílio político do esposo<sup>17</sup>, Mariana assume a administração das propriedades, finaliza o diálogo sobre a passagem da ferrovia por suas terras, além de promover o início das vendas para fins de loteamento na década de 1930.

Figura 5 - Derrubada da mata nativa para loteamento e formação do município de Santa Mariana- PR, nas décadas de 1930 e 1940.



Fonte: Museu Histórico Municipal de Cornélio Procópio, 2023.

Apesar das potencialidades econômicas, políticas e sociais vislumbradas na região, as trabalhadoras e os trabalhadores que migram para a localidade nas décadas de 1930 e 1940, encontram muitas dificuldades, como afirmam os estudos de Dias (2000). A questão das doenças altamente contagiosas, a falta de infraestrutura básica, como saneamento e acesso à assistência médica, falta de escolas e segurança pública, dificuldades com o manejo da lavoura de subsistência, favorecem de modo intenso o êxodo da população na região. Segundo Dias (2000):

A maleita, ou febre intermitente, como se falava, grassava pelas margens dos Rios das Cinzas, Laranjinha, Congonhas e Tibagi. Muitas

---

<sup>17</sup> De acordo com o pesquisador Brasil (2004, p. 44), “Francisco da Cunha Junqueira, como paulista, participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, como outros paulistas quatrocentões da família Junqueira. Com a derrota de São Paulo, ele foi exilado”. Francisco foi secretário de agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo na década de 1930, e participou ativamente das manifestações de oposição ao governo de Getúlio Vargas, inclusive assinando decretos que visavam aparelhar e equipar o exército constitucionalista.

famílias voltavam provisoriamente e até definitivamente para as localidades de origem, perdendo as terras que haviam comprado. A invasão das lavouras pelos animais silvícolas e as aves, também prejudicavam os resultados tão esperados. Outro fator adverso foi a mudança de clima e o ritmo de vida que levavam em sua terra de origem. Tudo foi completamente alterado. (DIAS, 2000. p. 33).

Considerando todos os obstáculos descritos pelo autor, é possível lançar um olhar para o papel das mulheres em contextos de adversidades. Nessa vertente, é importante compreender que a divisão do trabalho e as funções de cuidado exercidas de forma não remunerada também são parte das estratégias de exploração capitalista, conforme aponta Federici (2017). Em uma sociedade patriarcal na qual a função do cuidado fica sob responsabilidade das mulheres, a sobrevivência e/ou permanência em territórios, apesar das dificuldades, é grande parte em razão delas, quando se considera os conhecimentos sobre as plantas medicinais, o manejo com os animais e plantas, a adaptação das receitas tradicionais em seus lugares de origem, com os alimentos disponíveis nos novos lugares.

É importante lembrar que as mulheres (filhos, filhas etc.) levadas em processos de tomada de terras não podiam escolher suas trajetórias. Assim como ferramentas, animais e sementes, as mulheres faziam parte de um todo necessário para que os processos de colonização fossem realizados. Se o pioneiro e os demais homens ficavam com o trabalho na terra e, por vezes, a articulação política (organização de estradas, escolas, igrejas), às mulheres restava o que a elas é imposto como “natural”: cuidados dos entes, da casa, da educação dos filhos. Também de forma desigual, as mulheres que compunham os trabalhos de casa, ficam ainda responsáveis pelos chás, remédios caseiros, emplastos e outras formas de cura que não envolvesse diretamente os médicos (distantes e em pouca quantidade).

As formas de resistência são vistas também como a luta pela sobrevivência. Pensando a mulher como ser formado histórico pela discursividade, não se trata aqui de atribuir uma condição heroica diante da realidade, mas de fomentar a observação sobre os fatores que posicionam as práticas de cuidado para as mulheres, praticamente de maneira exclusiva, em uma sociedade patriarcal.

A história oficial também tem, como geralmente, a convivência com povos originários<sup>18</sup> como sendo dificultosa, problemática, mas os problemas vieram com a imposição de uma vida e uma relação com a natureza completamente distintas daquelas com as quais os povos estavam acostumados. Só era dificuldade para o colonizador, para os povos originários foi exploração, desapropriação, doenças, violência contra as mulheres indígenas. De acordo com Dias (2000):

Em 1928, começam os problemas com os caingangues que costumavam atacar os desbravadores que acompanhavam a turma do agrimensor encarregado dos serviços de demarcações. Muitas vezes pedimos providências para os grupos de catequese, mas nada evitava os ataques. Resolvi, devidamente acompanhado por um grupo de trabalhadores, adentrar a mata, repleta de palmitos, figueiras brancas, paus d'alho, madeiras de lei como cabreúva, peroba, marfim, ipês, [...] e ir de encontro dos caingangues. (DIAS, 2000. p. 42).

Verifica-se que Dias (2000) traz o diálogo e a perspectiva do pioneiro que relata a experiência desses embates, os quais, é preciso salientar que foram de modo desigual para os povos originários, considerando a disponibilidade de armamento que os colonizadores dispunham. Sobre a relação dos povos originários com o território, observa-se as contribuições dos estudos de Ayres, et al (2023):

A relação dessas comunidades com seus territórios é parte fundamental de sua sociedade e se estabelece desde seus processos de povoamento das terras. Nesse sentido, segundo a tradição Kaingang, até mesmo a sua origem guarda relação com o ambiente em que estão inseridos. [...]. O território Kaingang é representativo de sua cultura e cosmologia. Não se trata de uma área somente, mas espaço de significações e reprodução de seu modo de vida. (AYRES, 2023. p. 9).

Nota-se que, para os kaingang, a definição de território está interligada a sua própria existência, sua ancestralidade. Isso demonstra que os embates naquele espaço territorial, naquele espaço-tempo, ultrapassam a defesa pela “posse ou propriedade da terra”, mas os povos originários que ali viviam, defendiam a sua sobrevivência.

---

<sup>18</sup> A partir dos estudos de Mota (2014, 2010), pode-se afirmar que houve a presença de vários povos originários na região chamada de norte-pioneiro paranaense, antes e após da chegada dos pioneiros colonizadores, entre os quais podemos citar os garani e os kaingang.

Ao analisar a citação de Dias (2000), verifica-se a utilização de uma expressão, a palavra “desbravadores”. Um dos pontos que podem ser abordados, seriam os mecanismos geradores que preconizam os sentidos para a utilização e de correlação entre as palavras pioneiros-desbravadores. Frente a uma delimitação de espaço e tempo, o texto remete a um processo histórico ocorrido anteriormente à década de 1940, com o início da produção agrícola e urbanização da região paranaense. Neste caso, pode-se afirmar que o conceito de pioneiro que fundamenta esse estudo, está interligado ao conceito de pioneiro-colonizador.

De acordo com o dicionário Aurélio (2010, p.232) o verbo desbravar significa: “1. Domar, amansar. 2. Preparar (terreno) para cultura. 3. Explorar (terras desconhecidas). 4. Abrir caminhos em.” É possível apreender uma problemática na utilização desse termo, primeiramente relacionada à estrutura etimológica da palavra, des - tirar, bravar - o bravo, impetuoso, aquele que não se enquadra nas regras da civilidade. Nesta hipótese, quem teria o papel daquele que tira a braveza e quem seria o bravo? Ao considerar as outras definições, preparar o terreno, explorar terras desconhecidas, também se observa uma controvérsia, pois as terras da localidade citada não eram consideradas desconhecidas, haja vista os tratados de exploração do território brasileiro ainda na fase inicial da colonização espanhola e portuguesa, e mesmo os vestígios e registros históricos dos povos originários que habitavam os territórios anteriormente à chegada dos exploradores europeus.

É preciso lembrar, como pontua Volochinov (2017), que as palavras estão sempre no campo da disputa entre diferentes forças ideológicas. O desbravamento, a partir da perspectiva da historiografia tradicional, revela uma relação de dominância em torno do espaço, do território e daqueles que nele habitam. Assim, para Antoine (2022, p.10), a palavra “reflete inevitavelmente as condições sócio-históricas nas quais está enraizada, quanto que as contradições sociais vigentes também serão refratadas nela.” Um dos indicativos que o termo desbravamento demonstra essa relação de poder e dominância está no conceito de progresso atrelado à ideia de inovação.

O progresso, na perspectiva do desbravamento diz respeito a um conjunto de práticas e saberes que impõem a tudo aquilo que dele não faz parte designações como atraso, arcaico etc. Portanto, aquilo que não condiz com o progresso, precisa

rapidamente a ele se adaptar: povos, florestas, territórios, meios de produção que - a cada tempo determinado da história - respondem de forma diferente ao conceito de progresso.

As formas como os espaços foram organizados, a maneira como as cidades foram estruturadas neste período histórico, expressam os resultados do desbravamento e a ideia de progresso mencionados. A imagem a seguir é uma fotografia do início da urbanização da cidade de Santa Mariana, capturada na década de 1940 e disponibilizada pelo site do IBGE. Não há identificação da autoria da imagem, mas verifica-se que o propósito seria demonstrar um panorama das mudanças ou das transformações na paisagem do lugar.

Figura 6- Santa Mariana na década de 1940.



Fonte: IBGE, 2023.

Na imagem é possível ver a igreja matriz da cidade, construída no ponto mais alto do relevo e na área central. Aparece também no centro da fotografia. Observa-se por meio da imagem, a disposição das quadras e dos lotes urbanos misturados com pequenas produções agrícolas. A disposição das construções na área central, como igreja, praça, comércio, e residências da classe burguesa, além da estrutura e

disposição mais periférica das casas da classe trabalhadora, seguem um modelo arquitetônico deliberado e herdado ainda do Brasil Colonial. No entorno da área urbana estão as propriedades rurais onde se fomenta a maior parcela da economia do município.

Ainda sobre os elementos que compõem a paisagem urbana do município de Santa Mariana, destaca-se a estátua de Getúlio Vargas, fixada na praça principal, onde inclusive, está localizada a igreja em destaque na imagem acima.

Figura 7 - Estátua de Getúlio Vargas na cidade de Santa Mariana



Fonte: Tiago S. Vitorini, 2025.

A fotografia retrata uma homenagem feita ao presidente do Brasil, que inclusive, exercia seu mandato na época do início da urbanização de Santa Mariana. Nota-se que há uma placa com os dizeres: “Os trabalhistas de Santa Mariana ao presidente Vargas”. Observa-se que não há indicativos de datas ou outras informações referentes à escultura. Nesse sentido, alguns questionamentos foram levantados: por que a estátua de Getúlio Vargas foi colocada no centro da cidade, na praça principal do município? Por que se utiliza o termo trabalhistas e não trabalhadores? Com exceção da citação no histórico oficial, qual seria o motivo que

não há imagens ou homenagens, como a direcionada a Vargas, para Mariana e Francisco Junqueira?

Antes de pensar sobre as questões apontadas, nota-se que a estátua demonstra algumas características do homem e do poder hierárquico atribuído ao sujeito, numa sociedade patriarcal. Conforme destaca Bourdieu (2012, p.82), “a representação comum concedendo ao homem a posição dominante, a do protetor que envolve, toma conta, olha de cima, etc”. Observa-se que a imagem demonstra esse “olhar de cima”, além do posicionamento da estrutura, colocando o “homem de poder” no centro da localidade. Ainda sobre esses adjetivos designados à figura masculina na sociedade, Bourdieu (2012, p. 85) afirma, “o dominante tem, principalmente, o poder de impor sua visão de si mesmo como algo objetivo e coletivo (sendo seu auge representado pelas estátuas ou pelos retratos majestáticos), constituindo-se, assim, em sujeito absoluto”. Esse pensamento corrobora com as formas de governança ditatorial no comando de Vargas, com as práticas políticas de poder impositivo, em outras palavras, a estátua representa tanto o sujeito homenageado, quanto o sistema social da época.

Em relação aos nomes das ruas da cidade, observa-se que não há registros de rua com o nome de Mariana ou de Francisco Junqueira, considerando que eram ícones na história local. Alguns moradores mais antigos, afirmam que no passado até houve uma rua com o nome de Francisco, mas não sabia informar o motivo pelo qual o nome foi substituído.

Em uma primeira impressão, a estátua de Getúlio pode parecer um pouco desconexa do contexto marianense, levantando a hipótese que se tratava de algum costume das cidades antigas em homenagear o famoso presidente. No entanto, ao refletir sobre os textos de lei, arquivos de jornais das décadas de 1930 e 1940, compreende-se que aquela homenagem tem um sentido maior. De acordo com Guimarães (2003):

Os espaços de enunciação são espaços constituídos politicamente pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2003. p. 55).

A cidade de Santa Mariana, como lugar físico, cultural e social, e sua história retratada nos arquivos estudados, se coloca como espaço de enunciação, onde determinadas formas de pensar e agir são construídas. Um exemplo desses papéis sociais conflitantes com o contexto ditatorial está na figura de Francisco Junqueira, que era um político bastante ativo e membro do Partido Democrático, e que apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932, onde São Paulo não aceitava o regime do governo de Getúlio. Francisco foi um dos articuladores dessa revolução e grande opositor a Vargas. Após a derrota das forças paulistas, Francisco foi preso e exilado por dois anos em Portugal, conforme estudos de Brasil (2014).

Pode-se afirmar, então, que a estátua representa não apenas a figura de Getúlio, mas também a sua vitória e, conseqüentemente, a derrota de São Paulo. Interessante observar que a estátua está exposta exatamente onde havia propriedade de um representante de oposição ao seu governo. Quanto aos dizeres da placa, compreende-se que foram os filiados, que faziam parte do PTB, partido que apoiava Vargas, conhecidos como trabalhistas, que tiveram a iniciativa de promover aquela homenagem na paisagem marianense.

Consta na pesquisa de Brasil (2014), que quando houve a iniciativa para emancipação política do município de Cornélio Procópio, cidade vizinha a Santa Mariana e a qual as terras também pertenceram a Mariana e Francisco, uma das condições impostas pelo governador do estado do Paraná, nomeado por Getúlio, era que o primeiro prefeito não fosse paulista. No entanto, não há registros de que essa exigência também ocorreu para a emancipação do município de Santa Mariana, em 1947. O fato é que por intermédio de uma homenagem a partir de uma estátua, observa-se uma demonstração de poder com base em posições políticas, mostrando o funcionamento de uma ordem social vigente. Para Bourdieu (2012):

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos, e a estrutura do espaço. (BOURDIEU, 2012.p.18).

A estrutura do espaço reforça a dominação masculina, a centralidade e as homenagens são direcionadas aos homens, ainda que a cidade seja designada pelo nome de uma mulher. São os princípios do patriarcado e do pioneirismo em pleno funcionamento. Sobre a ordem social que ratifica as hierarquias, na proposição dos nomes das cidades, França (2019) ressalta:

O debate entre a preservação de determinada memória que um nome representa e a disposição para o esquecimento de outros é uma das questões iniciais na disputa simbólica entre nomear ou renomear logradouros. Para preservar ou relegar ao esquecimento personagens ou fatos históricos, uma série de questões são invocadas: o direito à memória, o patrimônio imaterial, os custos financeiros, os desencontros de pessoas e empresas fornecedoras de serviços, enfim, uma série de argumentos que muitas vezes são incidentais na questão central, que são quais as nomenclaturas que uma determinada geração deseja perpetuar, quais ressignificar e as que devem ser esquecidas. (FRANÇA, 2019.p. 232).

De acordo com o pesquisador, a nomenclatura das cidades e das estruturas que a compõe expressam disputas políticas e ideológicas, e passam por reformulações considerando os interesses de cada contexto social e histórico. Segundo França (2019), em determinadas situações a localidade recebe o nome que esteja relacionado à elementos da paisagem local e que seja referência para a comunidade, como o nome de um rio, uma vegetação que se destaca, uma montanha, entre outros. Em outro exemplo, pode-se notar as homenagens aos indivíduos da elite no período imperial, da república, da era Vargas e mesmo da ditadura militar, o que, conforme o pesquisador, suscita questionamentos atualmente e várias iniciativas de renomear e ressignificar a história do lugar.

## CAPÍTULO II - UM DEBATE SOBRE PIONEIRISMO E PATRIARCADO E SUAS INTER-RELAÇÕES

Longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho<sup>19</sup>.

Silvia Federici

A ideia de pioneirismo está interligada aos atributos de algo ou feito inédito, e o sujeito da ação denominado pioneiro, como aquele que teve uma atitude inovadora, que descobriu ou produziu algo novo. Pioneiro na área da saúde, das novas tecnologias, das comunicações, das artes, entre outros, são exemplos de enunciados correspondentes e que nos deparamos nas notícias, nas mídias, nos textos científicos, ou seja, esta é uma ideia ou conceito que nos atravessa no cotidiano.

Mas quais implicações o conceito de pioneirismo traz para a história das lutas das mulheres? E qual a relação entre o pioneirismo e o patriarcado? Para reflexão de tais questões é preciso considerar os diferentes contextos sociais, culturais e o significado histórico vigente, tendo em vista a importância dos estudos sobre o conceito de pioneirismo, e o reconhecimento de que o termo permite uma amplitude de significados.

Pioneirismo, colonização e patriarcado são conceitos que estão entrelaçados, pois, ao considerar as políticas de ocupação do território promovidas pelo Estado, verifica-se a exploração das terras para geração de renda, além de outros interesses, como também, insere-se o enfoque ideológico por intermédio dos aparelhos ideológicos de Estado, nos campos políticos, jurídicos, familiar, cultural, conforme destaca Althusser (1980). Compreender as narrativas que foram constituídas pelo viés de valorização do pioneirismo do colonizador, permite pensar sobre as condições que formatam essas produções discursivas, as quais enunciam os interesses materiais e ideológicos, mesmo que de forma subjetiva. De acordo com Langaro (2012):

---

<sup>19</sup> Trecho da obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*.

Em termos semânticos, o vocábulo "pioneiro" remete à imagem de pessoas corajosas e abnegadas, que deixavam uma vida confortável para enfrentar as agruras de um empreendimento colonizatório e construir um futuro melhor. Ao mesmo tempo, evoca também sentidos de primazia ao tratá-los como os primeiros moradores dos locais gerados pelas "colonizações". Já o termo "colonização", por sua vez, traz a noção de área vazia, inculta e inóspita que requer iniciativas organizadas para sua conquista, reforçando os enredos de pioneirismo que acompanham o processo de expansão da agricultura brasileira sobre as regiões ocidentais do país. Carregados de sentidos, ambos os termos procuram firmar domínios nos lugares colonizados e realimentar relações sociais e de poder que ali se estabeleceram. (LANGARO, 2012. p.15).

As relações sociais e de poder do pioneirismo e do patriarcado passam pelos interesses materiais e ideológicos, contemplados no controle dos recursos intelectuais, dos bens materiais, da definição de crenças, valores, comportamentos, entre outros. Nesse sentido, Lerner (2019) afirma que os homens produziram narrativas que redefiniram a existência e o papel das mulheres de forma limitadora historicamente. Portanto, as condições de produção do discurso, a partir das relações sociais, daquilo que se coloca como "justo e natural", nunca são neutras, e, segundo Barbosa (2025), "nessas narrativas, uma tensão histórica de fundo que opõe discursos que "distorcem" a realidade e visões que "ficcionaliza" o real." (BARBOSA. 2025, p. 247).

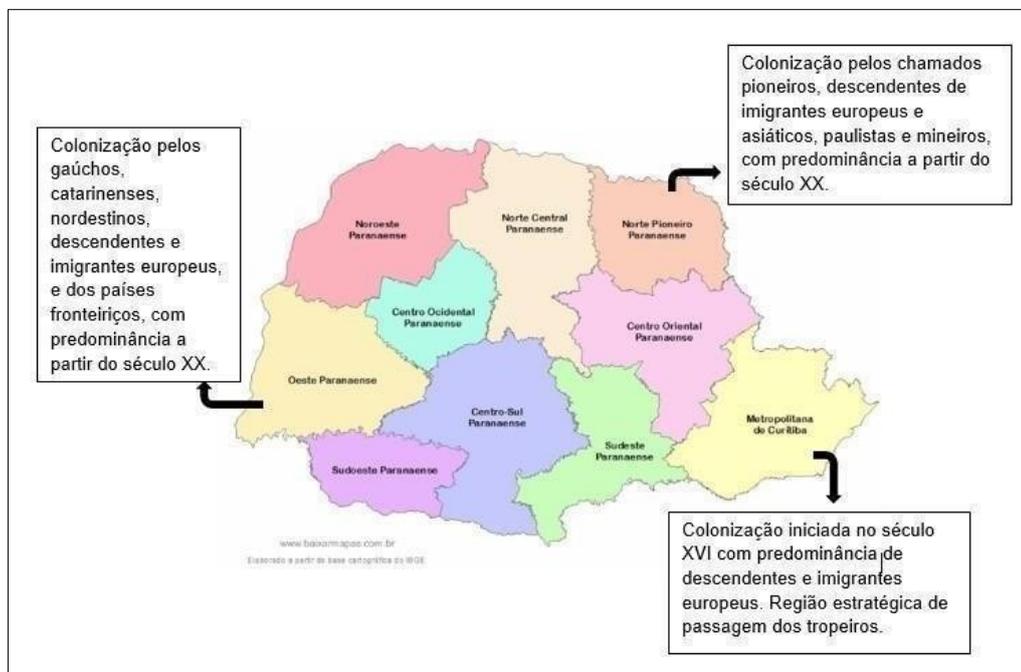
As condições de produção do discurso do pioneirismo e os interesses ideológicos que estão vinculados, estabelecem uma abrangência de sentidos quando se observa os diferentes processos de ocupação do território paranaense em cada região e períodos históricos diversos.

Os estudos de Mendonça (2015), pontuam que a colonização do território paranaense passou por diversas fases, dentre as quais, a concessão de sesmarias, ainda no período do Brasil Colonial. Já no final do Brasil Império e início da república, ocorreu a formação de núcleos coloniais, onde se expressa uma política de incentivo de ocupação pelos imigrantes.

De acordo com a autora, nota-se a formação de grandes propriedades rurais, as quais, a partir de meados do século XX, devido a fatores de interesses interno e externo ao país, favorecem o surgimento de diversos centros urbanos. O mapa abaixo demonstra de forma sintética, os períodos em que ocorreu uma ascensão na

colonização de algumas regiões do Paraná, como a região oeste, a região metropolitana e o norte pioneiro.

Figura 8 – Regiões do Paraná e colonização



Fonte: [www.baixarmapas.com.br](http://www.baixarmapas.com.br) (2023).

As regiões acima foram escolhidas para exemplificar a diversidade dos processos históricos de colonização do Paraná. De acordo com Wachowicz (2002), a ocupação e exploração do norte pioneiro (onde está localizado o município de Santa Mariana) inicia-se com os interesses econômicos do Barão de Antonina, voltado a construção de um caminho alternativo para os tropeiros e escoamento da produção de suas propriedades, o qual intensificou o acesso terrestre e fluvial entre Paraná e Mato Grosso.

Além disso, a capacidade de produção das terras do norte pioneiro despertava o interesse do Barão em ampliar o seu patrimônio e as suas posses, conforme destaca Wachowicz (2002). Segundo o autor, para tal empreitada, instalou-se a colônia militar de Jataí, por meio de instrumentos jurídicos e políticos, além da formação de aldeamentos, com enfoque na disponibilidade de mão de obra por meio do povoamento da região.

Com a formação dos municípios na região, em decorrência do processo de loteamento de partes das fazendas e construção e funcionamento da linha férrea, a

qual perfaz a ligação entre Paraná e São Paulo, se propõe também, a formação de uma história onde o discurso seja delineado a atender aos interesses vigentes da classe dominante. Para isso, utiliza-se dos aparatos legais, ou como defende Althusser (1980), dos aparelhos ideológicos jurídicos.

Para exemplificar como os aparatos legais estão relacionados com a formação discursiva ideológica que atende aos interesses de um grupo social específico, observa-se como modelo do uso de instrumento jurídico para ressaltar o discurso de valorização do pioneirismo do colonizador, a lei que institui o Hino Municipal (2003) e o Plano Municipal de Cultura (2017), de Santa Mariana. Indicativos sobre o pioneirismo, o qual está no bojo dos debates da pesquisa, podem ser observados na normativa estabelecida para homenagear determinado grupo social.

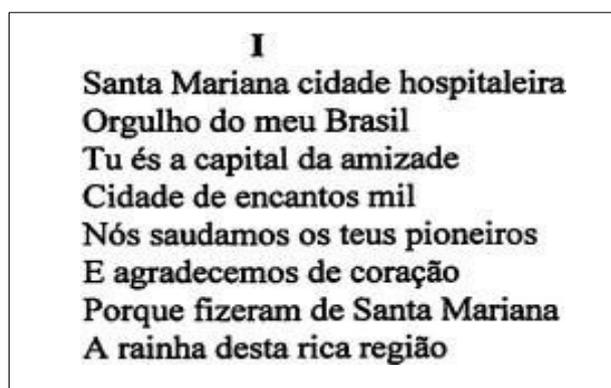
Observa-se, no entanto, que essa exaltação e valorização do pioneirismo, expressa, entre outros aspectos, uma necessidade de determinada parcela da sociedade em demonstrar agradecimento aos feitos promovidos por esse grupo. A questão que se coloca é, por que se emerge tal dever ou necessidade de reconhecimento? Pensando na relação entre os ritos descritos na obra de Mauss (2018), verifica-se essa prática em diversas sociedades, em contextos históricos, culturais e geográficos diferentes. O autor destaca alguns pontos em comum entre as populações antigas do período pré-colonial:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam, [...] são pessoas morais - clãs, tribos, famílias [...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos. (MAUSS, 2018. p. 190).

De acordo com os estudos do autor, a retribuição a algo recebido, seja algo material ou simbólico, gera uma obrigação, um compromisso perante o grupo, de retribuição ou reconhecimento. Para essas populações, a prática de não retribuir o objeto ou a ação ofertada, era considerado inadequado e por vezes, ofensivo perante o grupo. Nota-se que, de acordo com a citação acima, as mulheres e crianças fazem parte do rol de elementos ou objetos que são trocados entre as coletividades.

Ao contextualizar essas premissas com as práticas observadas de reconhecimento ou de valorização do pioneirismo, pode-se compreender que, os representantes do Estado apresentam esse viés ideológico como a força motriz da história do desenvolvimento econômico e social de uma determinada localidade ou comunidade. No processo de colonização, é preciso “retribuir ou reconhecer” os “benefícios” que os pioneiros proporcionaram para a comunidade. No Hino do município de Santa Mariana, instituído pela Lei municipal 698/2003, é possível observar nos versos quinto e sexto da primeira estrofe, a menção de agradecimento direcionada aos pioneiros:

Figura 9 – Trecho inicial do Hino de Santa Mariana



**I**  
**Santa Mariana cidade hospitaleira**  
**Orgulho do meu Brasil**  
**Tu és a capital da amizade**  
**Cidade de encantos mil**  
**Nós saudamos os teus pioneiros**  
**E agradecemos de coração**  
**Porque fizeram de Santa Mariana**  
**A rainha desta rica região**

Fonte: Lei municipal 698 - Prefeitura Municipal de Santa Mariana – 2003

Com o aparato normativo, jurídico, e com o alinhamento das instituições culturais, políticas e educacionais, a ideia de legitimação das “dádivas” produzidas pelo pioneirismo do colonizador é transmitida para as novas gerações, sem um olhar crítico sobre a realidade e as divergências resultantes deste sistema. Ainda sobre a ideia de reconhecimento em forma de retribuição de possíveis benefícios recebidos, o Plano Municipal de Cultura (2017, n.p.), da cidade de Santa Mariana, tem como uma das metas:

**META 19: Criação do Museu dos Pioneiros. AÇÕES: 1- Resgate Histórico por meio de entrevista, fotografias e registro de relatos das famílias pioneiras do município; 2- Organização do acervo e disponibilização em plataforma digital. Resultados: Resgate histórico das famílias pioneiras, enriquecimento da histórica local, criação de museu relatando a memória pessoal, bem como a memória do município, valorização do patrimônio histórico imaterial. Impactos: Valorização do cidadão, enriquecimento histórico, ação cultural**

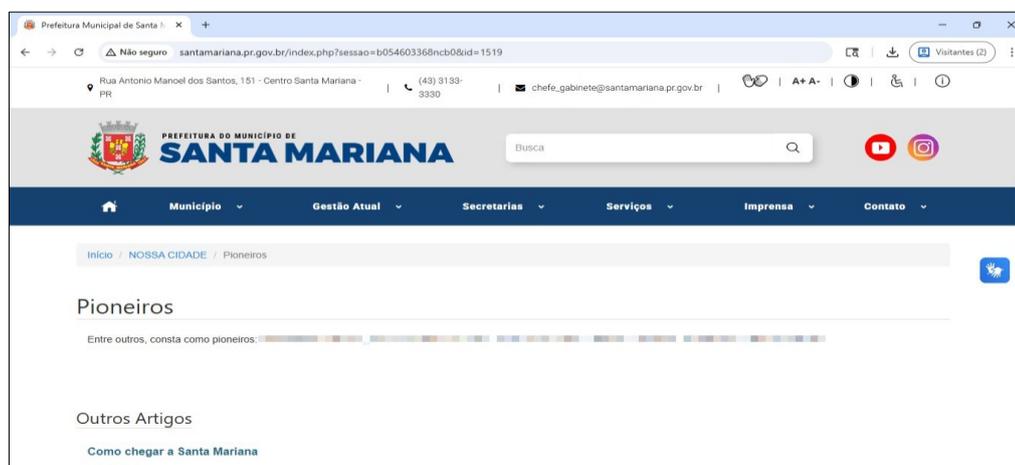
colaborativa e participativa. (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2017. n.p.).

De fato, observa-se nos documentos citados a necessidade de materialização de parte da história, tendo como perspectiva o enfoque dos pioneiros colonizadores, sendo na criação de museu ou na representação do hino municipal.

Cabe notar que as iniciativas mencionadas voltadas à valorização do pioneirismo colonial perpassam por instâncias da administração pública, ou seja, conforme afirma Bourdieu (1996, p.95), “É no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado.” Neste caso, são os representantes do Estado que determinam as narrativas históricas que terão destaque, os critérios que definem o grupo a ser exaltado, o período histórico, as formas de transferência desses ideais para as novas gerações e de consolidação desse ordenamento simbólico para a sociedade atual.

Portanto, são utilizadas estruturas sociais diversas, de composição cultural, linguística, econômica, política, de influência na subjetividade coletiva, entre outras, para a apropriação simbólica dos preceitos do patriarcado e do pioneirismo. Assim, o desafio que se depara é voltado para a promoção de estratégias com objetivo de superar essa perspectiva de formulação da narrativa histórica hegemônica, hierárquica e impositiva. Ainda sobre a valorização da figura do pioneiro colonizador, a página oficial na web do município de Santa Mariana, possui uma aba exclusiva para o tema:

Figura 10 - Aba Pioneiros



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Mariana - Paraná. 2024.

De acordo com o site, é possível visualizar nomes de pioneiros. O que chama a atenção é que não há nomes de mulheres, nem estão definidos os critérios para a escolha do grupo nesta aba. Assim como ocorre no histórico oficial de Santa Mariana, a figura que se destaca é o proprietário, o esposo, o patriarca da família. Mais uma evidência da interligação entre patriarcado e pioneirismo. O que se destaca é o fato da imagem retratar uma ferramenta digital, composta e utilizada na atualidade, ou seja, uma página da internet. A ferramenta é atual, mas o funcionamento do discurso histórico do pioneirismo e do patriarcado ainda prevalece.

A postagem é direcionada aos munícipes marianenses, mas também se apresenta como fonte documental com chancela do poder executivo, para demais pessoas interessadas na história da cidade. Mostra-se como um recorte histórico sucinto, pois não há informações complementares para além da lista de nomes dos pioneiros. No entanto, a mensagem que a página na web passa é que um grupo específico de indivíduos “merece”<sup>20</sup> destaque relevante na trajetória histórica da cidade.

A relação entre patriarcado e pioneirismo a partir do contexto histórico de Santa Mariana, deve considerar a colonização no Brasil, no sentido de identificar os resquícios que orientam a formação histórica do município, observados na sociedade atual. Isto implica em questionar a visão rasa que considera o sucesso dos pioneiros colonizadores.

Os estudos analisados colocam a questão da colonização do Brasil, para além da ocupação do território. Essa definição tipicamente funcional da colonização, abrange um conjunto de estratégias nos campos políticos, culturais e econômicos relativo aos interesses do Estado e do capital. Para Nadalin (2017):

A colonização fazia-se por meio de migrações - e elas teriam sido “espontâneas”, “dirigidas” e, ou, “planejadas”. Em última instância, sob o olhar interesseiro da metrópole portuguesa e, mais tarde, do novo Estado brasileiro. Nunca é demais frisar, em detrimento dos antigos habitantes da região e seus descendentes. (NADALIN, 2017. p.11).

---

<sup>20</sup> Segundo Giannotti (2010), “o reconhecimento do indivíduo como membro de um grupo passa pela mediação de objetos-signos, os quais, se, de um lado, pedem que sejam reconhecidos e levados em conta, de outro, servem para encobrir a violência responsável por esse tipo de relação social.” (GIANNOTTI, 2010. p.116).

Conforme o autor, o deslocamento de populações e colonização do Brasil, foram motivados por diversos fatores, entre eles, conflitos e guerras na Europa e Ásia, perspectiva de ascensão social, expansão dos preceitos religiosos, entre outros. Porém, de acordo com o pesquisador, independentemente dos meios como a colonização foi realizada, o que importava era a sua função, ou seja, a manutenção do poder da coroa portuguesa, dos interesses do Estado e da exploração dos recursos naturais da localidade. Além disso, destacam-se na citação acima, as condições que a colonização corrobora ao desconsiderar ou desrespeitar os “antigos habitantes”, e por consequências bem mais severas, as mulheres dos povos originários.

Além da conjuntura externa, a colonização no Brasil trouxe como resultado, disputas desiguais internas entre os povos originários e os colonizadores. Observa-se um exemplo dessas tensões, na região de fronteira entre os estados do Paraná e São Paulo, próxima ao município de Santa Mariana.

Com base nos estudos disponibilizados pelo Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, localizado na cidade de Tupã-SP, no início do século XX, a ocupação do interior paulista e posteriormente do norte do Paraná para a expansão da cultura cafeeira trouxe consequências graves para a população kaingang que ali viviam:

Mil novecentos e cinco foi o ano em que o conflito entre os Kaingang e não indígenas se intensificou no oeste paulista, devido ao início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Os Kaingang defendiam o território onde viviam e os não indígenas lutavam pela posse privada das terras, motivados pela expansão cafeeira. Os indígenas destruíam a linha do trem em construção para amedrontar. Os não indígenas contratavam bugreiros para eliminar os Kaingang por meio do uso de armas ou contaminação por doenças, o que causou a morte em massa. (MUSEU ÍNDIA VANUÍRE, 2020. n.p).

Segundo os dados apresentados, pode-se reconhecer os não indígenas como os colonizadores, ou em determinados casos, os pioneiros, pois pela expansão da atividade agrícola na região, os vilarejos e cidades foram formados. Observa-se a disputa pelo direito ao território de ambas as partes, mas com estratégias de combate discrepantes e injustas, pois a ação de dificultar a continuidade das obras de infraestrutura para o chamado “progresso”, era respondida com o uso de estratégias de extermínio, de violência e de disseminação de doenças.

Apesar da distância temporal de aproximadamente quatro séculos, é possível perceber um paralelo histórico na região, referente aos bandeirantes e aos povos originários que habitavam aquele território. Repetem-se as lutas, as práticas de extermínios, doenças, violências, devido aos interesses de exploração dos recursos naturais. Ainda sobre o contexto apresentado na citação, referente aos kaingang e aos pioneiros colonizadores, destaca-se a figura de uma mulher indígena, que teve um papel importante na mediação pela ocupação das terras disponibilizadas para seu povo:

Vanuíre foi uma Kaingang trazida de Campos Novos do Paranapanema pelo SPI, como estratégia de atração dos Kaingang da região para que fossem aldeados. Assim, ela atuou como intérprete, como outros. Ela simboliza o fim dos conflitos, em 1912, que resultou no aldeamento dos Kaingang em duas áreas restritas. (MUSEU ÍNDIA VANUÍRE, 2020. n.p).

Sob o ponto de vista patriarcal, base da formação familiar e social dos pioneiros colonizadores, a atuação de Vanuíre destoa, e de certa forma, subverte o papel da mulher submissa. Além disso, é possível concluir que Vanuíre exercia influência sobre seu povo na tomada de decisões, visto o empenho dos órgãos públicos, como o Sistema de Proteção aos Índios (SPI), em deslocá-la de uma localidade até o cerne dos enfrentamentos. A instalação de um museu o qual leva seu nome e história, também expressa o destaque a essa mulher, de forma interessante, considerando o apagamento das mulheres e dos povos originários, como no caso da história oficial do município de Santa Mariana.

Em relação ao processo de colonização do Paraná, embora esteja correlato com a colonização do território nacional, apresenta algumas nuances complexas e específicas conforme o período temporal e o contexto social que o favoreceram. Conforme os estudos de Nadalin (2017):

[...] o primeiro ciclo bandeirante que se fez sentir no Paraná foi o da caça ao índio, ao final do século XVI. Cada vez mais ficava claro aos paulistas que a aventura da cana-de-açúcar só teria retorno rápido, só seria mesmo viável, com o recurso da mão-de-obra cativa. Nesse sentido era necessário investir mais. Todavia, a procura dos metais preciosos, fruto da ação conjunta das bandeiras, [...] esteve sempre presente e, do ponto de vista do povoamento, foi preponderante. (NADALIN, 2017. p.41).

Segundo o autor, a exploração do território paranaense no período do Brasil Colônia é efetivada a partir das investidas violentas dos bandeirantes. A busca por recursos naturais com alto valor de mercado, e a captura de pessoas para executarem trabalhos forçados, demonstra a dinâmica de colonização da época. Destaca-se que nesta dinâmica, os povos originários e suas mulheres são vistos como equivalentes aos instrumentos de trabalho, desumanizando os sujeitos, objetivando os povos.

Em consonância a tais considerações, os estudos de Mota (2021) possibilitam compreender a colonização do Paraná, com destaque para a região do norte pioneiro, a partir de uma abordagem crítica à construção histórica que promove o apagamento dos povos originários que habitavam a região antes dos pioneiros colonizadores. Para Mota (2021):

Em torno de 2.000 anos antes do presente, começaram a chegar ao vale do Paranapanema/Tibagi as populações agricultoras e ceramistas conhecidas como Guarani. Nessa época, elas já tinham ocupado os territórios das bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná. O Rio Paranapanema é considerado a “porta de entrada” das populações falantes da língua Guarani para os territórios a leste do Rio Paraná. (MOTA, 2021. p.15).

Observa-se que o rio Paranapanema é a demarcação natural de fronteira entre os estados do Paraná e São Paulo, e um dos rios que passa pelo território do município de Santa Mariana. Portanto, de acordo com as análises arqueológicas e etnográficas de Mota (2021), pode-se reconhecer a presença dos povos Guarani e posteriormente, dos Kaingang e demais povos originários na região, antes dos pioneiros/colonizadores. Ainda sobre a colonização do território paranaense, Priori, et al (2012) destaca:

Desde a independência política da província do Paraná em 1853, os governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas e sempre o fizeram, beneficiando as grandes empresas colonizadoras, numa espécie de troca de benefícios. Os [...] pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras sempre foram deixados para segundo plano. As grandes empresas representavam, acima de tudo, o interesse do capital e detinham prioridade para demarcar e revender as terras. (PRIORI, et al. 2012. p. 79).

Para o autor, na distribuição das terras para colonização do Paraná, as empresas de loteamento tinham uma certa vantagem perante o governo, em relação

aos trabalhadores individuais. Apesar da vantagem política e econômica dessas empresas, os pioneiros aparecem em destaque e foram os homenageados nos documentos oficiais.

Ainda segundo Priori et al (2012), para o governo da época, as terras devolutas representavam espaços desabitados e que deveriam ser usados tanto para a produção agrícola, extração de madeira, entre outros, como para demarcação de fronteiras e posse de territórios, contribuindo por exemplo, em atividades de defesa nacional, caso houvesse embates internos ou externos. Sobre a colonização do norte paranaense, o professor e pesquisador Átila Brasil (2014) apresenta uma contextualização histórica:

Criada a Província do Paraná, a maior parte de seus 200 mil quilômetros quadrados permaneceu desconhecida até o século XX. A vida paranaense gravitava em torno de Curitiba. Do fabuloso norte do Paraná, poucos registros existem de seus entradistas e da sua ocupação. No século XVIII, a região foi vasculhada por Afonso Botelho Sampaio e Souza na procura de riquezas minerais. Dessa expedição, nenhum povoado estável se formou. As mais importantes iniciativas para a conquista do desconhecido norte do Paraná são devidas a João da Silva Machado, político, militar, tropeiro, comerciante e ambicioso latifundiário, que posteriormente seria o Barão de Antonina. Ele conciliou seus interesses particulares com os do Império, no século XIX: primeiro, queria viabilizar uma ligação terrestre entre o litoral e a distante Província de Mato Grosso e, segundo, tomar posse dos lendários campos de Paiquerê. (BRASIL, 2014. p.25).

Conforme os estudos de Brasil (2014), desde a criação da província do Paraná, a região conhecida por norte pioneiro, sempre manteve uma ligação mais aproximada com o interior do estado de São Paulo, em relação à capital Curitiba, seja nos aspectos históricos, econômicos, políticos, culturais. O pesquisador retrata as incursões dos bandeirantes e as empreitadas do Barão de Antonina. Verifica-se o destaque na descrição histórica para dois homens, pertencentes à classe dominante, inscritos na memória coletiva pelos feitos realizados, ou seja, o funcionamento do sistema patriarcal é visível no discurso histórico e mais uma vez, a participação das mulheres na história é apagada.

O passado retratado pelo pesquisador Brasil (2014) mostra que as relações de produção no período de exploração do território paranaense pelo citado Barão, perpassa pelas relações de poder, controle e propriedade. Segundo as contribuições

de Marx e Engels (1998), o Estado cumpre a função de intervenção para o fortalecimento do direito à propriedade, a qual justifica-se pela sua função social, no poder absoluto do proprietário e na exclusividade quanto aos seus direitos.

Essa função social, poderes e direitos do proprietário fundamenta-se em instrumentos imperativos legais que estão embasados nos interesses econômicos e organizacionais de cada contexto histórico.

As reflexões de Conrad (1978) sobre o contexto do patriarcado nas civilizações antigas<sup>21</sup>, sustentam a ideia de que as funções e as responsabilidades do patriarca iam além do núcleo familiar concebido nos tempos atuais, aliás, para o pesquisador, não havia distinções entre as relações familiares e as relações comunitárias, mas entre comunidades ou tribos distintas. Engels (2019) ressalta, a partir dos estudos de Morgan, que as configurações ou as estruturas familiares são dinâmicas, ou seja, passam por diversas transformações sociais no decorrer dos períodos históricos. As questões relacionadas ao conceito de público e de privado não eram enfatizadas.

Assim, pode-se pensar sobre o patriarcado como um sistema de opressão hierárquico de gênero, raça e classe, constituído ainda nas sociedades antigas e que permanece fortemente evidente ainda em nossa sociedade. Neste sentido, considera-se que para a estruturação de classes sociais e de manutenção de poderes econômicos, o Estado, em sua formação inicial e continuada, teve como base a sociedade patriarcal, utilizando-se de instituições como a padronização da composição de família, os preceitos da religião, além das estruturas estatais.

Para Gerda Lerner (2019) o patriarcado se constitui como ideologia a partir das diversas construções metafóricas ao longo da História, para justificar a necessidade de subordinação das mulheres em relação aos homens. Segundo a autora, o patriarcado tem sua origem e institucionalização antes da composição da civilização ocidental e suas estruturas.

Lerner (2019) ainda aponta, as diversas proposições sobre a criação do patriarcado e promove uma discussão sobre o papel das mulheres na construção

---

<sup>21</sup> Sobre essas civilizações antigas, é necessário destacar a importância de não direcionar as reflexões de forma homogeneizada, onde observam-se as culturas e origens étnicas diversas, além das condições de produção distintas.

histórica. De acordo com a visão da pensadora, as mulheres devem superar a disposição impositiva e basilar, onde são colocadas à margem da História. Se faz necessário estarem ao centro dessa construção, serem protagonistas de uma ótica feminista histórico-social, rompendo com a reprodução das desigualdades e da opressão.

Dentro dessa concepção, os estudos de Parente e Silveira (2020), destacam que o conceito de patriarcado passa por três fases. Inicialmente o conceito está relacionado ao poder de pai, não necessariamente referente a figura de geração biológica, mas aquele que exerce uma autoridade perante um grupo, não sendo subordinado a outro indivíduo. Essa autoridade é, em muitos momentos, legitimada socialmente por um viés religioso e de injunção de valores morais que delimitam papéis e/ou funções sociais.

A segunda fase perpassa pelos chamados estudos de Morgan, ratificados por Engels (2019), onde o conceito de patriarcado fundamenta-se na substituição do direito materno sobre as novas gerações, para o direito paterno, no qual está intrinsecamente vinculado ao direito à propriedade e aos interesses de formação do Estado.

A terceira fase conecta o conceito ao ordenamento social voltado à submissão, violência, abuso ou arbitrariedade direcionadas às mulheres. Para Delphy (1981. p.61), "a opressão voltada às mulheres constitui um sistema e não é um fenômeno individual, nem um fenômeno natural, mas um fenômeno político".

Então, diante dos argumentos é possível observar que o patriarcado organiza sistematicamente o funcionamento social a partir de práticas que constantemente organizam os papéis sociais na divisão do trabalho, colocando a mulher (também dividida em classe e raça) em lugares subalternos de acordo com a sua "utilidade" para o homem (não necessariamente a figura masculina, mas o arranjo jurídico-ideológico que se desdobra do patriarcado). Assim, as mulheres não são individualmente pensadas, mas coletivamente excluídas e fracionadas (de acordo com os recursos financeiros a que têm acesso).

A partir do entendimento especificamente sobre as lutas das mulheres e as formas vivenciadas de opressão, silenciamento e invisibilidade, pode-se considerar

que esse processo está atrelado às estruturas sociais, potencializado ao longo da história, como algo "naturalizado" e por vezes, adquirindo status de "imutável".

Todo movimento, toda forma de reação frente a esse processo de alienação, dentro dessa perspectiva perversa, são relacionados a algo perigoso a ordem familiar e social, destrutivo dos valores morais, conforme a lógica do patriarcado. Porém, esse movimento e reação são justamente formas de buscar a igualdade, a justiça, a harmonia, a dignidade, valores que alicerçam a constituição de uma sociedade equitativa. De acordo com Bunk e Sobottka (2022):

[...] a descrição crítica do ser condicionado histórica e culturalmente permite o diagnóstico da perda, deformação ou alienação de suas potencialidades de ser-humano-social. Em especial, as instituições [...], a quem cabe moderar explicitamente o desenvolvimento interconectado do todo social e do indivíduo, podem ser responsabilizadas por ignorarem as possibilidades que em princípio todo ser humano tem, e de estabilizarem as condições que o alienam. (Bunk, Sobottka. 2022, p. 05).

No entanto, considera-se que não se pode deliberar as responsabilidades referentes a não-apropriação de consciência de possibilidades dos seres humanos, apenas ao processo pedagógico. Assim como mencionado na citação, outros fatores influenciam nessa adequação ao status quo.

A educação como prática formativa tem uma função estratégica na emancipação feminina, porém, em processos inversos, torna-se base para um projeto pedagógico de viés funcional aos interesses do capital, numa ação educadora tensionada ao enquadramento dos indivíduos, de continuidade da hierarquia de classes, desigualdades raciais e de gêneros. Neste caso, cabe destacar o caráter dualista, político e complexo do processo educativo na formação social.

Assim, os resultados voltados para uma formação que supere os preceitos e ditames do patriarcado histórico e culturalmente inserido no campo social, depende, entre outras questões, das práticas de organização do sistema educacional e de demandas sociais para determinada transformação.

Entretanto, a maneira como o Estado se constitui como o representante da classe dominante, conforme Marx, Bourdieu, entre outros, colocam no centro do debate o papel desse mesmo Estado, configurado nas instituições de educação formal, na reprodução da filosofia burguesa (dentro dela o modelo de família centrado

no pai), e na repressão do proletariado, buscando forjar uma formação que prevaleça o direito burguês. Estamos há muitos séculos em formações sociais que se utilizam o patriarcado para conseguir esses propósitos, mas, a questão que se coloca é: no âmbito escolar, é possível romper com a formação dualista?

A trajetória de formação escolar e acadêmica vivenciada por hooks (2013), traz exemplos do funcionamento da dualidade na educação e estratégias de “transgredir” um contexto opressor. A obra “Ensino a transgredir” permite pensar as diferentes formas de opressão do poder patriarcal, considerando as relações de gênero, classe e raça. A autora é uma mulher negra, de família da classe trabalhadora, e o texto retrata o contexto em que as escolas estadunidenses atendiam crianças negras e brancas em espaços separados.

É possível observar a dinâmica da escola onde os professores e os estudantes eram negros, conforme expressa hooks (2013), “Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra- hegemônico<sup>22</sup>, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização.” (hooks, 2013. p.10). Transgredir os sistemas, neste caso, seria acessar o máximo de conhecimento possível, estar munido intelectualmente para o combate à opressão social. Em um momento posterior, hooks apresenta as dificuldades, onde as crianças negras passam a conviver e estudar na mesma escola:

A escola mudou radicalmente com a integração racial. O zelo messiânico de transformar nossa mente e nosso ser, que caracterizava os professores e suas práticas pedagógicas nas escolas exclusivamente negras, era coisa do passado. De repente, o conhecimento passou a se resumir à pura informação. Não tinha relação com o modo de viver. Já não tinha relação com a luta antirracista. [...]. Essa transição [...] me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalha para reforçar a dominação. (hooks, 2013. p. 11).

---

<sup>22</sup> As práticas contra hegemônicas visam desestabilizar e confrontar a organização social da classe dominante. Essas práticas questionam a hegemonia do poder burguês capitalista, compreendido pelos estudos de Silva (2010, p.17) da seguinte forma: “o conceito de hegemonia refere-se à combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade com a função de dominação. A hegemonia é exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil – na busca pelo consenso e pela liderança cultural e político-ideológica; do controle da estrutura econômica e da dominação do Estado”.

Vemos, então, que a escola descrita pela pensadora, deixa de atender aos interesses da luta contra a opressão, e passa a ser agente da opressão e da alienação para os filhos do proletariado. A educação no segundo momento passa a reforçar as bases da sociedade capitalista, como a divisão de classes, a definição na organização da força de trabalho, a exploração/dominação, acesso/impedimento ao conhecimento, o posicionamento social a partir do gênero, classe e raça.

## 2.1 FATORES DE RELAÇÃO ENTRE PIONEIRISMO E PATRIARCADO

Os desdobramentos do pioneirismo no Brasil estão interligados ao processo de colonização do território, pelos europeus, a partir do século XVI. A chegada de portugueses, espanhóis, entre outros, marca o início de uma exploração econômica dos recursos naturais locais, mas também, perpassa pela exploração e violência direcionada aos povos que aqui residiam.

Apesar de obras como de Brasil (2014), Nadalin (2017), Mota (2014, 2010) e Wachowicz (2002) direcionadas ao tema de ocupação do território do sul do Brasil, destacarem um contexto histórico marcado por contradições, caracterizado pelas relações de poder alicerçadas na desigualdade e exclusão, raramente encontram-se fontes onde pode-se observar a perspectiva da atuação das mulheres neste contexto. Neste caso, é necessário fazer uma análise aproximada e ampliada dos estudos disponíveis, buscando compreender os resultantes a partir do contexto local.

Para a implementação do processo de colonização no território, de acordo com Lugones (2014), materializa-se um sistema de classificação e hierarquização, onde um determinado grupo era composto com indivíduos homens, de origem europeia, de direitos, poder, memória, história etc., e os demais eram totalmente desconsiderados em sua humanidade.

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. (LUGONES, 2014. p.936).

A autora destaca que, para além da definição dos sujeitos como humanos ou não, o processo de dominação da colonização também coloca outras divisões e categorias de superioridade e inferioridade em relação ao gênero. Partem de construções sociais que têm como finalidade a reprodução e/ou a manutenção das desigualdades históricas. Ainda segundo Lugones (2014, p.938), a “missão civilizatória colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático.” De acordo com essa afirmativa, a exploração e as práticas de violência, no processo de colonização, eram justificadas pela categorização entre os sujeitos em posicionamentos sociais desiguais.

Conforme a autora observa, as mulheres eram vistas pela perspectiva eurocêntrica como uma distorção da formação do homem, ou seja, para Lugones (2014, p. 937), na “perspectiva civilizadora, [...] a compreensão normativa do homem, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como mulheres, a inversão humana de homens.” Portanto, sua condição limitava-se a um papel submisso na sociedade, como a geração da prole e o cuidado com a família e a casa. É essa visão eurocêntrica do papel das mulheres, configurada nas relações desiguais de gênero que é retratada no pioneirismo. Tal visão tem sua origem na antiguidade. Conforme destaca Santos (2016):

A construção destas relações se deu por meio de uma configuração social que legitimava uma posição secundária da mulher em diversos aspectos, fossem relacionados à vida pública ou à vida privada. Neste sentido, em muitas situações, a mulher era tipificada como incapaz, necessitando, portanto, da tutela masculina. Muitas das fontes que ajudaram a construir a imagem e a posição secundária da mulher eram possuidoras de grande poder de persuasão e de convencimento, como a religião, a família [...]. A mitologia, em especial, veiculava inúmeros mitos nos quais a mulher, em seu “estado selvagem”, era mostrada como perigosa e danosa para a humanidade [...]. Para “domar” uma mulher, era necessário casá-la assim que estivesse biologicamente pronta para isso, pois somente sob a tutela masculina a mulher estaria protegida dela mesma e não se tornaria um perigo para a sociedade (SANTOS, 2016, p. 32).

Nota-se o enunciado apresentado na citação “para domar uma mulher, era necessário casá-la”. Nota-se em tal enunciado, uma preocupação com aquilo que poderia ser uma rebeldia, por isso, a escolha verbal “domar” - tal como se domam animais que precisam ser domesticados, nos chama atenção. A mulher representava um perigo para si e para os demais. A visão da mulher chancelada pela existência do

homem é, ainda, um funcionamento social vigente das relações, não da forma escancarada como observamos na citação, mas em arranjos que ainda colocam a mulher em posição subalterna.

Sobre esses arranjos de subalternidade, nota-se na obra de Pukirev (1862), a imagem de um casamento entre uma jovem noiva e um homem de mais idade. O título da obra é “um casamento desigual, porém a desigualdade pode estar relacionada a diferença entre as idades ou mesmo entre as classes sociais dos noivos.

Figura 11 – Obra: Um casamento desigual



Autor: Vasily Pukirev (1862).

É visível que a face da noiva demonstra um semblante triste e sua postura recurvada expressa uma subordinação imposta, e até uma conformação diante da cerimônia. O noivo, por sua vez, tem uma postura ativa, um olhar atento sobre a noiva. Verifica-se que a maioria dos presentes convidados são homens, atrás do noivo aparece de forma bem secundária a imagem de uma mulher. Interessante pensar, que essa situação de subordinação da mulher a uma união, sem possivelmente a sua vontade e liberdade de escolha, é ratificada pela igreja, conforme retrata o artista.

A imagem apresentada como exemplo, reforça que é necessário um aprofundamento sobre os mecanismos responsáveis e inseridos na produção dos

sentidos, ou seja, a dominação a partir do casamento reflete uma estrutura em que os poderes são legitimados na figura masculina, pai, esposo, proprietário.

Esse poder não está restrito apenas ao controle da mulher, mas também, ao controle dos subordinados e dos recursos naturais, materiais, ideológicos, que estão no entorno do homem (pioneiro – patriarca). Dessa forma, é possível compreender o discurso do pioneirismo relacionado ao patriarcado como objeto cultural, pois os ritos e as cerimônias de passagem, neste caso, do casamento, fazem parte do rol cultural de determinada sociedade.

Conforme os documentos históricos já citados, os pioneiros colonizadores são apresentados como os “pais de família” ou “chefes de família”, os responsáveis pela transformação do “estado selvagem” de determinadas localidades aonde chegam (incluindo-se pessoas, territórios, natureza), em um estado de “prosperidade e desenvolvimento”, ou seja, o casamento se mostra um dos condicionantes para que o homem seja considerado patriarca e pioneiro.

Dessa forma é possível refletir, tomando a metáfora do domínio (o homem precisa domar a mulher), que ao apropriar-se de um território (nos processos colonizadores, por exemplo) o homem também precisa domar, dominar, domesticar a terra, seus habitantes, a natureza. Assim, o par patriarcalismo/pioneirismo se torna possível, pois a materialidade simbólica que envolve os dois processos é centrada no modo como o “chefe” da família, do lugar, das pessoas etc., arranja as estruturas sociais.

Há em tal arranjo, um efeito elíptico de que uma vez iniciado os processos de chegada dos homens brancos e suas famílias, costumes, alimentação, plantio etc., haverá, de algum modo, uma melhora significativa das condições de vida. Nesse arranjo social, é preciso cessar a selvageria, o descontrole, a falta de religião, de ordenamento.

Ainda sobre a execução das mudanças da localidade, passando de um contexto “selvagem” para um contexto “dominado”, “civilizado”, “em desenvolvimento”, Ferreira (2011) afirma que o pioneirismo corresponde às práticas de ocupação de regiões consideradas desabitadas e/ou desconhecidas, promovendo a utilização

dessas áreas para produção agrícola ou para a formação urbana, prevalecendo uma hierarquia de poderes entre as classes sociais, ratificada pelo Estado:

[...] o Estado moderno, seus fundamentos sociológicos e continuidades essenciais (ou seja, a construção do monopólio da força sobre o território e a institucionalização de uma hierarquia de classes atravessada por múltiplas formas de subalternidade. (FERREIRA, 2011, p. 79).

Assim, ao se pensar sobre os condicionantes históricos produzidos a partir do contexto do município de Santa Mariana, entre as décadas de 1930 e 1940, voltados para embasar a ideologia do patriarcado e do pioneirismo, observam-se mecanismos de controle, hierarquias, mas também de lutas e resistências.

Como bem assegura Bao (2023), o pioneirismo é uma forma de legitimar um discurso desenvolvimentista, a partir de uma visão parcial, eurocêntrica e homogênea da história e de práticas coloniais de hierarquização de grupos específicos sobre os outros. Portanto, o pioneirismo não apenas justifica formas conflitantes de ocupação de territórios, mas também, produz narrativas que permitem compreender como foram consolidadas determinadas estruturas sociais, onde os sujeitos são realocados no estrato socioeconômico, conforme o posicionamento e as camadas relacionadas à classe, gênero e raça. De acordo com os estudos de Andrade (2009):

Os pioneiros constituem-se nesse processo como um grupo social e político sobre o qual problematiza-se o processo de formação de memórias coletivas e de identidade cultural. Tais aspectos são os fundamentos a partir dos quais se elabora o discurso do pioneirismo. (ANDRADE, 2009, p. 05).

Dessa forma, conforme o autor enfatiza, o pioneirismo está relacionado aos mecanismos de acionamento identitário do sujeito pioneiro colonizador, como um conjunto de representações culturais e históricas como no caso de documentos oficiais, implantação de museus, letras de hinos oficiais, compartilhamento da história dos pioneiros em redes sociais institucionais, entre outros.

Portanto, os estudos sobre essas representações, podem contribuir para pensar a história local, visando a superação de perspectivas que não reconhecem as outras histórias, sendo ressignificado o contexto histórico, político e social, os quais possam expor as práticas discriminatórias, de invisibilidades e silenciamentos.

Verifica-se neste sentido, que há uma estreita relação entre as formações discursivas para o acionamento identitário do pioneiro colonizador e as práticas que deslocam os sujeitos para uma segmentação, em um movimento de subalternizar os saberes e os corpos para um contexto periférico, e que se apresenta no imaginário instituído contraditoriamente, como um contexto uniformizante.

As materialidades dessa contradição estão representadas nos documentos oficiais históricos, nos monumentos, nos símbolos, ou seja, num conjunto de fontes históricas que mobiliza a formação de uma memória uniforme, em que estabelece princípios e valores a serem incorporados pelo todo social, mas que, segmenta, exclui, as representações da multiplicidade cultural. Ainda para Andrade (2009):

O pioneirismo é tratado e analisado como um discurso formador de identidade cultural e organizador de representações. Nesse sentido, pioneirismo permite ampliar a concepção de um processo que ultrapassa as práticas de ocupação territorial e as dinâmicas de colonização, mas mobiliza a consolidação de uma memória histórica fundamentada em interesses específicos, deliberando diferentes estratégias para difusão e continuidade de um discurso valorativo, rígido, fixo e unilateral. (ANDRADE, 2009, p. 13).

Logo, verifica-se a importância de compreender as consequências do pioneirismo para a dinâmica social das mulheres. Nesse sentido, a compreensão sobre os aspectos que justificam as continuidades de um processo excludente, possibilitam pensar as formas de resistências produzidas nas sombras da invisibilidade e do silenciamento. É preciso pensar o movimento histórico como resultado de movimentos de lutas, conflitos e resistências.

### **2.1.1 Materialidades sobre a visão eurocêntrica do papel das mulheres**

Uma das materialidades que relacionam o patriarcado com o pioneirismo é a visão eurocêntrica do papel das mulheres. Buscando compreender as questões provenientes desses aspectos na sociedade, destaca-se a importância dos estudos voltados à compreensão de uma realidade constituída de forma desigual no que diz respeito ao gênero, classe e raça e que atravessa diferentes contextos sociais e períodos históricos. De acordo com Viana (2020):

[...] a visão eurocêntrica secularmente incrustada dificulta uma interpretação mais autóctone das sociedades americanas, [...], que eleja como critério de referência crítica as formulações promovidas pelos sujeitos e grupos que nelas vivem. (VIANA, 2020. p. 74).

Como destaca a autora, ao se pensar em uma composição social alicerçada na visão eurocêntrica e sobre as condições das mulheres, nota-se que essa perspectiva ideológica originária da classe dominante, é colocada a partir da imposição de princípios, práticas e normatizações socioculturais, constituídas historicamente, no caso do Brasil, desde o início da colonização. De acordo com Blanco (2019), a visão eurocêntrica se consolida a partir de discursos de avanços e desenvolvimento social ao fomentar os objetivos desejáveis de segurança, prosperidade e liberdade para todos, o que não ocorre de fato.

Segundo os estudos de Blanco (2019), as formas de resistência dos grupos submetidos à sujeição desses discursos, como no caso das mulheres, refletem um pendor ideológico voltado para a consciência sobre estas condições, no limite ou no lugar periférico, que se afasta em certa medida, mas não totalmente, da conjuntura para as moldagens nas condições do patriarcado, porém, promove a materialização de diferentes formas de subversão.

Para o autor, um dos caminhos para a subversão à visão eurocêntrica da atuação das mulheres está na resistência à imposição de conceitos hegemônicos e preceitos históricos e culturais padronizados de acordo com os interesses da elite, neste caso, patriarcal e pioneira colonial.

Conforme os estudos de Blanco (2019, p. 116), pode-se identificar alguns condutivos do pensamento eurocêntrico: “unilinearidade do tempo, universalização da experiência histórica do colonialismo, e a hierarquização das diferenças culturais a partir de discursos impostos na ordem global”. Neste sentido, destaca-se que não só a hierarquia da diversidade cultural se mostra presente, mas as relações desiguais de gênero, classe e raça são constituídas neste modelo de sociedade.

Além disso, o eixo discursivo da visão eurocêntrica referente ao papel das mulheres na sociedade, determinado pelo patriarcado e pelo pioneirismo do colonizador, se consolida pela assimilação da ideia de formação histórica linear e de composição única, desconsiderando as demais narrativas. Para Bao (2023):

[...] o discurso do pioneirismo é fruto de um pensamento eurocêntrico, ocidentalista, manifestado em discursos e representações particulares que, no entanto, almejam atribuir um sentido uni-versal à memória e história oficial das origens socioculturais da região sul do Brasil. [...]. Essa visão unilateral [...] se apresenta como uma narrativa hegemônica, calcada em enunciações legitimadas tais como as ciências, a literatura e os meios de comunicação. Entretanto, escamoteia uma interface relacionada ao lado fraturado da relação. (BAO, 2023. p. 21).

Assim, conforme o autor enfatiza, as narrativas históricas são configuradas para atender a interesses específicos, de organização das estruturas sociais para delimitar os papéis e aprimorar os sistemas hierárquicos. Neste sentido, destaca-se que a organização da sociedade marianense historicamente passa por algumas mudanças resultantes do cenário mundial, em decorrência das grandes guerras, o colapso da bolsa de valores nos Estados Unidos, entre outros. No Brasil, vivenciava-se o Estado Novo de Vargas, o progressivo enfraquecimento da economia cafeeira, as políticas de industrialização e modernização da produção do país.

Apesar de esses acontecimentos impulsionarem impactos na estrutura social, e compreender a história como processo dinâmico, essa nova ordem social não atinge a perspectiva do papel das mulheres. No enfoque eurocêntrico de família tradicional de base cristã, a mulher continuava assujeitada ao poder de propriedade do homem.

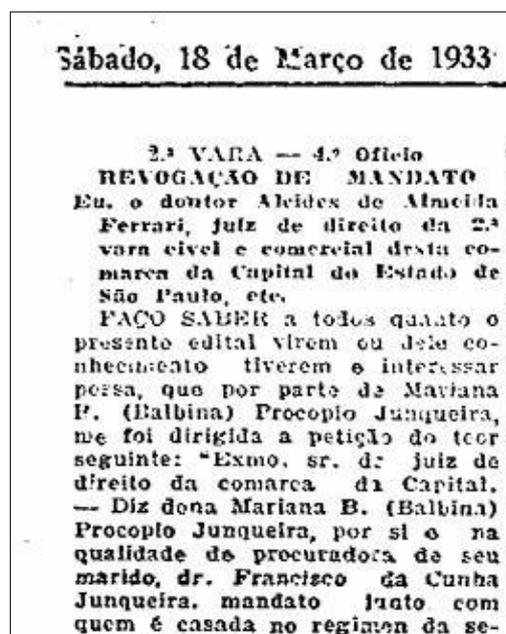
Mesmo que durante os grandes conflitos nos cenários mundial e local, as mulheres assumissem funções como postos de trabalhos até então exclusivos aos homens, em propriedades rurais, comércios, fábricas, o que demonstra uma subversão à visão eurocêntrica, a responsabilidade pelos cuidados com a família permanece exclusiva das mulheres.

Passando para um exemplo no contexto local, com a Revolução Constitucionalista, os oponentes paulistas de Vargas, foram presos e exilados, entre os quais, estava Francisco Junqueira, esposo de Mariana Balbina Procópio Junqueira. Conforme já mencionado, o casal era proprietário das terras onde formou-se o município de Santa Mariana, no Paraná, entre as décadas de 1920 e 1930.

Segundo os documentos oficiais, com a prisão e exílio do esposo, Mariana assume a administração da propriedade e toma decisões importantes que resultam

na consolidação da formação urbana da localidade. Abaixo verifica-se uma decisão judicial publicada no Jornal do Estado, em 1933, citando a procuração destinada à Mariana Junqueira:

Figura 12 - Documento<sup>23</sup> onde cita Mariana com procuradora do esposo



Fonte: Jornal do Estado (1933).

Considerando o documento apresentado, Mariana passa a tomar decisões, exercer funções administrativas, fazer reivindicações no âmbito jurídico, enfim, devido às circunstâncias em que se encontra, há um rompimento com os condicionantes de subordinação da mulher perante o homem, impostos pela sociedade patriarcal com visão eurocêntrica.

<sup>23</sup> Devido à dificuldade de visualização, compartilha-se a transcrição do documento citado: Eu, o doutor Alcides de Almeida Ferrari, juiz de direito da 2ª vara cível e comercial desta comarca da Capital do Estado de São Paulo, faço saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por parte de Mariana B.(Balbina) Procópio Junqueira, me foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. sr. juiz de direito da comarca da Capital, - Diz dona Mariana B. (Balbina) Procópio Junqueira, por si e na qualidade de procuradora de seu marido, dr. Francisco da Cunha Junqueira, mandato junto com quem é casada no regime da [...].

Assim como Mariana, muitas mulheres daquela comunidade vivenciavam esses rompimentos pontuais com a ideologia do patriarcado e do pioneirismo, devido às situações de falta de recursos, no caso das mulheres da classe trabalhadora, as quais eram predominantes das áreas rurais, de produção por meio da agricultura de subsistência, onde precisavam assumir a responsabilidade pelo sustento da família, seja por estarem viúvas, órfãs, ou pela quantidade maior de irmãos menores, entre outras questões.

Essa visão eurocêntrica herdada do processo de colonização, passa por um desarranjo diante dos novos engendramentos da comunidade local. Isso não significa que essa visão desaparece, mas sim, reveste-se de outras formas de manipulação, sanções e performances. Nota-se um descompasso entre a prática social das mulheres, exercendo funções ativas, mas, que em grande parte compartilham do discurso de submissão aos pais, maridos, chefes, líderes homens, entre outros. Segundo Chumbita (2015):

[...] la cultura occidental europea en la periferia se fue profundizando históricamente, desde la ocupación territorial y el control exterior y físico sobre las personas y los recursos naturales, hasta las variantes más sutiles y complejas de hegemonía a través de la influencia en los hábitos de consumo, la difusión de la información y las formas de elaboración y validación del conocimiento. (CHUMBITA<sup>24</sup>, 2015. p. 393).

Em suma, observa-se resistência quanto às mudanças no ideário de funcionamento da sociedade patriarcal, em outras palavras, predominam os sistemas dos aparelhos ideológicos que causam certa intimidação às mulheres que não os reproduzem em suas expressões discursivas e/ou não transmitem esses valores para as novas gerações. Porém, há resistências diante dos preceitos do patriarcado no contexto do pioneirismo, materializadas na prática do trabalho e da produção intelectual das mulheres, no entanto, essas resistências são em grande parte, invisibilizadas. A invisibilidade e o silenciamento da história dessas mulheres, podem

---

<sup>24</sup> Tradução da citação: [...] a cultura ocidental europeia na periferia foi historicamente aprofundando, desde a ocupação territorial e o controle externo e físico sobre as pessoas e os recursos naturais, até as variantes mais sutis e complexas de hegemonia através da influência nos hábitos de consumo, a difusão da informação e as formas de elaboração e validação do conhecimento. (CHUMBITA, 2015. p. 393).

ser compreendidos como sanções ideológicas fundamentadas em sistemas hierárquicos.

### **2.1.2 Sistemas hierárquicos de gênero, classe e raça**

Dentre os fatores que conectam o patriarcado e o pioneirismo, e que engendram a invisibilidade e o silenciamento da atuação histórica das mulheres, pode-se destacar os sistemas hierárquicos relacionados aos gêneros, classes e raças. Esses sistemas se apresentam como estruturas de controle social e direcionam a força de trabalho para a geração de capital, favorecendo a classe dominante.

Ao se pensar nos mecanismos de poderes hierárquicos e no funcionamento destas formas de pensar e agir no campo social e econômico, Sassen (2010) afirma ser necessário fazer uma análise sobre os principais aspectos dos processos de produção em patamares globais e suas implicações na organização da economia e do poder político.

Para a autora, a proveniência dos sistemas hierárquicos de poder transcende os Estados e a delimitação no âmbito nacional. Neste caso, o Estado não se limita somente a estar à disposição para a aplicação e cumprimento dos interesses da classe dominante local (MARX, ENGELS, 2019), mas abrange os interesses dos representantes de uma economia capitalista com vertentes em escala mundial.

Embora os estudos apresentados por Sassen (2010) estejam voltados para a perspectiva crítica relacionada à economia globalizada, pode-se utilizar essa configuração para o contexto das mulheres no limiar da pesquisa aqui apresentada. A economia imperialista pós primeira guerra mundial e iminência da segunda guerra, ou seja, entre as décadas de 1930 e 1940, promove moldes estruturais na sociedade, que são replicados conforme a dependência comercial e o contexto social dos países em desenvolvimento. De acordo com a autora, esses moldes estruturais são visíveis em camadas constitutivas da literatura, de culturas, nas relações comerciais e nos modos de trabalho em geral.

Desse modo, pode-se considerar que os moldes estruturais que consolidam os sistemas hierárquicos, perpassam pelas camadas constitutivas do discurso, neste caso, do patriarcado e do pioneirismo. Em outras palavras, a dinâmica para qual o patriarcado e pioneirismo utiliza o discurso histórico, está ancorada com a ideia de dependência de um grupo social em relação a outro, desconsiderando por exemplo, o trabalho das mulheres na produção econômica, cultural e científica. Conforme Federici (2019):

[...] a nova ordem mundial é mais bem descrita como um processo de recolonização. Longe de comprimir o mundo em uma rede de circuitos interdependentes, ela foi reconstruída como uma estrutura piramidal, aumentando as desigualdades e a polarização socioeconômica, e aprofundando as hierarquias que historicamente caracterizaram a divisão sexual e internacional do trabalho, que haviam sido debilitadas pelos movimentos feministas e anticoloniais. (FEDERICI, 2019. p. 214).

Nota-se que tanto Sassen (2010), como Federici (2019), analisam os sistemas hierárquicos conforme um ajustamento global prescrito pelas elites dominantes. Segundo Federici (2019), nesta perspectiva ampliada de poder que resulta numa materialidade sintetizada, a divisão do trabalho caracteriza-se também pela hierarquização do trabalho e das funções na sociedade. Neste tipo de divisão hierárquica do trabalho, as mulheres são exploradas, e o trabalho doméstico e demais funções exercidas predominantemente por elas, são desvalorizados.

A “estrutura piramidal” mencionada por Federici (2019) identifica os sistemas hierárquicos de poder consolidados a partir de uma formatação desigual dos papéis sociais relacionados ao gênero, classe e raça. No que se refere a essa formatação hierárquica e desigual da sociedade direcionada às mulheres, e os mecanismos do patriarcado, Saffioti (2015) ressalta:

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada (SAFFIOTI, 2015.p. 135).

Dentre os aspectos apresentados pela autora, destaca-se a imposição do direito patriarcal com base numa estrutura social hierárquica que perpassa os espaços públicos e privados e que estipulam os limites da atuação das mulheres. Portanto, conforme as contribuições de Saffioti (2015), neste viés social observam-se práticas de cerceamento dos direitos das mulheres, apropriação indevida dos resultados de seus trabalhos, anulação das suas histórias.

Ainda sobre a complexidade dos sistemas hierárquicos na sociedade brasileira, Gonzalez (2020) destaca as consequências desses sistemas como a discriminação das mulheres da classe trabalhadora, mulheres negras, as quais experimentam em suas trajetórias os mais diversos obstáculos para exercerem a plena cidadania. De acordo com Gonzalez (2020):

Vemos que no Brasil as relações de poder se dão de uma forma absolutamente hierárquica. É uma sociedade hierárquica que temos, uma sociedade onde cada um reconhece o seu lugar; é a sociedade do “você sabe com quem está falando?”. Vejam que a própria língua aponta para essas diferenças, para essas desigualdades que se estabelecem numa sociedade hierárquica como a nossa. Hierárquica do ponto de vista das relações de classe; hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro dessa sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social. (GONZALEZ, 2020. p. 247).

Tais colocações remetem a uma abordagem a respeito das condições sociais das mulheres na sociedade capitalista, patriarcal e hierárquica nas relações de poder. A análise crítica proposta por Gonzalez (2020), sobre os fatores relacionados à gênero, raça e classe social, está entrelaçada a uma estrutura alicerçada na essência discursiva do colonialismo eurocêntrico.

### **2.1.3 O controle dos corpos das mulheres**

O discurso ideológico do colonialismo eurocêntrico volta-se também para o controle dos corpos das mulheres, controle este que perfaz um dos fatores de relação entre o pioneirismo e o patriarcado. Para Gonzalez (2020, p.34), “a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em

seu comportamento imediatos”. Portanto, para que o controle dos corpos seja efetivo, são necessários mecanismos de internalização por meio de práticas discursivas, que são produzidas, transmitidas e tensionadas ao longo da história.

Os mecanismos de internalização do discurso ideológico patriarcal e do pioneirismo, são possibilitados na legislação, nas normativas sociais, nos documentos históricos, entre outros. Conforme Braga Junior e Braga (2016), no período do Brasil colonial, o casamento dentro dos preceitos religiosos e legais, era uma forma de controle dos corpos das mulheres. As relações íntimas entre os cônjuges somente poderiam ocorrer com o propósito de geração dos filhos.

De acordo com os estudos dos autores, as relações fora do escopo das regras sociais, eram consideradas prejudiciais ao dispositivo da honra, outro mecanismo coercitivo e controlador dos corpos femininos. Os estudos de Braga Junior e Braga (2016), fazem uma análise crítica com base em um texto jornalístico o qual destaca os principais atributos para a mulher ser considerada honrada, no contexto social da colonização do Brasil:

A boa esposa é aquela que não é vaidosa, nem se expõe demais a outros olhares masculinos, pode ser inteligente, mas não mais do que o marido, deve obedecer a ele e preservar a ordem do lar e, quem sabe, até desfrutar um pouco das alegrias de seu companheiro. (BRAGA JUNIOR, BRAGA. 2016. p.216).

Nota-se que o destaque acima traz como instrução que a vaidade deve ser contida e a exposição a outros olhares masculinos (neste caso a convivência que não seja com o esposo, com o pai, com os filhos), deve ser evitada, ou seja, são preceitos que estão diretamente ligados ao controle dos corpos das mulheres.

Ainda em relação ao controle exercido sobre as mulheres no contexto da colonização/exploração do território brasileiro, Mendes (2021) enfatiza que a estrutura das famílias dos colonos era rígida, no sentido de definição das funções entre homens e mulheres. Sempre sob o comando do homem, o trabalho executado pelas mulheres, na produção agrícola, era tido como complementar, de acordo com a autora.

Segundo Mendes (2021) os ensinamentos tradicionais eram transmitidos dentro da família e da religião para as novas gerações, que deveriam seguir sem questionamentos. Conforme os estudos da autora, o acesso à escola era difícil ou

impossibilitado para as meninas. Neste sentido, o controle sobre as mulheres ultrapassava a limitação de seus corpos, mas abrangia a limitação das possibilidades de ascensão social.

Sobre as mulheres dos pioneiros colonizadores, Woortmann (2015) ressalta as condições de deslocamento migratório por essas mulheres. Para a autora, a migração, o deslocamento dos corpos, é realizado de forma impositiva às elas, seja na condição de esposas, filhas, empregadas. De acordo com a pensadora, as mulheres passavam de um espaço de referências de princípios morais, padrões e costumes, para outro espaço, por vezes, desconhecido, a ser reconfigurado de acordo com suas perspectivas, limitações e experiências.

Para Woortmann (2015), ao se depararem com esse novo contexto, com inúmeros desafios, o trabalho das mulheres dos pioneiros colonizadores, torna-se imprescindível para a promoção das condições mínimas de sobrevivência e para o movimento econômico na localidade. Conforme os estudos da autora, além dos trabalhos domésticos e na produção agrícola, as mulheres exerciam funções como “parteiras, benzedeiros, professoras ou costureiras” (WOORTMANN, 2015.p. 20). Além disso, o trabalho das mulheres incluía:

[...] uma grande variedade de técnicas de produção e conservação de alimentos, associada à oportunidade de alguma venda, tais como o fornecimento de leite in natura, queijos e dos defumados, embutidos ou conservas. Outros conhecimentos da esfera feminina eram igualmente importantes, como as práticas etnoecológicas de prevenção ou eliminação de pragas, curas de animais, aproveitamento de plantas nativas, etc. Esses conhecimentos eram essenciais para o enfrentamento das novas situações e as eventuais crises que acompanhavam o recomeço nas novas colônias. (WOORTMANN, 2015.p. 20).

Desse modo, mesmo em condições desiguais, de assujeitamento a uma sociedade patriarcal, em um molde da perspectiva do pioneirismo do colonizador, de mecanismos de controle de seus corpos, as mulheres conseguem extrapolar essas amarras por meio do trabalho, o qual é o alicerce para que a comunidade em questão se constitua em todos os âmbitos, seja social, histórico, cultural e/ou econômico.

Ao confrontar as práticas sociais direcionadas às mulheres a partir da realidade concreta com os resultados parciais alcançados até o momento pela pesquisa,

verifica-se a necessidade de aprofundamento dos estudos, em especial, às análises das informações complementares em fontes históricas e aos resultados obtidos por meio da ação de extensão.

A problematização sobre as questões elencadas permitirá delinear as formas organizativas de subversões históricas em decorrência das contradições da sociedade patriarcal. Neste sentido, o debate sobre o patriarcado e o pioneirismo do colonizador está conciliado com os interesses da classe dominante e diverge com propostas de ações voltadas à uma educação crítica e emancipadora. Assim, ao se pensar sobre espaços de tensionamento, de questionamento e de possíveis mudanças sociais, a educação se mostra estratégica e necessária para compreensão dos princípios hegemônicos constituídos historicamente.

Portanto, por se tratar de um processo de análise em construção e dinâmico, o delineamento dos objetivos da pesquisa serão ampliados, tendo em vista a possibilidade de explorar outras questões não contempladas inicialmente.

### **CAPÍTULO III - AS FALAS DAS MULHERES DE SANTA MARIANA: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO**

É o olhar que faz a história. A história somente responde as perguntas que nós formulamos<sup>25</sup>.  
Ana Maria Colling

Em diálogo com a direção de uma escola da rede estadual do município de Santa Mariana, sobre a proposta, houve interesse e imediato convite para realizar uma formação com as professoras durante a semana pedagógica no mês de julho de 2023.

O convite foi formalizado pela equipe de direção e pedagógica da Escola Rodolfo Wild, conforme imagem abaixo. A preocupação inicial foi atender às expectativas e as demandas da equipe docente, a partir das temáticas propostas. O grupo participante foi de aproximadamente trinta professoras e o encontro realizou-se no dia 20 de julho de 2023.

Neste sentido, a ação de extensão “Mulheres de Santa Mariana: Memória, História e Formação Continuada” foi direcionada às professoras da escola pública Rodolfo Wild, a qual atende desde a Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos, na modalidade de Educação Especial.

O diálogo com as profissionais buscou promover reflexões sobre a formação da história do município de Santa Mariana, Paraná, partindo de um contexto local, para uma compreensão de forma crítica, criar um espaço de interação entre a universidade e a comunidade, além de fazer uma conexão com os referenciais teóricos utilizados no desenvolvimento da proposta e os resultados alcançados.

Foram compartilhadas informações referentes à formação histórica do município e o papel das mulheres e de grupos sociais não contemplados na construção da narrativa histórica oficial. As reflexões foram em torno de temas como:

---

<sup>25</sup> Trecho da obra Gênero e História. Um diálogo possível?

Histórico de Santa Mariana; quem foi Mariana? O silenciamento e a invisibilidade do papel das mulheres na formação histórica.

Nesse sentido, compreende-se que as (os) professoras (res) são agentes de transformação social, e que perfazem a mediação entre a prática cotidiana e os conhecimentos teóricos, por meio da reflexão crítica. Além disso, a extensão fomenta esse agir crítico-reflexivo, quando promove a autonomia das (dos) professoras (res) em sua formação continuada e a criatividade nas práticas de ensino e nos processos de formação para a cidadania.

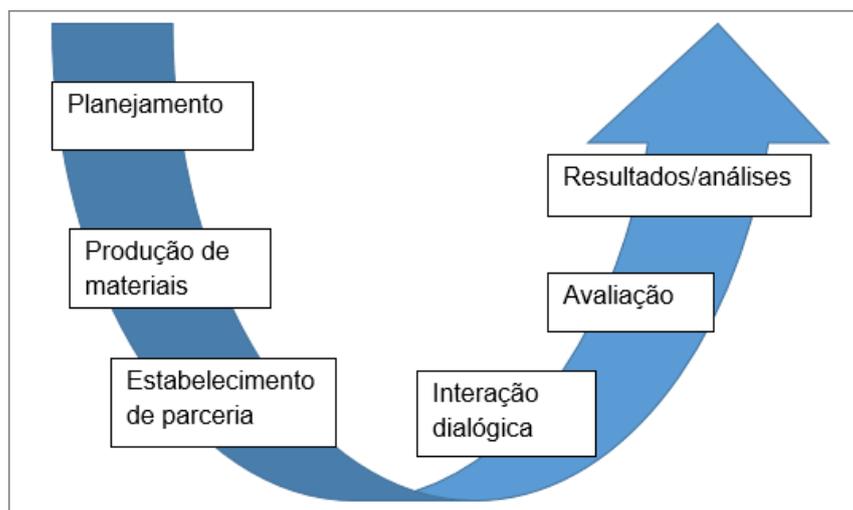
Assim, considera-se uma verdadeira revolução nas formas de ensinar e compreender a extensão, as quais fomentaram vários estudos e posicionamentos posteriores. Aqui, temos como base o interesse social com foco na formação educativa, crítico-reflexiva e atuante para as mudanças sociais. De acordo com Rebellato (2009), a relação dialógica com a comunidade deve partir:

[...] de la comprensión y del conocimiento de los contextos, en la valoración de los conocimientos mutuos, en la superación de un modelo de acción estratégica (que buscan los medios adecuados para lograr ciertos fines, sin la participación de los sujetos interesados) y en la elaboración de conocimientos y acciones nuevas sobre la base del entendimiento. (Rebellato, 2009, p. 219).

Fomentar um espaço de formação continuada, com o intuito de ter contato com diversas perspectivas da história local e da atuação das mulheres e demais grupos sociais que foram invisibilizados pelo discurso oficial, promove a construção de conhecimentos mútuos, conforme afirma a autora, com efeitos na transformação de olhares e práticas.

A ação de extensão “Mulheres de Santa Mariana: Memória, História e Formação Continuada” teve como primeira etapa, as atividades concentradas na pesquisa, seleção e produção de materiais e abertura de inscrições. A segunda etapa foi destinada à execução da ação de extensão com comunicação entre a pesquisadora e a equipe de direção e pedagógica da escola, encontro presencial, produção das reflexões considerando as temáticas propostas e a interação dialógica, avaliação pelas professoras participantes, gerenciamento no sistema SIGAA-UNILA para disponibilidade de certificados e produção de relatório.

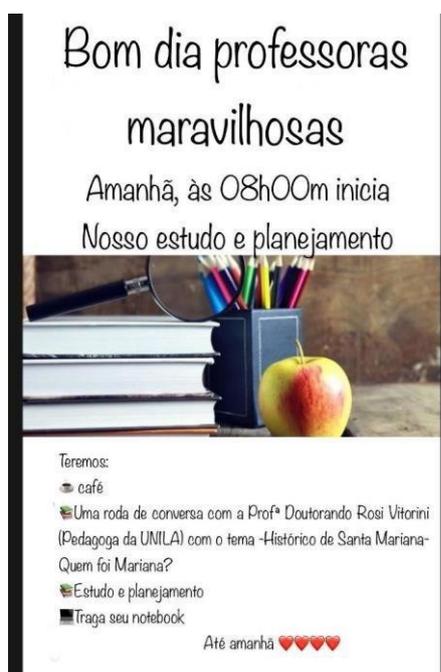
Figura 13 – Etapas de elaboração da proposta de extensão



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A metodologia utilizada na ação de extensão considerou a promoção de rodas de conversa, utilização de vídeos, disponibilidade de material em slides com fontes bibliográficas e documentais. Na semana que antecedeu o diálogo com a equipe docente, a direção compartilhou o convite em grupo de mensagens da escola conforme imagem abaixo:

Figura 14 – Convite para ação de extensão



FONTE: Escola Rodolfo Wild (2024).

As contribuições das professoras, referente a cada temática apresentada, foram bem interessantes. Algumas expressaram um sentimento de efeito impactante, ao conscientizarem-se sobre o não-questionamento referente às mulheres que fizeram parte da história do município, como no caso específico da senhora Mariana Balbina Procópio Junqueira. Comentaram que já haviam buscado informações sobre a formação histórica do município, porém nunca pensaram ou houve questionamento sobre a figura de Mariana.

A questão sobre o silenciamento e/ou a invisibilidade do papel das mulheres na sociedade trouxe várias reflexões entre as participantes. Algumas relataram que na infância havia o estabelecimento de regras na igreja onde frequentavam. Por exemplo, mulheres e homens deveriam sentar-se separados, em lados opostos no recinto, ou seja, a partir do estabelecimento ou da delimitação de lugares a serem ocupados no espaço religioso, também intrinsecamente, delimitavam-se comportamentos e papéis sociais. Ainda sobre esse fato, manifestaram que apenas uma mulher ousou desobedecer a regra e acomodou-se ao lado do esposo, o que causou polêmica na época e a própria foi alvo de conversas vilipendiadas na comunidade.

Ainda sobre a atuação feminina na sociedade e a delimitação de práticas no contexto histórico e cultural apresentado, foi colocada uma observação referente às imagens ou composições fotográficas da época, especificamente ao dia do casamento. Uma das participantes relatou que se lembrou de uma foto de casamento de um familiar, onde a noiva encontra-se sentada ao chão, numa posição de reverência à mão do noivo, e este encontra-se em pé, ao lado da noiva. Segundo a participante, a foto é antiga, porém está entre as que se destacam na estante da pessoa familiar.

Ao analisarmos sobre as poucas informações sobre a trajetória biográfica da senhora Mariana Junqueira, e colocarmos como na história oficial do município ela foi invisibilizada/silenciada, uma das professoras argumentou, que apesar desse processo nos documentos oficiais, alguém, no caso do esposo Francisco Junqueira, de certa maneira, a colocou em destaque, ou seja, transgrediu essa invisibilidade feminina, valorizando a esposa, ao demonstrar sua existência e inscrição na história da cidade, por meio da homenagem realizada.

Houve momentos de compartilhamento sobre os grandes feitos dos avôs, no desbravamento da mata nativa, na dificuldade com a formação da produção agrícola, na formação da cidade, mas quando foram questionadas sobre os feitos das avós, houve um silêncio e um certo desconforto entre as participantes.

### 3.1 O NÃO QUESTIONAMENTO SOBRE MARIANA

“Esses dias eu estava pesquisando sobre a história da cidade. Gente! Como não pensei sobre essa mulher antes, como não questionei sobre Mariana?”

A compreensão da relação entre o não-questionamento sobre a figura de Mariana Junqueira e das demais mulheres que contribuíram para a formação do lugar, e a percepção sobre o funcionamento do patriarcado em determinado contexto social e histórico, apresenta circunstâncias constantes que podem ser analisadas à luz da análise do discurso materialista. A percepção do "não-questionamento sobre" é vista como algo que não é neutro, uma questão crítica que até então prevalecia oculta, e que lança profundas inflexões ao que se faz aceite ou naturalizado. A análise do discurso desempenha um papel estratégico nesse processo, uma vez que busca compreender as ideologias inseridas e inerentes por meio do discurso e favorece possibilidades de reflexões sobre perspectivas diversas. É importante destacar as condições estruturais da sociedade e os modos de produção onde esse discurso é elaborado. De acordo com Caregnato e Mutti (2006):

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer.” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 680-681).

Para as autoras, os resultados na prática social referente ao "não-questionamento sobre", permite uma análise sobre a contradição sistematizada no período e contexto histórico. Entre as décadas de 1930 e 1940, a sociedade brasileira era regida pelo sistema estadonovista de Vargas. A economia de base agrária, predominantemente no interior do país, voltada à produção para exportação, influenciava profundamente os modos de produção e as relações de trabalho. Apesar do fomento para uma ideologia teórica de base nacionalista, o que se percebe na prática ideológica é a hierarquização das relações entre as classes, entre os grupos representativos na formação do território, e a desigualdade de direitos.

No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe. Após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez cada vez maior. (MARX, 2011. p.55).

A subordinação da classe trabalhadora e dos demais grupos apartados dos acessos aos direitos fundamentais, impõe de certa forma, a prática do não-questionamento, do assujeitamento acrítico. Isso não instaura de fato a ocultação das lutas de classes. O cenário mundial durante o referido período histórico, passava por um contexto de guerra, o que poderia refletir nas relações interpessoais e sociais.

Uma das premissas evidentes do patriarcado e do pioneirismo colonial, é o "não-questionamento sobre" aquilo que está definido, estabelecido hierarquicamente. O significado da formação discursiva em destaque reverbera a modos de pensar e agir. Observa-se a contradição da premissa, pois questionar também é pensar sobre, neste caso, o não-questionar é um pensar para "não-pensar sobre". De acordo com Rasia (2013):

Essencialmente porque a pergunta pode partir do pressuposto do dissenso resultante da inscrição em diferentes lugares. Nesse caso, a colocação em cena da pergunta pode ter como direcionamento a chamada à resposta passível de deslocar o lugar do dissenso para o do consenso, tendo em vista o enquadramento da pergunta dentro de uma determinada FD. Ou, ao contrário, pode estar constituindo lugar de visibilidade para a diferença, com justificativa da ruptura. (RASIA, 2013. p. 69).

Para a autora, a pergunta ou o questionamento pode representar a mudança de lugar, de perspectiva, onde a imutabilidade dos significados não se sustenta, quando se considera uma formação para o pensamento crítico, uma ruptura epistemológica e de paradigmas, ou mesmo a contraposição ao continuísmo. Assim, um conhecimento constituído, mas com uma leve instabilidade, quando atingido por uma informação nova, se fraciona, ocorre uma ruptura de paradigmas, a qual reverbera em outros conceitos e conhecimentos vigentes na consciência. O resultado é a modificação dos significados. Em relação às teorias sobre a formação do conhecimento, as contribuições de Piaget para a formação do conhecimento, de acordo com os estudos de Bezerra (2021), consideram as seguintes etapas:

[...] os elementos do meio são incorporados ao conjunto estruturado que os transforma em si próprio (assimilação); o meio se transforma e a organização se adapta a essa mudança, se transformando ela própria (acomodação). Esses dois processos são conhecidos respectivamente como assimilação e acomodação. Assim, pode-se dizer que a adaptação é um equilíbrio entre a assimilação e a acomodação. (BEZERRA, et al. 2021. p. 31).

Apesar de apresentarem os fluxos de construção do conhecimento e, de forma complementar, a transformação dos significados, os autores não observam a questão da predisposição dos sujeitos, e da instabilidade do conceito pré-determinado inicialmente, para que o processo ocorra. No caso das interações sociais, culturais e históricas, que resultam nas modificações de significados, a própria estrutura do significado se transforma também, isto é, ao passo que a linguagem e o pensamento passam por etapas de aprofundamento e complexidades cada vez mais intensas, não apenas as estruturas, mas os fundamentos, os alicerces onde se fixam os conceitos até então determinados, colocam-se em deslocamento ou alterações em diferentes níveis de consciência. Assim, o “questionar-se sobre o motivo de não-questionar antes” como no exemplo citado acima, demonstra um fluxo de modificação de significados, partindo de predisposição para tal processo.

Conforme o diálogo com as professoras e as observações elencadas, a palavra Mariana tem seu significado, até então constituído e naturalizado, de denominação de um município, para uma remodelagem que direciona os sentidos voltados à uma pessoa real, que possui história, uma mulher ativa em seu tempo e contexto. O enunciado “como não pensei sobre essa mulher antes, como não questionei sobre Mariana?” pode ser visto a partir do que Rasia (2013) aponta,

Se considerarmos que uma pergunta abre para resposta tanto afirmativa quanto negativa, teremos que a convocação da implicatura na pergunta justifica-se não somente por uma razão lógica, de conteúdo proposicional implicado, mas principalmente porque ela implica conteúdo assertado em outro lugar, antes e independentemente (o pré-construído), e que se lhe atravessa, marcando presença. Presença conflitante, é certo, e cujo embate é posto em evidência. (RASIA, 2013. p. 66).

A pergunta da participante não pode ser respondida simplesmente, ela é, em si, a abertura para o não dito da história oficial: quem é Mariana, além da Santa que dá nome ao município? Como eu não a vi? Como eu não sei quem ela é? Como eu não sei o que a minha avó fez? As mulheres que aqui chegaram fizeram?

A pergunta sobre Mariana é uma porta que se abre e desestabiliza do pré-construído sobre os processos de tomada de terras no interior do Paraná: como não vimos as mulheres se lá estavam o tempo todo? É como olhar para a foto e ver, pela primeira vez, algo até então não visto que gera o que Rasia (2013) chama de presença conflitante, pois traz à baila um conjunto de possibilidades enunciativas que não foram elaboradas em nenhum registro sobre a construção da cidade.

### 3.2 OS LUGARES NA IGREJA, POSICIONAMENTOS NO MUNDO

“Eu era criança, mas me lembro certinho. Todo domingo ia na missa com a minha mãe. Tinha uma regra que as mulheres tinham que sentar de um lado da igreja e os homens de outro, separados sabe? Mas, teve um dia que uma mulher sentou perto do marido, e foi um bafafá na cidade, tinha gente que olhava feio pra ela”.

Conforme memória expressada no grupo de professoras durante a ação de extensão, em determinado período histórico da localidade, possivelmente entre as décadas de 1950 e 1960, ao frequentar a matriz paroquial católica, as mulheres e os homens deveriam tomar seus assentos em lados diferentes. Era uma regra determinada e que não poderia ser questionada. De acordo com os relatos, caso a mulher se acomodasse no espaço destinado aos homens, sua atitude era considerada

como afronta às regras e indecorosa diante da comunidade, mesmo que o intuito fosse estar ao lado do esposo.

Os lugares na igreja foram delimitados de acordo com uma ordem relacionada aos gêneros, mulheres de um lado e homens de outro. Essa delimitação de lugares está transpassada por um ordenamento social embasado numa ideologia do patriarcado. Preliminarmente, essa associação com o patriarcado poderia ser contestada pois, homens e mulheres estão regidos pelo mesmo regramento de ocupação do espaço. Poderíamos ainda justificar a separação entre homens e mulheres, tendo como objetivo uma maior concentração na oração, um direcionamento da atenção plena, ou mesmo, uma ação para prevenir contatos físicos desnecessários. Neste caso, seria uma questão de organização dos corpos no espaço com o objetivo de aprimorar a relação com o sagrado. Portanto, não haveria distinção ou segregação.

No entanto, partindo de um recorte de memória compartilhada, é possível fazer uma análise sobre como se efetivam as construções sociais e como tais atravessam a religião, as instituições familiares, o campo político, o campo científico, entre outros.

A definição de papéis sociais, a demarcação dos espaços onde é permitido o corpo feminino e onde não é, as consequências para possíveis transgressões, ecoa um discurso conservador. Como visto no exemplo, a mulher que ultrapassou os limites estabelecidos no espaço em questão, e que de forma indireta, impôs a sua vontade de estar ao lado do companheiro, teve como resultado, o que Pêcheux (1997) denomina como sistema de signos não linguísticos, ou seja, foi um ato de resistência diante da represália da comunidade com olhares de reprovação ou conversas maldosas. De acordo com Pêcheux (1997):

Existe, por outro lado, um sistema de signos não linguísticos tais como, no caso do discurso parlamentar, os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, os “movimentos diversos”, que tornam possíveis as intervenções indiretas do auditório sobre o orador; esses comportamentos são, na maior parte das vezes, gestos (atos no nível simbólico), mas podem transbordar para intervenções físicas diretas. (PÊCHEUX, 1997. p.78).

Esse episódio permite pensar sobre as motivações de manifestação desses comportamentos da comunidade, frente ao descumprimento da norma da igreja, materializados por meio de intervenções indiretas, conforme pontua Pêcheux (1997).

Em síntese, o processo de controle dos corpos das mulheres constitui-se por diversos estratos sociais, onde a superfície demonstra práticas sociais como naturalizadas, porém, é possível rupturas, mudanças ou questionamentos.

Porém, é possível constatar na constituição dessas camadas, relações de interesse hierárquicos, mecanismos para prevalência hegemônica de grupos determinados, estratégias e instrumentos para que as práticas restritivas sejam reproduzidas e assimiladas de forma acrítica, estabelecendo uma percepção dos processos sociais como permanentemente cíclicos.

De acordo com o estabelecimento da naturalização das coisas e da percepção social cíclica, apesar das mudanças no contexto histórico e social, os resultados sempre serão os mesmos. Considerando como exemplo, quando uma prática social é contestada, mas se justifica por ser tradição.

A indicação de uma família tradicional ou família de tradição, considera uma formação específica de instituição familiar, onde observa-se a hierarquia entre os mais idosos e os mais novos, entre o chefe da família e o restante dos componentes, entre os patrões e os empregados ou subordinados. Porém, a classificação "tradicional" indica ao mesmo tempo, uma exclusão de formações familiares que não possuem a composição definida para o enquadramento. Nota-se nesse caso um limite fixado para determinar a composição familiar.

Assim como exemplificado pelo contexto familiar, nos contextos religiosos e educacionais, a classificação tradicional também revela preceitos, práticas e posicionamentos, os quais não podem ser questionados, e portanto, devem ser repassados às novas gerações, onde provoca-se a reprodução e/ou manutenção do status quo. Nas escolas com ensino tradicional, é possível ver a separação de meninas e meninos nas filas, nas brincadeiras, na escolha das cores do material escolar. Várias ainda preservam a relação entre ensino e religião, como orações antes do início das aulas, apresentações ou comemorações de datas e feriados religiosos, entre outros.

### 3.3 FOTOS DE CASAMENTO E O RETRATO DA VIDA NOS MUSEUS

“Sabe que agora você falando aí, eu lembrei de uma coisa. Na casa da minha vó, bem na entrada na sala, tem um porta retrato na parede, com várias fotos de casamento, tem da minha bisavó, da minha vó, da minha mãe e das minhas tias. Uma dessas fotos, a noiva está sentada no chão e o noivo está em pé, e gente, vocês não vão acreditar, a noiva está beijando a mão do noivo, vê se pode!”

O diálogo da participante demonstra certa indignação quanto ao posicionamento da mulher retratada na foto de casamento. A mulher é colocada em situação de submissão frente ao homem. E isso é “naturalizado” nas relações sociais da família e da comunidade, tanto que o questionamento sobre a foto surge apenas no momento da realização da ação de extensão, no contato com os referenciais teóricos e com as experiências compartilhadas com as outras mulheres.

As escolhas sobre como a história das mulheres foi retratada, de modo que o funcionamento do discurso oficial é efetivado, coloca em evidência o sistema em que a sociedade está estruturada. Segundo Bonnici e Zolin (2005):

Trata-se de tentar romper com os discursos sacralizados pela tradição, nos quais a mulher ocupa, à sua revelia, um lugar secundário em relação ao lugar ocupado pelo homem, marcado pela marginalidade, pela submissão e pela resignação. Tais discursos não só interferem no cotidiano feminino, mas também acabam por fundamentar os cânones críticos e teóricos tradicionais e masculinos que regem o saber sobre a literatura. (BONNICI, ZOLIN, 2005.p. 182).

Do ponto de vista da narrativa histórica da localidade, as mulheres ocupam um lugar secundário no ordenamento social. No entanto, para Bonnici e Zolin (2005), é urgente superar tais discursos, os quais não correspondem à prática cotidiana. Segundo Colling (2013):

A história das mulheres ao colocar no centro a questão das relações entre os sexos, revisita um conjunto de problemas: o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim, a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do Ocidente. A dificuldade de sua história deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. A falta de informações contrasta com a abundância dos

discursos e das imagens (musas e deusas). Fazer a história das mulheres é chocar-se contra este bloco de representações que as cobre. (COLLING, 2013. p. 41).

A autora observa que há um contraste entre as representações das mulheres na história e as relações de poder que ora silencia e apaga, ora destaca de forma equivocada. Portanto, mesmo não configurando como destaque nos documentos históricos, as mulheres fizeram parte da história, de forma ativa e decisiva, quando por exemplo, analisa-se a experiência cotidiana das mulheres da classe trabalhadora, onde sua atuação permitiu a subsistência da família e da comunidade.

Além das fotografias que retratam a vida cotidiana, a disposição de objetos e espaços também configuram uma história que posicionam as mulheres de forma secundária. No município de Cornélio Procópio, cidade vizinha de Santa Mariana, encontra-se o Museu Histórico de Cornélio Procópio, o qual possui em seu acervo objetos, documentos e imagens da história dos pioneiros. De acordo com o site Guia das Artes (2015), o museu é apresentado da seguinte forma:

Este Museu conta a História do Município e sua colonização através de um valioso acervo cultural de objetos, instrumentos, móveis, roupas, que pertenceram aos pioneiros fundadores de Cornélio Procópio. Diversos painéis fotografias mostram a transformação da cidade e retratam cenas cotidianas dos pioneiros que, com coragem, fé e esperança, aqui aportaram. (Guia das Artes, 2015. n.p.).

Junto ao museu encontra-se uma biblioteca pública, onde os moradores têm fácil acesso e incentivo à leitura. Os arquivos disponibilizados para consulta estão relacionados não apenas às práticas de estruturação, implementação ou organização da história da cidade e região, mas abrange as relações de poder inseridas nestas práticas, relações estas que envolvem o patriarcado e o pioneirismo.

A organização e disponibilidade dos materiais históricos no museu podem ser compreendidas como um conjunto de escolhas conscientes referentes aos modos de vida social, neste caso dos pioneiros colonizadores, em um recorte temporal estratégico. Essas escolhas conscientes, dos objetos e arquivos que devem ser expostos, estão relacionadas aos sujeitos que têm o poder de decisão e de implementação. Aos demais, a história oficial definida por meio legal ou institucional, nem sempre é uma questão representativa.

De acordo com o acervo consultado no museu, a pluralidade cultural em uma determinada comunidade não representa um problema, desde que essa diversidade se restrinja ao grupo de descendentes dos migrantes colonizadores. Neste sentido, decorre-se que a implementação, a reestruturação ou a recuperação de uma narrativa histórica seja intermediada pelas ações e decisões do Estado.

O poder do Estado indica as políticas educacionais e culturais a serem inseridas naquele contexto social, sejam relacionadas a história que foi oficializada, a obrigatoriedade do uso de símbolos e /ou solenidades oficiais nas instituições públicas e privadas, na implementação de um sistema de ensino que valorize, transmita e propague o histórico oficial.

Porém, para que a implementação de uma narrativa histórica alcance resultados efetivos, e que se instale um modelo de funcionamento da ideologia dominante, é necessário que haja aderência da comunidade ou sociedade em questão. Fazendo um paralelo com as ideias de Calvet (2002), sobre a implementação de políticas linguísticas, pode-se apresentar dois movimentos pelos quais perpassam as mudanças e implementação do discurso histórico oficial, *In vivo* – neste contexto as mudanças ocorrem no cotidiano de forma não oficial, a difusão dos acontecimentos históricos não está preocupada com regras ou padronizações, mas são escolhas para incutir valores. *In vitro* – os especialistas propõem hipóteses para regular a transmissão de conhecimentos históricos, os políticos avaliam as hipóteses, fazem escolhas e as aplicam.

Neste sentido, é possível observar que a história e as formas de compartilhamento estão em um processo contínuo de mudanças, considerando os aspectos culturais, políticos, econômicos ou ideológicos. Perfazendo os aspectos apresentados, as fontes históricas podem ser vistas como expoentes da formação da identidade de uma comunidade, as quais congregam a transmissão de cultura e a interação entre os sujeitos. Pode-se afirmar que são mais que instrumentos de comunicação do passado, pois evidenciam mecanismos de relações de poder.

Nesta questão de relação de poder, pode-se pensar no estabelecimento de valorização do pioneirismo relacionado ao sistema patriarcal, que é utilizada para padronização das interações sociais, ou seja, conecta essas composições a um determinado grupo como se referisse à sociedade como um todo.

De fato, existem juízos de valor estabelecidos para determinadas narrativas históricas, como se pertencer ao grupo evidenciado fosse um símbolo de poder, de status social, e mostra o lugar que cada sujeito ocupa na sociedade e no mundo. Assim, o que define o discurso histórico como instrumento de poder é a possibilidade de manipulação e controle do mesmo para se atingir objetivos específicos.

Em suma, é preciso respeitar o lugar das mulheres no campo histórico, pensar em formas de superação de estereótipos e possibilitar às novas gerações o acesso à narrativas históricas que superem a centralização e o controle das relações e valorizem as produções dos grupos sociais subalternizados.

Outra fonte histórica utilizada para analisar a construção da narrativa histórica de Santa Mariana, foi o anúncio em jornal, sobre a venda das terras na década de 1930. Conforme o informe, as terras eram produtivas, com proximidade à ferrovia que ligava o norte do Paraná à São Paulo, além disso havia facilidades para o pagamento.

Figura 15 - Anúncio venda de terras em Santa Mariana

entes aquela  
1:663\$500,  
proprio.  
unciou Pedro  
lagent pelo  
recobido de  
leido na rua  
cautelas, um  
ouro, objectos  
m de vendel-

os denunciou  
Gabriel, por  
ara 20 de ja-  
ne predio 70  
ries, furtando  
lio se achava.  
icisco Ferreira  
dio 58 da rua  
jectos que fo-  
00.  
ado Benedicto  
em 27 de abril  
llo pertencen-  
hado em 320\$  
narrado num  
da casa do seu

ciados, por fe-  
simo promotor:  
lo Paganucci,  
Sanovick e

IA  
sentença do  
inal, por deli-  
os e Francisco

CIA  
a Criminal foi  
José Gabriel,  
sado como in-  
358 do Codigo

nhá, na rua João Octavio, o marítimo  
Roberto Rosman, foi agredido a gar-  
rafadas por outro marítimo, de nome  
Jargines Carlos, brasileiro, de 32 an-  
nos, solteiro, tripulante do vapor "Al-  
gie". A vítima, que ficou seriamente

re, morador na mesma localidade. Mais  
tarde, João Ribeiro morreu, verifican-  
do-se porém, que o obito se dera em  
consequencia de um colapso cardia-  
co. José Rodrigues foi recolhido ao  
xadrez.

do, 230 mulheres e  
sahido 301, sendo,  
homens. Falleceram  
mulheres e 61 hom-  
julho 101 docentes,  
e 50 homens.

ABALROAMENT  
12,50 horas, no cru-  
Francisco Glycerio  
Campos, abalroar  
dirigido por Jorge  
P-644, dirigido por  
Do abalroament  
pequenos danos n  
A policia tomou  
occurrido, por int  
Civil, apurando a  
"chauffeur" do at  
multado, por falta  
carro.

PRISÃO DE UN  
Por estar promov  
Sacramento, foi p  
volante, o conhe-  
nani Clemente, qu  
carro de presos, p  
Regional de policia

TI  
(Do nosso corr  
NOVE DE JULI  
é nobre resolução  
P., de commença  
marca, o inicio da  
lo moveu para libe  
da Dictadura, o d  
R. P. mandará ce  
ja matriz, no dia  
fragio das almas  
peico trimestre de  
Para essa tocat  
religiosa, o direct  
o povo hitêense, i  
partidaria.

**TERRAS ROXAS**  
**NA ZONA NORTE DO PARANA'**

TERRAS OPTIMAS PARA CULTURA DE CAFE, ALGODÃO E  
CEREAES NO PROLONGAMENTO DA CIA. FERROVIARIA  
SÃO PAULO-PARANA', NA ALTA SOROCABANA E  
NA ALTA PAULISTA

**VENDA A PRAZO E A PRESTAÇÃO**  
**POSSE E TITULOS DE DOMINIO SEM A MENOR**  
**DUVIDA. UNICA E REAL EVICÇÃO PARA QUEM**  
**COMPRA PROPRIEDADES**

Informações em LONDRINA — via Ourinhos — Estado do Paraná,  
com LUT. DELIBERADOR.

Correspondencia para a cidade de JATAHY.

Agencia em CORNELIO PROCOPIO — Avenida Hotel.

Para mais informações dirijam-se aos "ESCRITORIOS DE ENGE-  
NHARIA" — Rua Três de Dezembro n.º 48 — 6.º andar  
— sala n.º 1 — SÃO PAULO — Phone: 2-1118

**Aceitamos serviços de engenharia**

Fonte: Jornal Correio Paulistano (1935).

A seleção desse anúncio como fonte histórica se deve pois, de forma intrínseca, demonstra a postura ativa das mulheres, neste caso, de Mariana Junqueira. Segundo o historiador Brasil (2014), a venda das terras e o início da formação urbana do município de Santa Mariana ocorreu com a venda das posses na região para loteamento, intermediada por Mariana.

O anúncio representa não apenas a negociação de propriedades, mas é resultado do poder de decisão da mulher e que reverbera, posteriormente na formação urbana da cidade que tem o seu nome, mas não tem a sua história, pois é preciso destacar que as informações obtidas pelos estudos de Brasil (2014) estão em um livro sobre a história do município vizinho, Cornélio Procópio, pois nos registros históricos de Santa Mariana, não há nenhuma informação sobre Mariana Junqueira que ultrapasse a delimitação de esposa e homenageada.

Assim, pode-se afirmar que muitas mulheres procedentes da classe trabalhadora, participaram ativamente desse processo histórico do município, mas suas trajetórias foram apagadas, não apenas nas fontes históricas oficiais, como também, na memória coletiva. Para Bonnici e Zolin (2005):

Se no âmbito da lei, as mulheres eram destituídas de poder, no âmbito das práticas sociais e familiares a realidade era outra. A maioria delas, além de não ter interesse em se submeter a esse tendencioso modelo de organização social, não tinham condições para tal. [...] em meados do século XIX grande parte das mulheres inglesas trabalhava fora como domésticas, costureiras, operárias em fábricas ou em fazendas. (BONNICI, ZOLIN, 2005.p. 184).

Os autores propõem uma análise sobre o contexto das mulheres na Inglaterra vitoriana, no entanto, os modos de resistência ao modelo de sociedade patriarcal permitem a interseccionalidade com a realidade das mulheres da classe trabalhadora de Santa Mariana. Assim como as inglesas, compreende-se que na formação histórica da cidade, as marianenses foram efetivas por meio de seus trabalhos, seja nas fazendas, ou no centro urbano em formação.

Não se trata de pensar a história dessas mulheres como aportes complementares de seus pais, esposos, ou patrões, conforme a perspectiva de alienação e uniformização do patriarcado. Conforme as contribuições de Federici (2017), pode-se afirmar que a divisão social do trabalho, no contexto de colonização,

maximizou a exploração da força de trabalho das mulheres, onde além da incumbência dos cuidados com a prole e com os idosos, das tarefas em casa, desempenhavam as mesmas funções que os homens, no trato com os animais e com a plantação, entre outros.

No entanto, o que se observa neste contexto é o discurso conservador, do papel das mulheres em posição submissa ao homem, de apagamento de sua história, discurso que atravessa a formação social nos campos das instituições familiares e educacionais, da religiosidade, das políticas públicas e da legislação. De acordo com Saffioti (2013):

As aspirações de ascensão social, grandemente responsáveis pela maior atenção merecida hoje pela educação feminina e pelo engajamento da mulher nas ocupações fora do lar, não superam, contudo, a necessidade que a sociedade de classes apresenta para manter seu próprio equilíbrio de hierarquizar as ocupações masculinas e femininas, em defesa da posição de chefe que o homem ocupa na família e na sociedade. Assim, se a qualificação profissional da mulher interfere na posição ocupacional desta, a estratificação por sexo intervém, não raro de modo negativo, quer na qualificação da força de trabalho feminina, quer no posicionamento da mulher na estrutura ocupacional. (SAFFIOTI, 2013. p. 127).

Sobre a importância do acesso à educação como forma de ascensão social, defendida por Saffioti (2013), no contexto de Santa Mariana nas décadas de 1930 e 1940, esse acesso era dificultado, em muitas situações, impossibilitados para as meninas da classe trabalhadora, tanto pela falta de escolas e professores, como pela prática normativa da maioria das famílias, a qual a educação formal era destinada apenas para os meninos. Interessante pensar que os preceitos do patriarcado quanto ao acesso à educação das meninas, se mostram divergentes em relação às origens culturais. Um exemplo dessas divergências pode ser observado na imagem da primeira escola inaugurada em Santa Mariana, na década de 1930, pelos colonizadores japoneses.

Figura 17 - Primeira escola de Santa Mariana



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Santa Mariana – PR (2021).

A imagem mostra as famílias e as crianças reunidas na frente da escola, as bandeiras do Japão e do Brasil. A imagem faz parte do acervo documental da Secretaria Municipal de Cultura de Santa Mariana, e mostra tanto meninos, como meninas uniformizados, ou seja, o acesso à educação formal das crianças japonesas não excluía as meninas. Na base cultural nipônica da época, a educação formal era essencial para as novas gerações, independente do gênero ou classe social.

Considerando o período histórico entre as décadas de 1930 e 1940, pode-se afirmar que os imigrantes japoneses buscavam melhores oportunidades e condições de sobrevivência, tendo em vista o contexto do Japão após a Primeira Guerra Mundial. Além de recursos naturais escassos, as crises e conflitos entre países próximos, o aumento no número populacional, e a falta de recursos básicos para atender as necessidades da população, fizeram com que muitos japoneses deixassem o seu país, e migrassem para outros países como o Brasil.

Muitos ao desembarcarem no porto de Santos, em São Paulo, eram encaminhados a regiões onde havia demandas para o trabalho no campo. Uma parte desses imigrantes chegaram ao município de Santa Mariana, se estabeleceram formando comunidades, conforme descrito no histórico oficial, e em outros momentos, faziam a acolhida aos demais que chegavam.

A situação era semelhante com a imigração italiana no que diz respeito à conjuntura econômica, política e social do pós-guerra. Para Bezerra (2019), a guerra trouxe como resultado a perda de muitas vidas, a destruição de cidades em países da Europa, desemprego, entre outros. Além disso, a crise da bolsa em 1929, acarretou consequências em diversos países, dificultando ainda mais o contexto social já fragilizado. A população árabe enfrentava também conflitos territoriais, políticos e de ordem religiosa, principalmente entre os Sírios, Libaneses e o Império Turco-Otomano. Segundo Iskandar (2019):

Os antecedentes históricos que motivaram a imigração árabe ao Brasil e ao Paraná foram a perseguição pelo Império Turco Otomano, a escassez de terra, a visita de D. Pedro II ao Oriente Médio no final do Séc. XIX (Egito em 1871 e Líbano em 1876) e as duas grandes guerras mundiais. [...] A maioria chegava via Porto de Santos e, depois, se dispersava para as várias regiões do Brasil, do Sul ao Norte. Vinham repletos de sonhos que queriam concretizar no novo horizonte da “América”, como o Brasil era chamado por eles. Um desses sonhos era a possibilidade de trabalhar e progredir no comércio. Normalmente, vinham sozinhos para depois trazerem suas famílias – esposa e filhos. (ISKANDAR, 2019. n.p.).

Nota-se pelo destaque do autor, que os imigrantes árabes chegavam ao Brasil, com uma grande expectativa de recomeço, de possibilidades de trabalho, de melhoria de condições de vida para suas famílias. No município de Santa Mariana, muitos dedicaram-se às atividades de comércio e serviços, conforme a imagem do acervo histórico da cidade:

Figura 18 - Propaganda de estabelecimento comercial



Fonte: Santa Mariana em Revista: Edição Especial (1962).

A proximidade com o interior do estado de São Paulo, favoreceu o deslocamento de famílias de municípios próximos, que visualizavam no recém-formado município, a oportunidade de trabalho e estabelecimento de moradia. Pode-se dizer que os migrantes vindos do Estado de Minas Gerais, tinham intenções semelhantes de garantir condições básicas para suas famílias.

As informações sobre as contribuições das mulheres e, de forma ampla, da classe trabalhadora na formação histórica do município de Santa Mariana, como exemplificado acima, não aparecem de forma explícita nos documentos formais. Pode-se compreender o processo de homogeneização histórica e cultural como uma proposta de fomentar e difundir valores de um grupo específico, dos chamados pioneiros colonizadores, aos demais grupos sociais. Para uma abrangência dos valores da classe dominante é necessário a implementação de ferramentas ideológicas seletivas e excludentes, como observadas em várias fontes históricas consultadas.

Conforme Bourdieu (1989), a dominação simbólica pode ser concretizada quando se utiliza da narrativa histórica como meio de fomento ideológico, representativo de valores de exploração capitalista, de práticas sociais de um sistema que desvaloriza os modos de expressão das mulheres.

Desse modo, é possível pensar em várias perspectivas sobre a questão do patriarcado e do pioneirismo como problemáticas de superioridade masculina, a qual está diretamente relacionada a um processo de institucionalização formal, resultado de posicionamentos políticos de Estado. Não se trata de valores qualitativos, mas estratégicos de padronização, que correspondem com os objetivos sociais e econômicos da classe dominante.

A reconfiguração social promovida por narrativas históricas centralizadoras e excludentes, promove uma materialização de diversas formas de desigualdades sociais, sejam elas direcionadas na dificuldade de acesso ao direito a valorização cultural, a educação emancipadora de fato, direito ao trabalho e condições dignas de vida. Direitos fundamentais que deveriam ser observados em qualquer posicionamento político ou educacional.

A escolarização que fomenta uma construção histórica inclusiva, contribui para a formação de uma sociedade que respeita a diversidade. Esse processo precisa ser pensado desde as decisões sobre o currículo escolar, os métodos e as práticas pedagógicas, os recursos didáticos a serem utilizados, os tipos de planejamento, a análise crítica sobre as fontes históricas e a formação dos professores.

## CONSIDERAÇÕES

No decorrer dos estudos, foi possível verificar que, uma localidade no interior do Paraná, proporcionou múltiplas reflexões, ou seja, por meio da história do município de Santa Mariana e do diálogo com as mulheres marianenses, pôde-se compreender o funcionamento das relações patriarcais com base em uma perspectiva cultural e histórica que enaltece o pioneirismo resultante de práticas coloniais.

A minha aproximação com a comunidade marianense teve início ainda na infância. Estava em um período importante de minha formação humana quando residi em Santa Mariana. A pesquisa favoreceu um retorno ao passado, tanto o que estava inscrito na minha memória, quanto daquele inscrito na memória das mulheres com mais experiências na família e no entorno das amizades. Esse passado que não é oficial, que não está registrado nos documentos ou nos livros.

Com as leituras e estudos propostos durante o mestrado e posteriormente, no doutorado, foi considerada a necessidade de questionar a história da cidade de Santa Mariana, tida como absoluta, aquela que é passada para as novas gerações e reforçada na materialidade dos discursos permitidos, ou como observa Orlandi (2001), no funcionamento dos discursos fundadores.

Durante a elaboração da pesquisa, permeada de construções, reconstruções, ressignificações, novas perspectivas impulsionadas pelas leituras propostas, verificou-se as possibilidades que poderiam ser tratadas com a temática sobre a relação entre o patriarcado e o pioneirismo.

Portanto, entre essas possibilidades que foram analisadas estão os aspectos que fundamentam a relação entre o sistema patriarcal e o pioneirismo do colonizador, revelando as tensões e apagamentos decorrentes desses fatores e seus impactos na atuação social e histórica das mulheres. Os estudos contribuíram para a compreensão da complexidade das relações de poder e controles exercidos sobre as mulheres em contextos de formação urbana de cidades paranaenses, na primeira metade do século XX, ampliando o conhecimento sobre a perspectiva de gênero na análise histórica.

No primeiro capítulo foram analisadas as práticas coloniais como embasamento para o patriarcado, além do discurso fundador do pioneirismo na formação social e histórica da cidade de Santa Mariana. As análises dos dados históricos da cidade de Santa Mariana apontaram que o patriarcado e o pioneirismo impactaram, de maneira significativa, a formação da memória histórica da comunidade, perpetuando a desigualdade de gênero nos contextos de formação urbana e agrícola, entre as décadas de 1930 e 1940.

No segundo capítulo foi proposto um debate sobre o conceito de pioneirismo e patriarcado e suas correlações materializadas nas narrativas históricas. Para tanto, foram apresentados fatores que interligam o patriarcado e o pioneirismo como a definição do papel das mulheres com base na concepção eurocêntrica, sistemas que estruturam a sociedade de forma hierárquica, e no controle dos corpos femininos. Os estudos mostraram que, apesar de terem sido apagadas da história oficial, as mulheres foram protagonistas primordiais na construção da história do município.

Em um espaço de valorização da fala das mulheres, as questões tratadas no terceiro capítulo, permitiram identificar as práticas do patriarcado e do pioneirismo, por intermédio da discursividade. Portanto, os estudos são iniciados pelos questionamentos da pesquisadora, fundamentam-se nas referências bibliográficas e documentais e complementam-se com os questionamentos e as histórias das mulheres de Santa Mariana.

A análise de documentos históricos como o histórico oficial, o hino municipal, as revistas comemorativas, entre outros, ofereceram exemplos do funcionamento da linguagem e a presença de representações patriarcais na formação ideológica e histórica da cidade.

Os referenciais bibliográficos atuaram como fontes essenciais para a compreensão das raízes patriarcais, os alicerces do pioneirismo e suas consequências para a história das mulheres, destacando as obras de Lerner (2019), Saffioti (2013, 2015), Federici (2019), Orlandi (2001, 1995), entre outras e outros pensadores, como fundamentais para as análises.

A escolha pelo espaço social e contexto histórico onde se direcionou a investigação da pesquisa permitiu identificar a importância da figura do pioneiro na

história local. Nesse sentido, é possível comparar os resultados das análises, em outros contextos com similaridades em suas formações históricas. As reflexões levantadas pela pesquisa sobre a história da cidade de Santa Mariana, podem ser ampliadas para outros aspectos e transpassar os limites geográficos e temporais apresentados no estudo. Além das similaridades entre diversos discursos relacionados à formação urbana de outras localidades, as distinções e os desafios sobre a análise crítica dessas formações, as dinâmicas culturais, sociais e econômicas, podem fornecer elementos pertinentes para o aprofundamento de estudos futuros. Nesse sentido, o entendimento sobre como as mulheres foram excluídas da história oficial local, nos faz pensar sobre o funcionamento de uma lógica e de narrativas enraizadas em matrizes eurocêntricas, ainda remanescentes do período colonial.

As visitas técnicas a museus implicaram em várias indagações sobre a seleção de espaços e organização dos objetos, até a intencionalidade implícita nessa organização, a qual prioriza a representação do poder do pioneiro colonizador. O diálogo com instituições, como a secretaria de cultura do município de Santa Mariana, permitiu o acesso ao acervo histórico do local.

A ação de extensão foi uma experiência desafiadora e profundamente enriquecedora, a qual permitiu o compartilhamento quanto aos conhecimentos e vivências com as mulheres da comunidade local. Os diálogos, as formas de acolhimento da proposta, as questões levantadas, as histórias de vida partilhadas, proporcionaram o aprimoramento dos temas propostos, mas também, mobilizou a pesquisa para outras dimensões de análises. Assim, a pesquisa trouxe apontamentos sobre práticas sociais que promoveram o silenciamento das mulheres historicamente.

Apesar da importante contribuição do trabalho das mulheres no decorrer histórico, sua atuação na sociedade foi desconsiderada de forma reiterada. Essa desvalorização não se faz de maneira casual ou aleatória, mas demonstra resultados das práticas sociais fundamentadas no patriarcado, e que exalta as narrativas históricas onde as esferas de poder são destinadas ao homens. Consolida-se nesse viés, uma concepção distorcida da história das mulheres, que são colocadas em um patamar de esquecimento e silenciamento. O questionamento diante dessa perspectiva alterada e lacunar, é fundamental para pensar a história de uma forma

mais equânime. Nesse sentido, a ação de extensão foi uma forma de romper com essas práticas, trazendo as falas das mulheres para o foco das análises, valorizando essas falas como parte de um processo de formação compartilhada e horizontal.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de estudos futuros que visem a análise sobre as condições de apagamento histórico das mulheres dos povos originários e das mulheres negras nos documentos históricos, além do aprofundamento das formas de resistências coletivas contra as práticas de opressão direcionadas à essas mulheres. É preciso observar que as mulheres e suas histórias são diferentes, as mulheres camponesas têm experiências, demandas e formas de olhar o mundo, diferentes das mulheres trabalhadoras dos grandes centros urbanos, ou as mulheres residentes das periferias, ou as provenientes da classe burguesa, entre outras. No entanto, o patriarcado e seus efeitos atingem à todas, em nuances diversas.

Diante disso, é essencial que as práticas de resistência e superação das desigualdades sejam efetivadas a partir do questionamento do funcionamento da sociedade. Além de questionar essas práticas, é preciso mobilizar a formação da memória coletiva, para que seja voltada à valorização do papel social das mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, M. S. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 228–244, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48093>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1980.
- AMUNOP. **Associação dos Municípios do Norte do Paraná**, 2020. Disponível em: <<https://amunop.org.br/municipios/santa-mariana/>>. Acesso em: 25 janeiro 2024.
- ANDRADE, A. S. M. **O discurso do pioneirismo e suas representações**: Tangará da Serra, MT (1976-1997). 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ANTOINE, S. G. F. G. Volóchinov: Para uma Análise Sociológica da Ideologia. **Mediações**: Londrina, v. 27, n. 1, p. 1-18, jan.-abr. 2022.
- ANTUNES, M. G. ZANATTA, F. A. S. **Características físicas do norte do Paraná como substrato para o planejamento regional**. In: XI Semana de Geografia e IV Encontro de estudantes de Licenciatura em Geografia. Presidente Prudente. Anais da XI Semana de Geografia e IV Encontro de estudantes de Licenciatura em Geografia, 2010.
- AYRES, A. D., BARTOLOME, M. M., BRANDO, F. da R. Etnologia dos Kaingang e seus territórios no estado do Paraná. **Guaju: Revista Brasileira De Desenvolvimento Territorial Sustentável**.v. 9, p.1–23. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/quaju/article/view/87377>. Acesso em 18 mar 2025.
- BAO, C. E. Colonização e pioneirismo para além do eurocentrismo: Interculturalização, o relato histórico desde o sul do Brasil. In: **Dossiê Cultura em Foco**: Cultura e Decolonialidade na América Latina. Foz do Iguaçu: Claec, 2018.
- BAO, C. E. **O discurso do pioneirismo e a invenção do Sul do Brasil: eurocentrismo e decolonialidade**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.
- BARBOSA, C. S. Artíficos ideológicos do colonialismo na interpretação do Brasil de Antonio Candido (1965-1966). **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 37, n. 1. p. 245-265. 2025.
- BEZERRA, D. et al. **Passeando de bicicleta com Jean Piaget**: fundamentos. Florianópolis: Editora Arquétipos, 2021.
- BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAGA JÚNIOR, D. C.; BRAGA, A. P. O. S. Adestrar os corpos, civilizar os sentidos: a honra como dispositivo de controle da sexualidade no Brasil (colônia e império). **Entrepalavras**, Ceará, 2016.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no Município de Santa Mariana**, 2010. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jan 2023.

BRASIL, Á. S. **Cornélio Procópio**: das origens e da emancipação do município. 2.ed. Cornélio Procópio: UENP, 2014.

BUNK, B. SOBOTTKA, E. A. Sobre a atualidade política da Teoria Crítica: ciências sociais entre alienação e emancipação. **Civitas, Revista Ciências Sociais**. n.22. 2022. Disponível em <https://www.civitas/a/vG4bjTDPZsWPB7yJdt9MLGC/#>. Acesso em 12 mar 2024.

CALVET, L.J. **As Políticas Linguísticas**. In. Sociolinguística: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto**, Florianópolis, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARRERI, M.L. **O “Norte Pioneiro” do Paraná: região, modernização e dominação**. 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro: ANPUH- BRASIL, 2021.

CASA CIVIL. Sistema Estadual de Legislação. **Lei Estadual 02/1947** – Disponível em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto>

=1\_5788&indice=1&totalRegistros=3&dt=17.1.2024.16.30.58.662 Acesso: 17 nov 2023.

CHUMBITA, H. Fundamentos para los estudios organizacionales: aportes del pensamiento crítico suramericano. **EBAPE**, Buenos Aires, 2015.

COLLING, A. M. Gênero e História. Um diálogo possível? **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 19, n. 71-72, p. 29-43, 2013.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1131>.

Acesso em: 19 jun. 2025.

COLMENARES, A. M. Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, v. 3, p. 102-115, junio 2012. ISSN 1.

CONRAD, P. **Grandes Civilizações Desaparecidas**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, junho, 2016, 14-35. Disponível em: <https://bit.ly/2UE18gM>. Acesso em 12 mai 2024.

DIAS, P. R. **Cornélio Procópio**: a história em prosa e verso. Londrina: Modelo, 2000.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminina. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, A. B. D. H. **Aurélio**: dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FERREIRA, A. C. Dialéticas Coloniais: A construção do Estado e as transformações da organização social indígena sul-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 79-96, 2011.

FRANÇA, J. P. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 230–253, 2019.  
Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/6812>. Acesso em: 20 mai 2025.

GIANNOTTI, J. A. **Certa herança marxista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Certa\\_heran%C3%A7a\\_marxista/\\_cwVBgA\\_AQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=meios+de+produ%C3%A7%C3%A3o+na+perspectiva+marxista&pr=intsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Certa_heran%C3%A7a_marxista/_cwVBgA_AQBAJ?hl=ptBR&gbpv=1&dq=meios+de+produ%C3%A7%C3%A3o+na+perspectiva+marxista&pr=intsec=frontcover). Acesso: 02 abr 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, interpretações e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, (26), 53–62. 2003.

ISKANDAR, J. I. A IMIGRAÇÃO ÁRABE AO PARANÁ. **SABEN - Sociedade**

**Árabe de Beneficência**, 2019. Disponível em: <http://www.saben.org.br/memoria-arabe>>. Acesso em: 12 dez 2022.

JORNAL do Estado. São Paulo: **Imprensa Oficial**, 1933. Disponível em:

%2f1933%2fdiario%2520oficial%2fmarco%2f18%2fpag\_0042\_CDUPRK644ATJQe66323BD8N74JT.pdf&pagina=42&data=18/03/1933&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100042>. Acesso em: 19 julho 2023.

KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Maringá: EDUEM, 2014.

LANGARO, J. F. **Quando o futuro é inscrito no passado: colonização e pioneirismo nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade do gênero. In. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 2014. 22(3), p. 935–952. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 20 dez 2024.

MARCELINO, B. C. A. **Dossiê Cultura em Foco**: Cultura e Decolonialidade na América Latina. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2018.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac e Naify, 2018.

MENDES, V. P. S. Trajetórias de mulheres do Perímetro Curu-Paraipaba, no Ceará, e suas vivências escolares. **Revista Conhecer**, Ceará, 2021.

MENDONÇA, J. M. N. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 204–226, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20729>. Acesso em: 21 set. 2023.

MOTA, L. T. **Redução Jesuítica de Santo Inácio**. Maringá: EDUEM, 2010.

MOTA, L. T. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, v. 7, p. 358-391, jan-jun 2014.

MOTA, L. T. **As populações indígenas no Rio Tibagi**. Londrina: EDUEL, 2021.

NADALIN, S. O. **Paraná, ocupação de territórios, população e migrações**. 2. ed. Curitiba: SAMP, 2017.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. **Línguas e Instrumentos Linguísticos** – n. 34 – jul-dez 2014. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo4.pdf>. Acesso em 17 maio 2025.

PARANÁ. LEI 1196/2017 - Aprova Plano Municipal de Cultura do município de Santa Mariana - PR. **Sistema Nacional de Cultura**, 2017. Disponível em: [http://snc.cultura.gov.br/media/lei\\_plano\\_cultura/Plano Municipal de Cultura c8 x4 pmQ.pdf](http://snc.cultura.gov.br/media/lei_plano_cultura/Plano_Municipal_de_Cultura_c8_x4_pmQ.pdf). Acesso em: 02 dez 2022.

PARANÁ. **Museu histórico de Cornélio Procópio**, 2015. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/parana/museu-historico-municipal>. Acesso em: 12 jul 2023.

PARANÁ. Prefeitura do Município de Santa Mariana. **Histórico do Município**. Disponível em: <http://santamariana.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1518>. Acesso em: 23 set 2021.

PARANHOS, A. **O Roubo da Fala. Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva. In: GABET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

PRIORI, A. **A. História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: EDUEM, 2012.

RASIA, G. D. S. A pergunta como espaço de inscrição identitária. **Revista Conexão Letras**, v. 8, n. 10, p. 59-70, 2013.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTA Mariana em Revista: Edição Especial. Bauru: Irmãos Coelho, 1962.

SANTA Mariana em Revista: Edição Especial. Bauru: Irmãos Coelho, 1966.

SANTOS, S. F. A mulher na Magna Grécia: um “objeto” de valor. **Clássica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, 29(1), 29-48. 2016.

SÃO PAULO. **Museu histórico e pedagógico Índia Vanuíre**, 2020. Disponível em: <https://museuindiavanuire.org.br/>. Acesso em: 15 nov 2023

SASSEN, S. **Contradegeografias. Género y ciudadanía em los circuitos transfronteirizos**. Madrid: Ediciones Traficantes de sueños, 2010.

SERRANI, S. M. Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

SILVA, T. B. **Hegemonia e contra-hegemonia no Brasil**: a compreensão dos movimentos sociais articulados no jornal Brasil de fato. Dissertação. Salvador: UFBA, 2010.

TIAPA-BLANCO, F. D. Colonialismo, miradas fronterizas y desnaturalización de los sustratos epistemológicos del eurocentrismo. **Revista Liminar**, Cidade do México, 2019.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”. História e fantasmagorias**. Tese de doutorado (História). UFPR, 1997.

VIANA, C. A. Perdura o eurocentrismo no ensino de história? **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, 2020.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WOORTMANN, E.; MENACHE, R.; HEREDIA, B. **Coletânea sobre estudos rurais e gêneros**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

## ANEXOS

Anexo A – Decreto do governo paulista para fomento da revolução constitucionalista.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Geral Parlamentar  
Departamento de Documentação e Informação

**DECRETO N. 5.595, DE 18 DE JULHO DE 1932.**

*Crea o Serviço de Cadastro Industrial*

O DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, Governador do Estado de São Paulo, por aclamação do Povo Paulista, do Exército Nacional e da Força Pública,  
DECRETA:

**Art. 1º** - Como medida preliminar para a mobilização do Parque Industrial do Estado de São Paulo, para os serviços de aparelhamento e equipamento do exército constitucionalista fica creado o Serviço de Cadastro Industrial.

**Art. 2º** - Este Serviço é confiado á Federação das Industrias do Estado de S. Paulo, a qual, para tal fim, fica Investida de plenos poderes para requisitar e obter toda e qualquer informação, bem como tomar as medidas que se tornarem necessarias ao perfeito cumprimento do seu mandato.

**Art. 3º** - O presente decreto vigorará a partir da data da sua publicação e apenas enquanto durar o atual Movimento em prol da reconstitucionalização do país, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 18 de julho de 1932.

PEDRO DE TOLEDO  
Francisco da Cunha Junqueira.

Publicado na Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio, aos 18 de julho de 1932.

Engenio Lefèvre.  
Diretor Geral.

Anexo B - Jornal com anúncio das vendas das terras.



Anexo C - Registro da compra e da venda das terras onde hoje localiza-se o município de Santa Mariana.

	escritura de 29 de Outubro de 1921, de vi- damente transcrita sob nº 3355, da comarca de Jacarezinho.-
✓	<u>DOCUMENTO Nº 17:-</u> Dona Malvina Oliveira Lima vende em 2 de De- zembro de 1926, ao Dr. Francisco da Cunha Junqueira, 600 alqueires de terras, devida- mente transcrita sob 5721, da comarca de Ja- carezinho.-
✓	<u>DOCUMENTO Nº 18:-</u> O Dr. Jose Pinto Cesar e sua mulher, venderam ao Dr. Francisco da Cunha Junqueira, em es- critura de 4 de Agosto de 1923, 4.200 alquei- res de terras, e devidamente transcrita so b nº 3725, da comarca de Jacarezinho.-
✓	<u>DOCUMENTO Nº 19:-</u> O Dr. Francisco da Cunha Junqueira e sua mu- lher, venderam em 22 de Março de 1933, á An- tonio de Paiva Junior e Francisco Moreira da Costa, e outros, 5.000 alqueires de terras, depois retificados para 4.628,831 alqueires, em Notas do 13º Tabelião, da capital do Esta- do de São Paulo, e devidamente transcrita em 29 de Julho de 1933, sob nº 717, da comarca de Jacarezinho, em cuja area coube aos adqui- rentes Antonio de Paiva Junior e Francisco Moreira da Costa, em partes iguaes, 2500 al- queires; que em virtude da falta apurada á demarcação do imovel, em sua totalidade, da area de 371.169 alqueires, ficou cabendo á Antonio de Paiva Junior, 1250 alqueires e a Francisco Moreira da Costa, 878,831 alquei-

Anexo D - Jornal com anúncio sobre a procuração para Mariana Junqueira

Sábado, 18 de Março de 1933

JORNAL DO ESTADO

(2.a Fase) — Num. 63 — Ano

(Orgão oficial dos poderes do Estado de S. Paulo - Brasil)

2.ª VARA — 4.º Ofício
REVOGAÇÃO DE MANDATO
Eu, o doutor Alcides de Almeida Ferrari, juiz de direito da 2.ª vara cível e comercial desta comarca da Capital do Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar pessoalmente, que por parte de Mariana P. (Bárbua) Procopio Junqueira, me foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca da Capital, — Diz dona Mariana B. (Bárbua) Procopio Junqueira, por si e na qualidade de procuradora de seu marido, dr. Francisco da Cunha Junqueira, mandato feito com quem é casada no region da separação de bens, que tendo seu marido, e ela própria, conferido diversas procurações, entre as quais a Julio Mariucci, em notas do 4.º Tabelião, livro n. 299/fols. 157 — Livro 40/fols. 199 e livro de escrituras, escritura de mandato, n. 235/fols. 82, bem como a Lincoln de Oliveira, para a venda do terras no Paraná, no Laranjinha, vertente do mesmo rio, vem requerer a v. exc. como de comum acordo com os mandatários estejam de ha muito revogadas tais procurações que por edital publicado segundo a lei, fiquem cassadas tais mandatos, bem como quaisquer outras procurações ou mandatos porventura outorgados por ela aPLICANTE

que será processando, não pisa outro onus real, a não ser a hipoteca exigenda. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorancia, mandei expedir o presente que será afixado no local do costume e publicado pela imprensa, na forma da lei. São Paulo, 17 de março de 1933. Eu, Antonio Carlos da Cunha Canto, escrivão, subscrovi. (a.) Alcides de Almeida Ferrari. (A deb.) (18 — 23 — 29)

2.ª VARA — 4.º Ofício
CONCORDATA PREVENTIVA DE SCHAHIN E CIA.

O doutor Alcides de Almeida Ferrari, juiz de direito da 2.ª vara cível e comercial desta comarca da Capital do Estado de São Paulo,

FAZ saber a todos quantos este virem, e o seu conhecimento haja de pertencer, que, atendendo ao que lhe foi requerido por Taufic Schahin e Rizkallah Schahin, nos autos da concordata preventiva de Schahin e Cia., que se processa perante este Juizo o cartorio do 4.º Ofício Cível, e tendo essa firma pago a todos os seus credores, na moeda da concordata, conforme o fazem certo as quitações consuetas de respectivos autos, que ficam á disposição dos interessados, pelo presente ficam notificados to-

do Vidro, de puxar, avaliada por 50\$900; uma cadeira giratoria, avaliada por 4\$800; um porta-cinzeiros com espelho, avaliado em 40\$900; dois quadros de paisagem, avaliados em 1\$800 cada um; ganhando tudo um total de 50\$900, por quanto serão ditos bens levados á praça, sendo que si nesta não houver licitantes, serão os mesmos postos em leilão, após o prazo legal de anua hora, a quem mais dêr e maior lance oferecer, despresadas as avaliações. Os referidos bens acham-se depositados em do no prédio n. 3, da praça da Sé, sala 3 (oitto), 2.º andar, nesta Capital. E, para que chegue ao conhecimento de todos, e ninguém alegue ignorancia, mandei expedir o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 18 de março de 1933. Eu, Raymundo Prado, escrivão interino, o subscrovi. O juiz de direito, (a) Vicente Sabino Junior. (A deb.) 14 — 13 — 29

3.ª VARA — 5.º Ofício
1.ª PRAÇA

O doutor Vicente Sabino Junior, juiz de direito substituto da terceira vara cível e comercial desta cidade de São Paulo, etc. FAZ SABER aos que o presen-

do com Januario Perillo, de outro com rua Projectada e pelos fundos com Antonio Pinto ou seus herdeiros. Avaliado em vinte contos de réis e cuja metade vai nesta primeira praça, em dez contos de réis, sendo que a outra metade pertence ao sr. Nordini Monaco. Sobre o referido imóvel, não peca outra hipoteca, a não ser a exigenda, conforme certidão fornecida pelo oficial do registro geral e do hipotecas da 4.ª circunscrição desta Capital, junta aos autos. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorancia mandou expedir o presente edital que será publicado pela imprensa e afixado na forma da lei. S. Paulo, aos 10 de março de 1933. Eu, Estanislau Borges, escrivão, subscrovi. — O juiz de direito, (a.) Antonio Perelra da Silva Barroo. (A deb.) 11 — 15 — 1

4.ª VARA — 6.º Ofício
FALÊNCIA DE ANTONIO PIRAS

O doutor Antonio Pereira da Silva Barroo, juiz de direito da 4.ª vara comercial desta Capital de S. Paulo, FAZ SABER que por sentença proferida nesta data decretou, hoje, ás 16 horas, a falência de Antonio Piras, comerciante e industrial estabelecido á rua Maria Martinha n. 28, nesta Capital, e com-

hacido e abatimentos feitos. Sobre o referido imóvel não consta outro onus, a não ser a hipoteca exigenda, conforme certidão fornecida pelo oficial do Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Lins, junta aos autos. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorancia, mandou expedir o presente edital, que será publicado pela imprensa e afixado no local do costume, na forma da lei. São Paulo, aos treze dias do mês de março de mil novecentos e trinta e tres. Eu, Estanislau Borges, escrivão, subscrovi. O juiz de direito, (a.) Antonio Pereira da Silva Barroo. (A deb.) 14, 13 e 25

5.ª VARA — 10.º Ofício
1.ª PRAÇA

PAULO GUTJAHR E S. MULHER O doutor Ismael de Uliana Cindra, juiz de direito substituto da 5.ª vara cível desta comarca da Capital do Estado de São Paulo, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, no dia oito (8) do abril proximo, ás 14 e 15 horas, no lugar do costume, á porta principal do edificio do Palácio da Justiça, á rua 11 de Agosto, n. 43, o porteiro dos auditórios Octavio Passos, ou quem

Anexo E - Páginas de revistas comemorativas à emancipação política de Santa Mariana

